

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**ANTÔNIO DELFIM NETTO: TRAJETÓRIA ACADÊMICA,
INTERFACE JUNTO AO EMPRESARIADO E ATUAÇÃO COMO
MINISTRO DA DITADURA DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO
DA BURGUESIA BRASILEIRA (1948-1974)**

VIVIANE DE FÁTIMA MAGALHÃES

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANTÔNIO DELFIM NETTO: TRAJETÓRIA ACADÊMICA,
INTERFACE JUNTO AO EMPRESARIADO E ATUAÇÃO COMO
MINISTRO DA DITADURA DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO
DA BURGUESIA BRASILEIRA (1958-1974)**

VIVIANE DE FÁTIMA MAGALHÃES

Sob a Orientação do Professor
Pedro Henrique Pedreira Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História** no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração **Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais**

Seropédica, RJ
Novembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M188a Magalhães, Viviane de Fátima , 1977-
ANTÔNIO DELFIM NETTO: TRAJETÓRIA ACADÊMICA,
INTERFACE JUNTO AO EMPRESARIADO E ATUAÇÃO COMO
MINISTRO DA DITADURA DE UM INTELECTUAL ORGÂNICO DA
BURGUESIA BRASILEIRA (1948-1973) / Viviane de Fátima
Magalhães. - Rio de Janeiro, 2019.
104 f.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
História, 2019.

1. Antônio Delfim Netto. 2. Ditadura Militar 1964
1985. 3. Empresariado. I. Campos, Pedro Henrique
Pedreira, 1983-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VIVIANE DE FÁTIMA MAGALHÃES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Área de Concentração **Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ----/----/-----

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos - UFRRJ (Orientador)

Prof^a. Dr^a Maria Letícia Corrêa - UERJ

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão - UERJ

Resumo

Nesta dissertação pesquisamos as relações entre o economista e ex-ministro Antônio Delfim Netto, o empresariado e o Estado. Nosso corte cronológico situa-se entre 1948 e 1974, período que abrange o início da atuação acadêmica e docente e do economista na USP – o que coincide com o momento de consolidação da Economia como disciplina –, suas relações com as organizações de classe do empresariado paulista, dentre as quais, o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), uma as organizações envolvidas a articulação política que levou ao golpe civil-militar de 1964. Abrange também, sua atuação dentro do aparelho de Estado, em órgãos técnicos, na Secretaria de Fazenda de São Paulo e, por último, no Ministério da Fazenda, durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1970-1974). Nossa perspectiva teórica é gramsciana. Compreendemos a atuação política e social de Antônio Delfim Netto como a de um intelectual orgânico, representando e organizando os interesses da burguesia paulista, núcleo de suas relações político-sociais. Nesse sentido, buscamos identificar os grupos empresariais mais próximos ao economista, bem como as políticas governamentais formuladas no sentido de beneficiar esses grupos. Com essa análise, buscamos demonstrar a face empresarial e civil do regime ditatorial iniciado em 1964.

Palavras-chave: Antônio Delfim Netto; intelectual orgânico; burguesia; ditadura civil-militar brasileira; Antonio Gramsci

Abstract

In this dissertation, we researched the relations between the economist and former minister Antônio Delfim Netto, the business community and the state. Our chronological section is between 1948 and 1974, a period that includes the beginning of academic and teaching and economist work at USP - which coincides with the moment of consolidation of the Economy as a discipline - its relations with the business class organizations. São Paulo, among which the *Institution de Pesquisas e Estudos Sociais* (Ipes), one of the organizations involved in the political articulation that led to the 1964 civil-military coup. Finance Department of São Paulo and, lastly, the Ministry of Finance, during the Costa e Silva (1967-1969) and Médici (1970-1974) governments. Our theoretical perspective is Gramscian. We understand Antônio Delfim Netto's political and social performance as that of an organic intellectual, representing and organizing the interests of the São Paulo bourgeoisie, the core of their political-social relations. In this sense, we seek to identify the business groups closest to the economist, as well as government policies formulated to benefit these groups. With this analysis, we seek to demonstrate the business and civil face of the dictatorial regime begun in 1964.

Keywords: Antônio Delfim Netto; organic intellectual; bourgeoisie; civil-military dictatorship; Antonio Gramsci

A minha avó Dirce, que está em outro plano.

Aos meus pais William e Dirce de Fátima, que sempre me incentivaram a estudar.

Aos meus sobrinhos, que são o futuro.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Pedro Campos pela orientação neste trabalho. Suas ideias me auxiliaram muito na compreensão de meu objeto de pesquisa e nos questionamentos que foram surgindo ao longo da pesquisa. Pedro teve muita paciência e atenção na orientação desse trabalho.

Agradeço aos professores Leonardo Leonidas de Brito e Maria Letícia Corrêa, que formaram a banca de meu exame de qualificação. Suas sugestões foram importantes para uma melhor compreensão dos problemas abordados na dissertação e de meu objeto de pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional do setor de periódicos que foram muito solícitos e sempre trabalharam no sentido de facilitar a pesquisa na instituição.

Agradeço à equipe de funcionários da Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil, local que foi por vários fins de semana e alguns dias da semana, meu escritório, local onde eu conseguia me concentrar para pensar. Alguns livros consultados nessa pesquisa fazem parte do acervo dessa biblioteca. Esse espaço foi de primordial importância para a conclusão deste estudo. Que os maus ventos que passam por nosso país não o destruam.

Agradeço ao apoio da equipe de professores da Escola Municipal Prefeito Abeilard Goulard de Souza, em especial a Renata Tostes, diretora da unidade escolar, Raquel, Fernanda, Roberta, Andrea, Adriana, Gisele, Lia. Nos últimos meses do mestrado, o bom humor da equipe, o trabalho em conjunto e a compreensão de Renata foram muito importantes para que esse trabalho fosse terminado.

Agradeço às minhas amigas Janaína Wu, Virgínia Senna e Ana Paula Trindade. Minhas amigas, minhas melhores amigas, me ajudaram muito durante a pesquisa. Janaína leu meu projeto e sempre foi uma interlocutora atenta em relação às questões que eu levantava sobre meu objeto de pesquisa. Virgínia e Ana Paula também, por vezes, ouviram meus questionamentos, Virgínia me ajudou quando precisei de um lugar para estudar. As conversas e o companheirismo dessas minhas três amigas foram fundamentais.

Agradeço à minha família pela paciência e compreensão em relação às minhas ausências nos compromissos familiares. Agradeço, à minha mãe, que sempre está ao meu lado, sempre me apoiou e foi muito paciente comigo. Agradeço às minhas irmãs Luciane e Eliane. O bom humor delas iluminou meus dias e os fez mais leves. Da mesma maneira, meus sobrinhos Marvin, Francisco e Miguel, crianças lindas, me ajudaram a superar angústias e ansiedades.

Agradeço, especialmente, à minha irmã Cristiane pelos vários finais de semana em que me deixou ficar em sua casa para escrever e estudar. Sua ajuda foi fundamental para que este trabalho tivesse andamento.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –
(CAPES) – Finance Code 001*

“O Gordo é um ditador. Não tem escrúpulo em usar o poder. O Gordo faz misérias.[...] Ele não tem ilusão, para o bem ou para o mal, ele protege ou massacra”

SILVA, Golbery do Couto e. “A grande encrenca”. *In: A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 260.

“Quando Delfim queria uma coisa ele ganhava sempre”

LEME, Ruy Aguiar da Silva. *História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Vol. V. p 41.

“Com o AI-5 eu aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer”

DELFIN NETTO, Antônio. “Uma elite aniquilada”. *In: GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 238

Lista de Abreviaturas

ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro
ACSP – Associação Comercial de São Paulo
ALN – Ação Libertadora Nacional
Anpes – Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social
Banespa – Banco do Estado de São Paulo
BC – Banco Central
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMSP – Bolsa de Mercadorias de São Paulo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CEF – Caixa Econômica Federal
Celusa – Centrais Elétricas de Urubupunga
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina
Cesp – Centrais Elétricas de São Paulo
CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior
CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
CIE – Centro de Inteligência do Exército
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNE – Conselho Nacional de Economia
Codec – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo
Consplan – Conselho Consultivo de Planejamento Econômico
Contap – Conselho Técnico da Aliança para o Progresso
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do
Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CSN – Conselho de Segurança Nacional
Dasp – Departamento de Imprensa e Propaganda
DER – Departamento de Estradas e Rodagem
Dops – Departamento de Ordem Política e Social
DPES – Divisão de Planejamento Econômico e Social
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia
ESG – Escola Superior de Guerra
FEA – Faculdade de Economia e Administração
FCEA-USP - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP
FCEA-RJ - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro
Fenaban – Federação Nacional dos Bancos
FNEA - Faculdade Nacional de Economia e Administração
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Fiega – Federação dos Industriais do Estado da Guanabara
Fiesp – Federação das Indústrias de São Paulo
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
FNCE – Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
FPPEM – Fundo de Participação de Estados e Municípios
GED – Grupo de Estudo e Doutrina
GDE – Grupo de Doutrina e Estudos
IBRE - Instituto Brasileiro de Economia
MME – Ministério de Minas e Energia
Inbra – Instituto Nacional de Reforma Agrária
Ipe – Instituto de Pesquisa Econômica
Ipes – Instituto de Pesquisa Econômica e Social
Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
Oban – Operação Bandeirantes
OESP – Ordem dos Economistas de São Paulo
Paeg – Programa de Ação Econômica do Governo
Plag – Plano de Ação do Governo
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito
Sunab – Superintendência Nacional de Abastecimento
USP – Universidade de São Paulo
VAR-Palmares – Vanguarda Revolucionária Palmares
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I – Delfim Netto, o acadêmico e professor da USP.....	09
1.1 – Formação da área de Economia no Brasil.....	09
1.2 – Assessorias, conselhos, comissões e Institutos de Pesquisas.....	11
1.3 – Espaços acadêmicos – as primeiras faculdades.....	16
1.4 – Produção acadêmica.....	20
1.5 – Reformulação do Ensino de Economia e fundação do Instituto de Pesquisa Econômica (IPE).....	28
Capítulo II – Delfim e suas relações com a sociedade civil – o empresariado paulista.....	36
2.1 – Delfim e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP).....	36
2.2 – Delfim e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES).....	42
2.3 – O caso Oban – ponte entre Estado e empresariado.....	49
2.4 – Relações com a Camargo Corrêa.....	54
2.5. – Participação na Associação Nacional de Programação Econômica (Anpes)....	58
2.6 – Outras conexões com a sociedade civil.....	60
Capítulo III – Delfim Netto e o Estado: atuação em órgãos públicos.....	63
3.1 – Atuação política e técnica em São Paulo – participação no governo Carvalho Silva e na CIBPU.....	64
3.2 – Participação no CNE e no Consplan.....	68
3.3 – A Secretaria de Fazenda de São Paulo.....	71
3.4 – As características gerais da política econômica sob o “delfinato”.....	74
3.5 – Conselho Monetário Nacional - “Quando Delfim queria uma coisa ele ganhava sempre”.....	80
3.6 – Enrijecimento do regime e política econômica.....	88
Conclusão.....	95
Referências bibliográficas.....	100

Introdução

O economista Antônio Delfim Netto ficou conhecido, até os dias atuais, pelo fato de ter idealizado e executado uma política econômica que derivou no que ficou conhecido como “milagre econômico”, a qual gerou um crescimento muito elevado em breve período de tempo. Porém, a importância histórica do economista está para além da imagem de “pai do milagre”. Reside, em verdade, nas suas relações com o empresariado, em sua atuação na formulação do golpe (como membro do Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e no papel que ele desempenhou junto ao aparelho de Estado como representante direto de uma fração da burguesia brasileira, o empresariado paulista – tanto da indústria quanto do comércio –, um dos principais atores apoiadores civis da ditadura. O objetivo geral desta dissertação é lançar luz sobre essa figura, tão importante no meio político e intelectual brasileiro, no sentido de aprofundar a compreensão a respeito da relação entre o empresariado e o Estado ditatorial burguês, o qual o próprio empresariado ajudou a erigir.

Antônio Delfim Netto nasceu no bairro de Cambuci, em São Paulo, filho de uma família que descendia de imigrantes italianos de origem humilde. Seu avô paterno veio da Calábria, uma das regiões mais pobres da Itália, e era pedreiro¹. No Brasil, trabalhou como calceteiro². Delfim perdeu o pai muito jovem e, aos 14 anos, foi trabalhar como contínuo nas indústrias Gessy Lever. Fez o curso de contabilidade na Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, durante o qual já escrevia alguns artigos sobre economia para os jornais *Tempo* e *Folha da Tarde*.³

¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.258.

² KLUGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto: socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, no 4, 2018, p. 301-339.

³ MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto>. Consultado em: 25/05/2019.

Em 1948, ingressou na USP, na recém-criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA, atual Faculdade de Economia e Administração - FEA), no curso de Economia. Segundo o próprio Delfim, a escolha por Economia se deu devido ao fato de ser um curso noturno, o que lhe permitiu conciliar trabalho e estudo. Ao mesmo tempo em que fazia faculdade, trabalhava no Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo (DER-SP). Concluiu o curso superior em 1951 e, no ano seguinte, 1952, foi contratado como professor assistente do professor Luiz Freitas Bueno, na cadeira de Estatística I, na própria FEA.⁴

Em 1959, defendeu a tese de livre docência *O problema do café no Brasil*⁵. Foi o primeiro professor da FEA totalmente formado pela própria faculdade. Neste mesmo ano, tornou-se o vice-presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e membro do conselho editorial da revista *Ciências Econômicas*.⁶

Neste mesmo período, iniciou a sua atuação em cargos diretivos de órgãos relacionados à administração pública. Foi convidado a integrar equipe de planejamento do governo Carlos Alberto de Carvalho Pinto, em São Paulo. Tornou-se membro do Serviço Estadual de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho e do Conselho Técnico Consultivo da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ao mesmo tempo, deu continuidade às suas atividades na USP, tornando-se diretor de pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e membro do Conselho Universitário dessa instituição.⁷ Em 1963, defendeu sua tese de cátedra *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*.⁸

Além de suas atividades na FEA e na administração pública, prestou serviços de consultoria a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Foi membro do Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipes), organização que teve um papel fundamental no planejamento do golpe civil-militar que derrubou o então presidente João Goulart em

⁴ MACEDO, Roberto. Antônio Delfim Netto. São Paulo: Estudos Avançados, vol.15, nº 43, set/dez, 2001.

⁵ CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1981. V.I. p. 26.

⁶ MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [Http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto](http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto). Consultado em: 25/05/2019.

⁷ MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [Http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto](http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto). Consultado em: 25/05/2019.

⁸ CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia...op. cit.* p. 22. .

1964. No Ipes, ele fez parte do Grupo de Doutrina e Estudo, o qual elaborava as linhas ideológicas da instituição.⁹

Em 1965, logo após o golpe civil-militar de 1964, integrou o Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão de assessoria econômica do governo Castelo Branco. Indicado por Roberto Campos, então ministro do Planejamento e também integrante do Ipes, passou a integrar o Conselho Nacional de Economia. Em 1966, assumiu seu primeiro cargo executivo como secretário da Fazenda do estado de São Paulo, durante o governo (imposto pela ditadura) de Laudo Natel.¹⁰

Em 1967, Delfim foi indicado para o cargo de ministro da Fazenda do governo Costa e Silva (1967-1969). Segundo Skidmore¹¹, essa indicação também partiu de Roberto Campos. A partir desse período, afastou-se de suas atividades como docente, passando a se dedicar às suas funções enquanto ministro, permanecendo no cargo até 1974.¹²

Enquanto ministro, dirigiu uma política econômica que levou a um crescimento acelerado da economia em curto período, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Delfim foi chamado de super-ministro devido ao seu grau de influência e atuação dentro do governo, bem como mantinha uma intensa relação com o empresariado.

Os estudos atuais sobre o papel do economista Antônio Delfim Netto na política brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985) enfocam em sua maioria o pensamento econômico desse agente e seu discurso político, porém suas relações com o empresariado constituem algo pouco aprofundado.

Um dos primeiros materiais que analisamos foi o artigo memorialista sobre Antônio Delfim Netto escrito por Roberto Macedo. Esse artigo é uma reedição daquele que compõe o livro *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*, publicado em comemoração aos cinquenta anos da USP, nos anos 80. Nesse artigo, Roberto Macedo, que também foi estudante da USP, de uma

⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

¹⁰ MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto>. Consultado em: 25/05/2019.

¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹² MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto>. Consultado em: 25/05/2019.

geração posterior a de Delfim Netto, faz uma síntese da vida e da atuação acadêmica do economista.¹³

A partir de 2015, foram publicados três estudos sobre o economista. São estes os trabalhos de Waldeir Moreno Rosa¹⁴, Gian Carlos Hespanhol¹⁵ e Felipe Marineli¹⁶. Waldeir Moreno Rosa se debruçou sobre o discurso político de Antônio Delfim Netto¹⁷. Sua dissertação tem como tema a atuação do economista no meio político, enfocando o Ipes-SP, a Anpes, bem como o período em que Delfim Netto foi secretário de Fazenda do estado de São Paulo e o período ministerial durante os governos Costa e Silva e Médici (1967-1974). Os eixos de pesquisa são praticamente os mesmos de nosso estudo, porém o enfoque é diferente. Rosa priorizou a produção textual do economista e explorou o discurso político de Delfim Netto, contido em suas obras da área econômica e no terreno da política durante o período anterior ao golpe e ao governo ditatorial. Porém, o autor abriu mão de explorar as relações do economista com o empresariado.

Gian Carlo Hespanhol¹⁸ estudou o pensamento econômico de Delfim Netto com o objetivo de compreender as escolhas políticas feitas pelo economista, quando este se tornou ministro. O autor pesquisou a obra de Delfim, relacionando-as ao momento político do período em que foram escritas e percebendo as referências do campo da economia na produção intelectual do economista. Chama atenção a relação que ele estabelece entre os escritos de Delfim e o pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimentismo. Nesse sentido, o autor afirma haver influência de Celso Furtado na forma como Delfim Netto percebe o desenvolvimento econômico.

Já a dissertação de Felipe Marineli¹⁹, além de discutir as ideias econômicas adotadas por Delfim, relaciona-as com as medidas tomadas pelo agente durante seu mandato ministerial e que vieram a resultar no “milagre econômico” brasileiro. O autor faz um estudo sobre as principais obras escritas por Delfim Netto, as ideias econômicas vigentes na época e os vetores dessas ideias. Assim, bem como fez Hespanhol, Marineli

¹³ MACEDO, Roberto. Antônio Delfim Netto. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.15, nº 43, set/dez, 2001.

¹⁴ ROSA, Waldeir Moreno. *A práxis de Antônio Delfim Netto no reordenamento político-econômico da ditadura bonapartista: ideólogo orgânico da autocracia burguesa*. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

¹⁵ HESPANHOL, Gian Carlo Guimarães Maciel. *Um estudo sobre o pensamento econômico de Antônio Delfim Netto*. Dissertação de mestrado em História Econômica. São Paulo: USP, 1917.

¹⁶ MARINELLI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-1973)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo – UPS, 2017.

¹⁷ ROSA, Waldeir Moreno. *A práxis de Antônio Delfim... op. cit.*

¹⁸ HESPANHOL, Gian Carlo Guimarães Maciel. *Um estudo sobre o pensamento... op. cit.*

¹⁹ MARINELLI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto... op. cit.*

percebe convergências entre o cepalino Celso Furtado, um dos principais economistas desenvolvimentistas brasileiros, e os escritos de Delfim Netto, ao menos no que se relaciona à defesa do planejamento econômico e a necessidade de incentivar o desenvolvimento industrial.

Nossa pesquisa se soma ao esforço desses autores em compreender a atuação de Antônio Delfim Netto como ator político, no sentido de discutir suas relações com o empresariado. Em nosso trabalho, através de um conjunto variado de fontes, pretendemos conhecer a rede de relacionamentos políticos-empresariais na qual Antônio Delfim Netto estava inserido e de que maneira ele representou os interesses da burguesia, principalmente a classe dominante paulista, na medida em que foi ocupando cargos dentro da burocracia estatal, como a Secretaria de Fazenda de São Paulo e, principalmente, o Ministério da Fazenda, durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974).

Antônio Delfim Netto não tem origem na classe dominante, mas se identificou com os valores burgueses da sociedade. Foi estudante trabalhador durante toda sua formação, tanto como secundarista quanto como universitário²⁰. Apesar de sua origem humilde, Delfim Netto rapidamente foi galgando espaço entre a nata intelectual e empresarial paulista, devido à sua formação acadêmica e ao fato de a figura do economista ser crescentemente valorizada desde os anos 30, como um especialista e planejador da política econômica.

Ao mesmo tempo em que ascendia na universidade como aluno brilhante, o primeiro formado pela FEA a ingressar em seu corpo docente, também iniciou desde cedo sua relação com empresariado paulista e na burocracia pública. Além de assessorar a ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em seus departamentos econômicos, fez parte da equipe técnica de planejamento do governo Carvalho Pinto, inserindo-se na burocracia estatal. Ingressou no Ipes-SP, organização que concentrava boa parte da burguesia paulista, desempenhando aí o papel político de contribuir para a arquitetura do golpe de 1964,

²⁰ MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. “Antônio Delfim Netto”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [Http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto](http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionario/verbete-biografico/antonio-delfim-netto). Consultado em: 25/05/2019.

além de ser um dos formuladores do instituto, ajudando a prover as diretrizes para as políticas implementadas desde a instalação do regime de exceção²¹.

Devido a essas atividades e à teia de relações que elas proporcionaram, a figura de Delfim Netto se constitui como uma combinação de intelectual e agente político de classe. Um caso interessante e importante a ser pesquisado, no sentido de compreendermos a relação entre burguesia e Estado ditatorial, uma vez que Delfim ingressou no meio político, representando interesses burgueses.

Nesse sentido, analisamos Antônio Delfim Netto como um intelectual orgânico da burguesia paulista. O conceito de “intelectual orgânico” foi elaborado por Antonio Gramsci²² durante as décadas de vinte e trinta do século XX. Segundo o autor, baseado em Marx, todo trabalho é fruto de uma atividade intelectual. Mesmo o mais braçal dos trabalhos depende da atividade intelectual humana, do ato de pensar e planejar. Porém, no mundo do trabalho e das relações sociais, há aquele indivíduo que assume a função de organizar os interesses de uma classe. Esse é o intelectual orgânico. Para Gramsci, toda classe social cria seus intelectuais orgânicos.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.²³

A função do intelectual orgânico é organizar intelectual e politicamente a classe social que representa, dando-lhe homogeneidade no campo das ideias e da ação. Atua como um polarizador, organizando os interesses dessa classe em ações concretas ou, pelo menos, deixando claro quais são esses interesses, dando sentido à ação de classe. Segundo Carlos Nelson Coutinho²⁴, o intelectual orgânico não precisa necessariamente ter a origem social na classe a qual representa, dado que ele pode possuir com ela identificação e interesses em comum.

Sendo assim, torna-se importante identificar com qual fração de classe o economista se identificava e representava, de que maneira os laços com essa fração de

²¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Golpe e ação de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

²² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

²³ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.* p. 3-4.

²⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

classe foram construídos e de que maneira Delfim Netto, enquanto ministro da Fazenda, ajudou a atender aos interesses da fração de classe que ele representava.

Foi fundamental recorrer a fontes jornalísticas e a memórias de personalidades políticas da época para compreender o papel político Delfim Netto na política brasileira durante a ditadura, bem como para responder as questões propostas no decorrer do trabalho, para as quais a bibliografia atual acerca de nosso tema e objeto de pesquisa não fornecia respostas. Assim, para analisarmos sua atuação na Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, foi fundamental a leitura do jornal Folha de São Paulo, o qual nos ofereceu uma boa cobertura do período. Outros jornais como Movimento, O Globo, Estado e São Paulo e Jornal do Commercio também foram utilizados ao longo do trabalho no sentido de especialmente quando tratamos do período ministerial.

Também foram de especial importância entrevistas de economistas e personalidades políticas da época. Através desses depoimentos, foi possível completar algumas lacunas referentes a episódios da vida pública de Delfim Netto, mas para os quais não há documentação direta. Esse é o caso da participação de Delfim no Ipes-SP. Em várias obras consultadas, é apenas citado que Delfim Netto fez parte do Ipes-SP, integrando o Grupo de Doutrina e Estudo (GDE). Mas não se especifica que tipo de trabalho ele desempenhava na instituição ou qual sua importância dentro do Ipes-SP – se ele apenas formulava estudos econômicos ou se tinha um papel de maior destaque. Através da entrevista de Dênio Nogueira, por exemplo, pudemos compreender melhor o papel desempenhado por Delfim Netto no instituto, bem como ter informações mais específicas sobre o Ipes-SP, visto que o que se sabe sobre o braço paulista da organização veio através do livro de René Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*, o qual se baseia na documentação contida no fundo do Ipes-RJ, depositado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Nosso recorte temporal está fixado entre os anos de 1948 e 1974. O período engloba sua formação universitária, o início das atividades acadêmicas de Delfim Netto como professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, sua atuação nos órgãos de classe da burguesia paulista, sua entrada na burocracia estatal, participando do planejamento do governo Carvalho Pinto (1959-1963), de órgãos técnicos como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), a Secretaria de Fazenda de São Paulo, culminando com sua gestão à frente do Ministério da Fazenda dos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1973) e seu gradual fortalecimento com a concentração de poderes na área econômica.

O estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, pretendemos analisar Delfim Netto como um formulador, parte fundamental da vida de um intelectual orgânico. Para isso, temos que compreender como foi o ingresso do agente na área acadêmica da Economia, sua atuação e a importância de suas ideias no meio universitário. Delfim foi o primeiro aluno formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) a se tornar docente da própria instituição. Defendeu uma tese livre docência que levava em consideração os aspectos históricos da cultura do café no Brasil. A relevância desse capítulo está no fato de lançar luz sobre a trajetória intelectual de Delfim, visto como um ator social que está inserido num contexto sociopolítico. Por isso, faz-se necessário compreender como se deu o ingresso dele no meio acadêmico e como isso o levou a tomar posições políticas posteriormente.

O segundo capítulo versa sobre as relações de Delfim com a sociedade civil, em particular junto ao segmento empresarial. Simultaneamente à docência na FEA, Delfim prestou assessoria econômica em duas organizações de classe da burguesia paulista: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Além disso, fez parte do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes) de São Paulo. O objetivo desse capítulo é compreender como se iniciaram e estabeleceram suas relações com as organizações de classe da burguesia paulista, o grau de influência de Delfim Netto sobre os membros dessa burguesia e relacionar sua indicação para o Ministério da Fazenda, em 1967, aos interesses dessa burguesia, à qual ele já teria impressionado ao assumir a Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo.

No terceiro capítulo, por fim, analisaremos Delfim enquanto agente das políticas estatais. Assim, trabalharemos sua participação no governo Carvalho Pinto (1959-1962) e na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), bem como em outros órgãos do Estado como o Conselho Nacional de Economia e o Conselho Nacional de Planejamento (Consplan). Também analisaremos alguns aspectos de sua atuação política na Secretaria de Fazenda de São Paulo e no Ministério da Fazenda. O objetivo é compreender como se deu seu fortalecimento enquanto agente político dentro do Estado, como transcorreram suas relações com frações da burguesia e que setores e grupos empresariais ele beneficiou, mais especificamente, durante o período em que esteve à frente do Ministério da Fazenda, entre 1967 e 1974. Nosso recorte se esgota com o encerramento da sua atuação como ministro da Fazenda do governo Médici.

CAPÍTULO I

Delfim Netto, o acadêmico e professor da USP

A figura de Delfim Netto é uma das mais conhecidas da política econômica nacional, não apenas por ter sido responsável pela implementação de uma série de medidas econômicas que levaram a um crescimento em curto espaço de tempo, sendo assim conhecido como “pai do milagre”, mas também porque, mesmo longe dos holofotes e dos salões governamentais, o economista ainda é uma referência em matéria de política econômica. Para entender o papel de Delfim Netto enquanto economista, acadêmico e formulador de políticas econômicas, e enquanto intelectual orgânico, é necessário compreender o processo através do qual os economistas começaram a ter inserção no aparelho de Estado, tornando-se figuras importantes na formulação de planos e políticas econômicas. Nesse capítulo, trataremos dos primeiros espaços de formação dos economistas no Brasil, durante as décadas de 1930 e 1940 – como órgãos governamentais e instituições de pesquisa aplicada –, do surgimento das primeiras faculdades de Economia no país ao ingresso e atuação de Delfim na Faculdade de Economia da USP (FEA-USP). O objetivo é compreender como se formou a área econômica no Brasil e como se deu a atuação de Delfim no meio acadêmico das Ciências Econômicas.

1.1 – Origens da formação da área de Economia no Brasil:

A história de Delfim Neto se mistura com a da própria faculdade na qual ingressou, com a formação da área acadêmica de Economia no Brasil e com a ascensão dos economistas como integrante da burocracia estatal que começou a se formar a partir da década de 1930.

Segundo Ângela de Castro Gomes, entre o fim da Primeira Guerra Mundial (1915-1918) e o período da Grande Depressão (década de 1930), iniciou-se o processo histórico de valorização da figura do “técnico”, profissional “detentor de um saber especializado e neutro e por isso capaz de novas responsabilidades administrativas do

Estado moderno”.²⁵ Surgiram em países europeus e nos EUA espaços de discussão e reflexão, bem como publicações sobre a organização “científica” do trabalho e sobre o papel do Estado, apontando para um viés planejador. Esses espaços e veículos de discussão, segundo Gomes, concentravam os “técnicos”, ou seja, os especialistas, detentores de um conhecimento especializado e científico que os “qualificava” a opinar sobre inúmeras questões em relação ao Estado, sociedade e economia, bem como a agir de forma supostamente eficiente e eficaz na administração estatal. A figura do economista também ganhava destaque, devido ao sucesso do *New Deal*, baseado em boa medida, nas ideias de John Maynard Keynes e outros autores heterodoxos do campo da Economia.²⁶

Maria Rita Loureiro, também aponta a importância da contribuição dos economistas na resolução de problemas das economias modernas. Mas a autora considera que a participação dos economistas no governo estava mais associada as funções assumidas pelos Estados capitalistas (influenciados pelo keynesianismo), sobretudo após a II Guerra Mundial (1939-1945), de “promoção do desenvolvimento, de garantia da estabilidade monetária e ainda da implementação de políticas sociais”. Ou seja, os Estados capitalistas começaram a desempenhar o papel de interventor e regulador da economia.

Essa era uma tendência mundial e o Brasil estava inserido nela. O Estado intervencionista, que veio a ser construído paulatinamente após o golpe de 1930, abriu caminho para a presença dos técnicos dentro do Estado. Até os anos 1930, a administração pública e burocrática brasileira era formada basicamente por engenheiros, médicos e advogados, pertencentes a influentes famílias. Ou seja, embora possuíssem nível superior e teoricamente fossem “técnicos”, desempenhavam uma função administrativa na esfera estatal por conta de suas relações familiares. As críticas a esse fisiologismo político datam exatamente da década de 1920, quando a ideologia “técnica” estava em ascensão.²⁷

²⁵ GOMES, Ângela de Castro. Novas elites burocráticas. In: *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. p.02.

²⁶ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 82-122.

²⁷ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais... *Op. cit.* p. 82-122.

Até os anos 30 do século XX, não existia no Brasil faculdades de Economia. Os “economistas” que atuavam nos órgãos de governo eram formados geralmente em Engenharia e Direito, pois a Economia figurava como disciplina obrigatória ou especialização das escolas politécnicas e de Direito, e também como disciplina de cursos técnicos de comércio. De maneira geral, o ensino de Economia estava muito relacionado à área jurídica e comercial, ou a uma formação cultural mais geral. Não existia uma área acadêmica econômica instituída independente de outras áreas do conhecimento.²⁸

Entretanto, segundo Maria Rita Loureiro, a inexistência de uma área acadêmica genuinamente não impediu a formação de uma “competência específica dos economistas” e de “sua identidade como segmento da elite dirigente do Brasil”.²⁹ Esse processo, segundo Loureiro, teve início durante a década de 1930, estendendo-se pelas décadas seguintes, e ocorreu da seguinte forma: dentro de órgãos de governo, como comissões, conselhos e institutos de pesquisa aplicada; em organismos internacionais, como a Cepal; e com a criação de faculdades de economia, também entre as décadas de 1930 e 1940.³⁰

1.2 – Assessorias, conselhos, comissões e institutos de pesquisas:

A partir do golpe de 1930, gradativamente foi se construindo um Estado interventor, burocrático-autoritário e centralizado, em que a esfera de decisão política foi deslocada dos organismos democráticos do Estado e da própria sociedade para a esfera do Executivo. O aparelho estatal passou a atuar na vida pública não apenas como um regulador ou administrador, mas intervindo diretamente na produção e na atividade econômica. Segundo Mantega, essa seria a origem do intervencionismo econômico, que iria rivalizar com o liberalismo.

No Brasil, essa polêmica se manifestou durante os anos 40 através da querela entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. Gudín, economista, técnico do governo e diretor de empresas estrangeiras de serviços, defensor dos interesses agroexportadores e

²⁸ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas... *op. cit.* p. 82.

²⁹ LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. *In: Revista Análise*. Porto Alegre, jul/dez, 2006. V.17. n.2. p.345-359, p. 347.

³⁰ LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. *Op. Cit.* p. 347. O entendimento de que os economistas se constituiriam como uma elite política é de Maria Rita Loureiro. Em nosso estudo, abordamos os economistas que participavam do governo civil-militar após o golpe de 1964 intelectuais orgânicos representando os interesses das várias frações da burguesia brasileira dentro do aparelho estatal.

do liberalismo econômico, contra o deslocamento de recursos para outras atividades produtivas que não a agroexportação. Simonsen, representante da ala mais moderna da burguesia industrial brasileira, líder da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), era defensor da intervenção estatal na economia, no sentido de proteger a indústria, criando condições para seu desenvolvimento. Assim, surgia o esboço do desenvolvimentismo, que reunia não apenas os representantes industriais, mas segmentos sociais díspares, abrangendo a classe média, militares, frações da classe trabalhadora etc. Esse projeto tinha em seu cerne a ideia do abandono do passado colonial e a inserção do país no capitalismo internacional.³¹

Durante as várias etapas do período varguista, foram criados uma série de conselhos e comissões, como o Departamento Nacional do Café (DNC), o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1934), o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1943) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944), entre outros, em geral integrados por representantes empresariais e por “técnicos”. Alguns desses órgãos tinham função consultiva e deliberativa, estando diretamente ligados à presidência da República e aos ministérios. Formou-se assim uma rede tecno-burocrática, que tinha a função de assessorar o governo na formulação de políticas e tomadas de decisão, através de estudos e projetos baseados em critérios e dados técnicos. Perseguiu-se o ideal de neutralidade e imparcialidade, sendo a criação desses órgãos uma das etapas de realização desse ideal.³²

Segundo Diniz, a criação de órgãos técnicos dentro do Estado burocrático-autoritário “viabilizou um sistema decisório mais aberto aos interesses econômicos, sem subverter a primazia da elite técnica”.³³ Ou seja, esses órgãos tornaram-se canais de comunicação entre os setores do empresariado e o aparelho de Estado, composto por “técnicos”. É importante lembrar que nos anos 50, durante o governo Vargas (1951-1954), apesar das instituições democráticas estarem funcionando e do ambiente político ser formalmente democrático, no que tange ao funcionamento das agências estatais, o perfil institucional da burocracia, montada durante os anos 30 e 40, foi mantido.

³¹ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

³² DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. P. 28.

³³ DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos... *Op. Cit.*, p. 28.

Os técnicos que compunham tais órgãos eram, de maneira geral, engenheiros e advogados, mas lidavam diretamente com a pesquisa e obtenção de dados sobre a economia brasileira. Rômulo de Almeida, um dos integrantes da Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão criado em 1951, em entrevista ao CPDOC, afirmou que, apesar de sua formação em Direito, fora recrutado como um economista.³⁴ Outro exemplo é Eugênio Gudín que, formado em Engenharia, participou da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios (1931), criada com o objetivo de levantar dados sobre a economia dos estados e municípios do Brasil.³⁵ Quando integrou tal órgão, ficou encarregado de obter informações sobre o Ceará. Segundo Motta, a Assessoria Econômica da Presidência da República era “um espaço de consolidação e de reconhecimento do saber econômico, fundamental para a construção do Brasil como um “novo” país.”³⁶

Conforme vimos, mesmo depois da redemocratização, em 1945, o arcabouço institucional do Estado varguista foi mantido.³⁷ Ou seja, houve a manutenção de um modelo administrativo que concentrava na alta burocracia grande parte das decisões políticas. Sendo assim, a criação de comissões, assessorias, conselhos teve continuidade durante governo Vargas e aprofundou-se durante o governo Kubitschek, com a criação dos grupos executivos. Outras instituições criadas a partir da segunda metade da década de 1940 importantes na formação do campo da economia no Brasil, mesmo não tendo sido espaços acadêmicos foram a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC, de 1945), precursora do Banco Central, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU, de 1951) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, de 1952). Segundo Loureiro:

estes órgãos desempenharam papel fundamental na formação do campo dos economistas no Brasil. Constituindo-se como espaços privilegiados de decisão, apropriados pelos técnicos eles funcionaram também como escolas práticas de formação econômica diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de

³⁴ MOTTA, Marly Silva da. Os “boêmios cívicos” da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-54). In: *História Oral: História, Cultura e Poder*. Juiz de Fora: 2005, p. 3.

³⁵ Eugênio Gudín também participou Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira (1935), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937). KELLER, Vilma. “Eugênio Gudín”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Versão digital: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>

³⁶ MOTTA, Marly Silva da. Os “boêmios cívicos” da Assessoria... *op. cit.* P.03.

³⁷ DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. *op. cit.*

regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento industrial.³⁸

Dessa maneira, engenheiros, advogados e outras categorias profissionais, tinham acesso a uma formação em economia prática, mas principalmente formavam-se como administradores públicos e planejadores.

Além das agências governamentais, outro espaço de formação do economista, em nível prático, foram os institutos de pesquisa. Instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) compõem o que Maria Rita Loureiro chamou de *think tanks*, “organizações independentes, engajadas em pesquisa multidisciplinar, que objetivam influenciar políticas públicas”.³⁹ A independência a qual Loureiro se refere é em relação ao governo, o que, segundo a autora, é indispensável para o desenvolvimento de um pensamento autônomo. Tais instituições têm a ação voltada para a formulação de políticas governamentais. Diferentemente da universidade, os institutos de pesquisa se constituem como *locus* de economia aplicada, ou seja, o objetivo é aplicar o saber teórico aprendido nas universidades a questões concretas, existentes na sociedade.⁴⁰

No Brasil, essas instituições concentraram vários membros da “administração paralela” – comissões, conselhos, assessorias, grupos executivos, equipes econômicas e etc., órgãos que tinham função consultiva, mas muitas vezes executiva, diretamente ligados ao poder executivo. Elas foram responsáveis por formar novas gerações de economistas. Essas novas gerações, juntamente com os antigos mestres, ocupariam os principais postos da alta burocracia estatal durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964.

A FGV foi fundada em 1944. Sua origem FGV remonta ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, durante o Estado Novo, com o objetivo de organizar racionalmente a burocracia estatal e o serviço público. Muitos técnicos que faziam parte do DASP, com o fim do Estado Novo, em 1945, migram para a FGV. O primeiro diretor da FGV, Luís Simões Lopes, também fora um

³⁸ LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos ... *op. cit.* P. 348.

³⁹ LOUREIRO, Maria Rita. Formação das elites político-administrativas no Brasil: as instituições de pesquisa econômica aplicada. *In: Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, Nº 02, maio-agosto, 1997, p. 101.

⁴⁰ LOUREIRO, Maria Rita. Formação das elites... *Op. cit.* p. 101.

dos responsáveis pela sua montagem e tornou-se diretor do órgão permanecendo no cargo até sua extinção, em 1945⁴¹.

O objetivo da FGV era “empreender pesquisas e estudos no campo da administração pública e privada e formação de pessoal para o exercício de tais funções”.⁴² A FGV contou com o apoio de uma série de lideranças empresariais como Roberto Simonsen⁴³, um dos mais importantes líderes industriais desde os anos 30.

Em 1946, a convite de Simões Lopes, ingressou na FGV um grupo de professores provenientes da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE), a primeira faculdade de Economia criada pelo poder público, no Rio de Janeiro, em 1945.⁴⁴ Nesse grupo estavam Octávio Gouvêa de Bulhões e Eugênio Gudín, entre outros. Tanto Gudín como Bulhões já haviam desenvolvido funções na alta burocracia estatal durante o Estado Novo. Gudín fez parte de órgãos de assessoria durante o período varguista e participou da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, no Rio de Janeiro.⁴⁵ Bulhões, advogado por formação, mas especializado em Economia, foi chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda em 1939 e, em 1943, tornou-se assessor técnico da Coordenação de Mobilização Econômica. Esses dois economistas circulavam entre a alta burocracia estatal.⁴⁶

No mesmo ano em que docentes e alunos da FNCE entraram para a FGV, foi fundado o Núcleo de Economia, o qual, em 1951, tornou-se o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Tanto a FGV quanto o IBRE tiveram um papel fundamental na formação de um grupo de economistas e mesmo no aperfeiçoamento profissional dos mesmos. Um dos destaques da FGV foi o fato de ter iniciado o trabalho de elaboração de índices estatísticos, algo inexistente ou escasso na época, mas fundamental para a avaliação da conjuntura econômica nacional, além de desenvolver pesquisas econômicas. Os resultados de suas atividades passaram a ser publicados na Revista Brasileira de Economia, fundada em 1947, de periodicidade trimestral. A FGV também divulgava os índices da conjuntura econômica brasileira no seu boletim, que era mensal.

⁴¹ ARAÚJO, Rodrigo Oliveira de. *Nas engrenagens do Estado Novo: a centralização do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945)*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2017.

⁴² MOTTA, Marly Silva. *Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...op. cit.* P. 82-122. P. 100.

⁴³ MOTTA, Marly Silva. *Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... op. cit.* P. 82-122.

⁴⁴ Em 1945, foi fundada a Universidade do Brasil, atual UFRJ. A Universidade do Brasil absorveu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, instituição particular, fundada em 1938.

⁴⁵ KELLER, Vilma. Verbete “Eugênio Gudín”. *op.cit.*

⁴⁶ BENJAMIN, Cid; KELLER, Vilma. Verbete “Octávio Gouvêa de Bulhões”. *In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. op. cit.*

O corpo editorial da revista era composto por nomes de peso na economia nacional, que já haviam ocupado ou viriam a ocupar cargos importantes na administração pública, como foi o caso dos já citados de Eugênio Gudim, Octavio de Gouvêa Bulhões e de Mário Henrique Simonsen.⁴⁷

A FGV investiu na formação de alunos e professores ao promover o intercâmbio com universidades estrangeiras, principalmente norte-americanas, através de convênios com agências e organizações internacionais como a Fundação Ford, por exemplo.⁴⁸ Assim, a FGV foi um importante celeiro de técnicos que iriam compor a alta burocracia estatal.

1.3 – Espaços acadêmicos – as primeiras faculdades:

Um dos primeiros cursos superiores relacionados à área econômica foi a Faculdade de Ciências Políticas e Econômica do Rio de Janeiro, criada em 1926, ligada à Academia de Comércio e voltada para a formação de atuários. Embora fosse intitulado de faculdade, tal curso não oferecia diploma de bacharel aos seus alunos e tinha como pré-requisito para o ingresso que o estudante tivesse diploma de contador.⁴⁹

Em 1931, a reforma educacional de Francisco Campos discutiu a criação de uma faculdade de ciências econômicas na Universidade do Rio de Janeiro e a criação do Curso Superior de Administração de Finanças, o qual conferiria a seus alunos o diploma de bacharel em ciências econômicas.⁵⁰ Segundo Motta, esse curso superior tinha mais o objetivo de conferir aos profissionais do comércio – contadores e atuários – um diploma de nível superior e de formar mão de obra para ocupar determinados órgãos públicos, que propriamente formar economistas.⁵¹

A proposta de criação de uma faculdade de Ciências Econômicas na Universidade do Rio de Janeiro entrou em discussão e formou-se uma comissão para elaborar o currículo de tal curso. Houve polêmica sobre que viés dar a esse curso superior: um direcionamento mais prático, voltado para a área comercial e diplomática, rivalizava com um direcionamento no sentido de formar uma burocracia capaz de organizar e gerir o país. Considerava-se, na época, que os cursos superiores tinham uma

⁴⁷ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.*, p. 102-103.

⁴⁸ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.*

⁴⁹ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.*, p. 117; LOUREIRO, Maria Rita. Formação das elites ... *op. cit.* p. 308.

⁵⁰ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.*, p. 85.

⁵¹ MOTTA, Marly Silva. *Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... op. cit.* p. 85 e 123.

tradição “bacharelesca”, a qual deveria ser substituída por um direcionamento “científico”.⁵²

A regulamentação de cursos superiores somente ocorreu em 1938 e, nesse mesmo ano, foram fundadas duas faculdades particulares de economia: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) e a Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo. Ambas contaram com a participação de membros do empresariado na sua formação. Em São Paulo, o grupo Álvares Penteado já era dono de algumas das principais escolas particulares de comércio. A fundação de uma faculdade foi o passo mais óbvio assim que a oportunidade surgiu. No Rio de Janeiro, fundação da FCEARJ contou com a participação empresarial – segundo seu estatuto de fundação, parte de suas despesas seria custeada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) –, mas também com figuras do meio político, como o já citado Eugênio Gudin.⁵³

No Rio, apesar de fundada uma faculdade de Economia independente da área comercial e da área jurídica, na prática o curso era voltado para os formados nas escolas comerciais, ou seja, o enfoque era mais contabilista. Inclusive os alunos dos cursos técnicos em comércio tinham prioridade ao pleitearem uma vaga na Faculdade de Economia. Na opinião de alguns ex-alunos, era um curso frágil, com pouca relação com o campo da Economia - matérias relacionadas à teoria econômica ou de matemática aplicada eram inexistentes.⁵⁴

Somente em 1945 foi fundada a Faculdade Nacional de Economia e Administração da Universidade do Brasil (FNEA). Essa faculdade foi criada segundo o projeto idealizado por Bulhões e Gudin. Alguns pontos importantes desse projeto foram: a extinção do ensino noturno, em uma tentativa de elitizar o ensino de Economia (também exigia-se o ensino secundário, atual ensino médio, completo), separação da área econômica da área contábil (o curso de contabilidade e atuária deveriam ser independentes do curso de economia), e delimitação a área econômica com ênfase em matérias matemática, estatística e teoria econômica⁵⁵. A FCEA foi absorvida pela FNEA em 1945, porém durante muito tempo os alunos tiveram aula na sede da Fundação Getúlio Vargas.⁵⁶

⁵² MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.*

⁵³ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.*

⁵⁴ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.* p. 123.

⁵⁵ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.* p. 97-99.

⁵⁶ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.*

Em São Paulo, a primeira faculdade de Economia, criada em 1938, foi a Álvares Penteado, de propriedade do grupo econômico que dá nome à faculdade e que era dono de várias escolas de comércio. Porém, o ensino de Economia já figurava nos estatutos da USP. Em 1931, foi criado o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais da USP, que possuía três cursos: Economia e Finanças, Atividades Bancárias e Comércio.⁵⁷

A Economia também figurava no currículo da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), como matéria dos cursos Economia Social, Economia Internacional e História Econômica do Brasil. Segundo Motta, o contexto de fundação da ELSP e do curso de Sociologia, ou seja, o clima político e intelectual da década de 1930 era de busca por um saber pragmático, empírico, que revelasse os problemas da sociedade brasileira. O objetivo da ELSP era substituir o saber “literário” por um saber empírico e formar uma “elite comprometida com as decisões do governo”⁵⁸, ou seja, quadros profissionais aptos a auxiliar o governo na tomada de decisão. Nesse sentido, Motta afirma que “é evidente o destaque dado ao ensino de economia na ELSP, indicando a necessidade de estudos nessa área para uma configuração mais precisa da realidade nacional”⁵⁹. Se, por um lado, a Economia na ELSP ainda aparecia como auxiliar de outras disciplinas, por outro, era a Economia que forneceria subsídios sobre a situação econômica do país.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP) foi criada de fato em 1946, um ano depois de FNCE, com o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP (FCEA-USP). Possuía dois cursos: superior em Ciências Econômicas e superior em Ciências Contábeis e Atuárias. Em 1969, após reestruturação pela qual a USP passou, a FEA tornou-se Faculdade de Economia e Administração. Foi criado o curso de Administração, e a faculdade e dividiu-se em três departamentos: Economia, Administração e Contabilidade. Em 1990, passou a se chamar oficialmente Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, porém manteve a sigla inicial.⁶⁰

⁵⁷ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.*

⁵⁸ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.* p. 86.

⁵⁹ MOTTA, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos...*op. cit.* p. 86.

⁶⁰História e Mercúrio. FEAUSP. <https://www.fea.usp.br/fea/historia-e-mercurio> Consultado em 10/01/2020.

A fundação da FEA é associada tanto por Pinho⁶¹ quanto por Medeiros como uma necessidade do contexto político, social e econômico vivido pelo país no pós 2ª Guerra. Em depoimentos colhidos por Medeiros, os professores afirmam que a criação da FEA foi fundamental para municiar o Estado e até mesmo o empresariado de dados estatísticos sobre o desenvolvimento das regiões brasileiras, que eram (e continuam sendo) muito desiguais. Benevides afirma o mesmo, lembrando ainda que a fundação de cursos superiores de Economia foi um dos pontos debatidos durante o I Congresso de Economia, ocorrido em 1943 no Rio de Janeiro.⁶²

Para Pinho, devido à complexidade econômica e tendo em vista o desenvolvimento produtivo do país, tornava-se cada vez mais necessário ao Estado e à sociedade o profissional formado em economia. “A FCEA/USP representava uma nova vertente: aquela voltada para intervenção no desenvolvimento econômico do país nas órbitas públicas e privadas.”⁶³

Pinho lembra também a relação entre a FEA e sociedade:

uma das características mais importantes da Faculdade de Ciências Econômicas da USP foi a possibilidade de interação de seus professores com a empresa privada, associações de classes e os governos da federação, estados e municípios. Aliás, entre as razões de sua criação, estava a colaboração com a administração pública e as empresas privadas e a formação de quadros administrativos específicos, além do relacionamento com centros científicos brasileiros e estrangeiros.⁶⁴

Com a fundação da FEA da USP, abria-se em São Paulo um espaço acadêmico próprio para o desenvolvimento da Economia como disciplina independente de outros cursos superiores. O corpo docente foi formado por professores oriundos das escolas de comércio, principalmente da Fundação Álvares Penteado, e também por professores de outros cursos da própria universidade. O enfoque estava muito voltado para a área jurídica e isso se devia à presença de vários professores do curso de Direito ministrando disciplinas relacionadas à área.⁶⁵

Segundo Pinho, a faculdade não contratou professores estrangeiros para lecionar na FEA. Ela própria e Alice Canabrava, por exemplo, duas das primeiras professoras da

⁶¹ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências Econômicas. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1981.V.I.

⁶² PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências... *op. cit.*

⁶³ BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversa com economistas*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 18.

⁶⁴ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências...*op. cit.* p. 44

⁶⁵ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências...*op. cit.*

FEA, eram formadas respectivamente em Filosofia e História. Também havia professores provenientes da Sociologia e Engenharia. Ou seja, para compor o quadro docente da FCEA, foram recrutados professores de vários cursos da USP.⁶⁶ Segundo Roberto Macedo⁶⁷ e o próprio Delfim Netto⁶⁸, os professores eram “autodidatas”, pois buscavam entender uma área na qual não tinham conhecimento específico.

Esse recrutamento teria dado ao curso uma feição mais europeizada. Embora Pinho afirme que a influência estrangeira na FEA só começou durante a década de 1960, devido ao fato de a faculdade ter se inclinado mais para uma visão econômica nos moldes norte-americanos, a partir de reformas ocorridas nessa década, Medeiros identifica a influência europeia, devido à própria formação da USP. Em 1934, vários professores franceses e italianos foram contratados pelo governo paulista para integrar os quadros da USP, ajudando assim a formar a nova universidade. Isso fez com que a USP, de maneira geral, tivesse uma feição mais europeia e mais institucional.⁶⁹

Durante parte da década de 1950, a FEA enfrentou uma dura crise e um dos fatores dessa crise era exatamente a falta de sincronia do ensino de Economia com as exigências do mercado de trabalho e o fato de o ensino de Administração estar mais voltado para a realidade da Administração Pública do que para a iniciativa privada.⁷⁰

1.4 – Produção acadêmica:

É nesse contexto que Delfim se insere na FEA, em 1948, dois anos depois de fundada a faculdade. Inicialmente, ele queria ingressar no curso de Engenharia – uma das carreiras de maior *status* social então. Mas por conta de sua situação financeira familiar, que não permitia sustentar um filho no curso de Engenharia, ele optou por Economia. “Originalmente a minha intenção era ser engenheiro, mas minha família não

⁶⁶ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências... *op. cit.*

⁶⁷ MACEDO, Roberto. A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional. *In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.* São Paulo, 1981.V.I.

⁶⁸ DELFIM NETTO, Antônio. Formação. *In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. Conversas... op. cit.* p. 91.

⁶⁹MOTTA, Marly Silva. Institucionalização do ensino Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos... *op. cit.*

⁷⁰ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências ... *op.cit.*

tinha condições [...] Foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas na USP, em 1945, e eu decidi fazer Economia. Fiquei muito feliz com a Economia”.⁷¹

Quando da fundação do curso de Economia na USP, boa parte de seus alunos eram provenientes dos cursos ginasiais em comércio e contabilidade, o que atesta como a faculdade ainda estava atrelada à área de comércio. Além disso, a faculdade de Economia significava para esses jovens, em sua maioria provenientes de famílias simples, uma forma de ascender socialmente através do ensino universitário, pois era possível trabalhar e estudar.⁷² Dessa maneira, repetia-se na USP algo que também acontecera no Rio de Janeiro, quando da fundação dos primeiros cursos de Economia pela iniciativa privada. Delfim se formou em 1952 e, no mesmo ano, foi convidado para ser professor assistente pelo catedrático em Econometria e Estatística, Luiz de Freitas Bueno.⁷³

Segundo Roberto Macedo⁷⁴, a produção acadêmica de Delfim Netto não é muito robusta. Ocorreu basicamente entre 1950 e 1967, ano em que ele assumiu o Ministério da Fazenda. Suas principais publicações, para Macedo, são *O problema do café no Brasil* e *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*.

Entretanto, essa informação pode ser relativizada a partir da análise de Gian Carlo Hespanhol⁷⁵, que se debruçou sobre o pensamento de Antônio Delfim Netto. Hespanhol estudou a produção bibliográfica do economista entre os anos 50 e 60. Sua tese revelou que além da produção propriamente acadêmica, produzida para a universidade, como sua tese de cátedra e sua tese de doutoramento, Delfim Netto escreveu e publicou para revistas econômicas, versando principalmente sobre agroexportação. É o caso dos artigos publicados pela *Revista dos Mercados*, da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP), na qual o economista publicou entre 1952, ano em que se formou, e 1955. Delfim Netto também ministrou um curso na BMSP e teve textos publicados na revista *Digesto Econômico*, mantida pela Associação Comercial de

⁷¹ DELFIM NETTO, Antônio. Formação. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas... op. cit.* p. 90

⁷² BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas... op. cit.* p.17-18.

⁷³ DELFIM NETTO, Antônio. Formação. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L. e REGO, José Marcio. *Conversas... op. cit.* p. 89.

⁷⁴ MACEDO, Roberto. Antônio Delfim Netto. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.15, nº 43, set/dez, 2001.

⁷⁵ HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto*. Dissertação de mestrado em História Econômica. São Paulo: USP, 2017.

São Paulo (ACSP). Ele também publicou na *Revista de Ciência Econômica*, editada pela Ordem dos Economistas de São Paulo.⁷⁶

Sua obra mais celebrada é *O problema do café no Brasil*⁷⁷. Delfim Netto fez um abrangente estudo sobre o negócio do café. Os três primeiros capítulos tratam da ação do Estado na defesa do produto. A tese exhibe uma estrutura cronológica até o terceiro capítulo, ou seja, a ação estatal na valorização do café é abordada pelo viés da história econômica. Os demais capítulos são temáticos e tratam de aspectos econômicos e políticos da agroexportação do café, tais como elasticidade da demanda cafeeira, flutuação do preço do produto, acordos internacionais para o café, economia nacional e o café e etc.

Para a época, isso foi uma inovação porque os estudos econômicos estavam mais centrados nas teorias e narrativas históricas, com pouco aferimento matemático. Isso ocorria porque a disciplina de Economia estava nascendo como campo científico no país, como área disciplinar delimitada. A maior parte dos professores da FEA não era de economistas, mas sim geógrafos, historiadores, sociólogos, engenheiros e advogados. Ou seja, tudo que tinha sido feito até então fora executado sob o olhar do historiador, do engenheiro, do advogado etc.

A obra é apontada por Maria da Conceição Tavares como “histórico-estrutural”, que completa afirmando que Delfim se filiava a essa tradição, bem como outros economistas de sua geração – como Celso Furtado.⁷⁸ Já Afonso Celso Pastore considera esse trabalho de alto nível e comparável aos trabalhos de ganhadores do Nobel de Economia, como Douglass North, em uma tentativa de aplicar métodos quantitativos e análise econômica a um acontecimento histórico.⁷⁹ Luiz Gonzaga Belluzzo, perguntado sobre livros que considera referência na área de Economia no Brasil, cita a tese de Delfim como excelente.⁸⁰

Ou seja, *O problema do café no Brasil*, é considerada uma obra influenciada pelo estruturalismo, que combina métodos quantitativos e análise econômica para compreender o negócio do café, o principal produto primário da pauta de exportações

⁷⁶ HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo... Op. cit.*

⁷⁷ DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – UPS, 1981 [1958].

⁷⁸ TAVARES, Maria da Conceição. Formação. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversa... op. cit.* p. 129 e 134.

⁷⁹ PASTORE, Afonso Celso. Sobre alguns economistas brasileiros e suas obras. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversa ... op. cit.* p. 220 – 221.

⁸⁰ BELUZO, Luiz Gonzaga. Influências. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversa ... op. cit.* p. 258.

brasileira desde meados do século XIX. Não à toa, Delfim Netto, durante os anos 50, prestou serviços de consultoria para a ACSP, instituição que concentra o empresariado envolvido com o comércio de importação e exportação.

Em relação a *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*⁸¹, Macedo comenta o fato de ser basicamente uma resenha da literatura da época acerca do desenvolvimento econômico, porém também salienta pontos importantes: o fato de revelar um Delfim muito afeito ao planejamento econômico – “É ilusão pensar que existe a alternativa planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, [...] é planejar bem ou mal”⁸² – e a crítica a algumas teses estruturalistas de Celso Furtado, como a restrição externa (restrição à exportação), ou a inelasticidade de produção agrícola.

O estruturalismo na Economia remonta à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), organização criada em 1948, formada por economistas latino-americanos, com sede em Santiago do Chile. Seu principal difusor era Raúl Prebisch, economista argentino, responsável pela fundação do Banco Central de Argentina, sendo gerente-geral da instituição entre 1935 e 1943. Segundo os estruturalistas, o subdesenvolvimento é fruto de desequilíbrios estruturais dos países pobres e não apenas de questões monetárias. Um desses problemas estruturais é a dependência econômica em relação aos países centrais. Prebisch considerava que havia um desenvolvimento desigual entre países subdesenvolvidos (da América Latina e Caribe, por exemplo) e potências centrais (Estados Unidos e potências europeias). Viam na industrialização a maneira pela qual o subdesenvolvimento poderia ser superado. Defendiam a intervenção estatal na economia através do protecionismo e do planejamento econômico, como forma de proteger a economia nacional da concorrência desleal das potências centrais. De maneira geral, as teses cepalinas significaram uma abordagem alternativa ao liberalismo econômico, que levava em consideração a tensão política entre grandes potências industriais e países subdesenvolvidos e subordinados econômica e politicamente às grandes potências. No Brasil, as ideias de Cepal foram difundidas principalmente por Celso Furtado. Além de Furtado, participaram da Cepal Maria da

⁸¹ DELFIM NETTO, Antônio. *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*. São Paulo: Editora da USP, 1966.

⁸² MACEDO, Roberto. Antônio Delfim Netto. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.15, nº 43, set/dez, 2001. p. 378.

Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, José Serra, dentre outros.⁸³

As teses cepalinas tiveram ampla aceitação por parte dos desenvolvimentistas – os “nacionalistas” – por conta da defesa do protecionismo estatal. Segundo Bielschowsky, o desenvolvimentismo foi uma ideologia política surgida durante a década de 1930, que tinha como premissa a superação do subdesenvolvimento através da industrialização – esse era um dos pontos em comum com as teses cepalinas. Ele divide a corrente desenvolvimentista em duas categorias: desenvolvimentista do setor público e desenvolvimentistas do setor privado. Os desenvolvimentistas do setor privado defendiam a participação das empresas privadas no desenvolvimento industrial do país. Já os desenvolvimentistas do setor público dividiam-se em duas vertentes: não nacionalistas e nacionalistas. Os “não nacionalistas” defendiam o desenvolvimento, mas com uma presença mínima do Estado e a parceria deste com capitais privados nacionais ou estrangeiros. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento do país com presença forte do Estado nas áreas de energia, transporte, mineração e alguns setores da indústria⁸⁴.

Mantega compreende o desenvolvimentismo de maneira diferente. Para ele, o desenvolvimentismo resulta da querela ocorrida durante os anos 40 entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Simonsen era um industrial que acreditava no desenvolvimento através da industrialização. Rivalizava com Gudin, que acreditava no livre comércio, mas era defensor da “vocação agrária” do Brasil. O desenvolvimentismo se fortalece nos anos 50, tendo como principal característica a interven o estatal na economia no sentido de estimular a produ o industrial, e teve como ponto de apoio a Cepal. Dessa maneira, economistas como Roberto Campos, o qual Bielschowsky considera um “desenvolvimentista não nacionalista”, para Mantega seriam apenas liberais monetaristas.⁸⁵

A ênfase na necessidade de planejamento econômico aproximaria Delfim Netto dos cepalinos e desenvolvimentistas. Mas esse planejamento seria setorial, de acordo com a análise de diversas variáveis e não um planejamento geral, como queriam os cepalinos. Outro ponto de discordância eram as causas do subdesenvolvimento, que para a Cepal tinham rela o com a estrutura sociopolítica das sociedades

⁸³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *História do Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 11-18.

⁸⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *História do Pensamento Econômico Brasileiro. op. cit.*

⁸⁵ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 5ª edi o. Petrópolis: Vozes, 1990 [1984].

subdesenvolvidas. Segundo Macedo, Delfim rejeitava essa explicação. Para ele, a causa do subdesenvolvimento era a ausência de meios materiais. Uma vez fornecidos esses meios aos produtores, o subdesenvolvimento seria superado.⁸⁶

Gian Carlo Hespanhol também pontuou algumas diferenças e semelhanças entre Delfim Netto e Celso Furtado. Para Hespanhol, Delfim Netto aproximava-se de Furtado no que dizia respeito à taxa de câmbio relacionada ao preço do café. Para ambos, uma taxa de preço menor manteria o preço do café estável. Isso não reduziria os lucros. Pelo contrário, manteria o lucro dos cafeicultores numa margem aceitável. Entretanto, os dois divergiam quanto à questão do custo de mão-de-obra no processo de desenvolvimento. Furtado argumentava que a oferta de mão-de-obra no campo é alta, por isso os salários eram muito baixos – quanto maior a oferta, mais baixo é o preço do produto – e não influenciam no custo da produção. Nesse sentido, uma reforma agrária significaria redistribuição de renda. Já para Delfim Netto, o custo da mão-de-obra sempre seria um fator importante no custo da produção. No Brasil, o negócio do café desviaria mão-de-obra de outros setores agrícolas, notadamente o setor de subsistência. Isso acabava por encarecer a mão-de-obra nesses setores – porque ela era escassa, conseqüentemente, aumentando os custos da produção.⁸⁷

Já Marineli pontuou as características desenvolvimentistas no discurso de Delfim Netto⁸⁸. De fato, em *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*, Delfim Netto deixa claro que nenhum país se trona desenvolvido tendo a agroexportação como principal atividade econômica, deixando o país em um estágio primário de desenvolvimento. Delfim entende o desenvolvimento econômico como o aumento da capacidade produtiva da mão-de-obra, o que só pode ocorrer com mudanças estruturais na sociedade:

Nas sociedades subdesenvolvidas, onde o setor externo produziu um suficiente dinamismo, criou-se um mercado interno relativamente importante, alimentado pelas importações, as transformações da estruturais consistem, em geral, na criação e ampliação da atividade industrial.⁸⁹

⁸⁶ MACEDO, Roberto. A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional. In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade... op. cit.*; MEDEIROS, MEDEIRO, Mirian de. *Institucionalização do ensino... op. cit.*

⁸⁷ HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo...op. cit.*

⁸⁸ MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro. op. cit.*

⁸⁹ DELFIM NETTO, Antônio. *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento. op. cit.* p. 35.

Ou seja, a própria industrialização consiste na mudança estrutural que leva ao desenvolvimento. Logo, só há desenvolvimento via atividade industrial.

A agricultura se relaciona ao desenvolvimento industrial no sentido de representar mercado consumidor para produtos industrializados vinculados à produção – com máquinas, equipamentos e outros insumos – bem como no sentido de oferecer produtos de subsistência a um preço acessível. Isso só ocorreria se a mão-de-obra agrícola não fosse desviada, em sua maior parte, para as atividades de agroexportação.⁹⁰

Marineli, bebendo em Ricardo Bielschowsky⁹¹, considera que Delfim Netto transitaria entre os desenvolvimentistas nacionalistas e os desenvolvimentistas não nacionalistas. Os desenvolvimentistas nacionalistas estariam ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), defendiam a intervenção estatal na economia como forma de direcionar o desenvolvimento industrial, no sentido de priorizar a produção nacional e a autossuficiência do país na produção industrial. O sentido do desenvolvimento para os nacionalistas era a autossuficiência, superação do subdesenvolvimento e da subordinação em relação aos países centrais capitalistas. Já os desenvolvimentistas não nacionalistas advogavam a mão do Estado apenas para apoiar a industrialização. Admitiam a participação do capital estrangeiro nesse processo⁹².

Para Marineli o pensamento e a prática de Delfim Netto convergem para o desenvolvimentismo nacionalista, no que diz respeito às soluções para o atraso econômico brasileiro – industrialização planejada e reformas econômicas e sociais – e ao emprego do capital estrangeiro – o qual deveria ocorrer com limites e regras de atuação. Mas o autor diverge dos anteriormente citados no que se refere à produção de bens de capital e em relação às questões sociais. Delfim Netto não pensava ser prioritária a nacionalização da produção de bens de capital. No que diz respeito às questões sociais, como emprego e combate à pobreza, só seriam discutidas quando relacionadas aos fatores produtivos. Por exemplo: educação voltada para a formação de mão-de-obra, reforma agrária voltada para auxiliar o desenvolvimento industrial, criando mercado consumidor para produtos industrializados.⁹³ Marineli situa Delfim próximo ao pensamento de Roberto Campos “liberto da influência estruturalista”.⁹⁴

⁹⁰ DELFIM NETTO, Antônio. *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*. op. cit.

⁹¹BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro...* op. cit.

⁹² MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro*. op. cit.

⁹³ MARINELI, Felipe. *O Pensamento de Antônio Delfim Netto...* op. cit. p. 187.

⁹⁴ MARINELI, Felipe. *O Pensamento de Antônio Delfim Netto...*op. cit. p. 186. Roberto Campos é considerado por Bielschowsky como um economista desenvolvimentista que inicialmente era

Ele também se distanciava do desenvolvimento da Cepal no que se refere às causas estruturais do subdesenvolvimento e sobre a importância de se compreender a estrutura social e política de um país para elaborar soluções para o atraso, que levassem ao desenvolvimento econômico e social. Segundo Marineli, para Delfim Netto, essas questões só eram importantes quando quantificáveis.⁹⁵ Em *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*, Delfim Netto lembra que

o fenômeno do desenvolvimento, em sua totalidade, transcende aos quadros da economia. Isso não pode não de ser utilizado (como o tem sido com frequência como justificativa para um enfoque puramente sociológico do problema. Não apenas porque tal enfoque, quando reduzido às suas verdadeiras proporções revela normalmente apenas tremenda confusão semântica, mesclada com um comportamento imaginoso das classes sociais, mas precisamente porque a teoria econômica desenvolveu nos últimos 150 anos uma “técnica de pensar” adequada e altamente eficiente para a análise e compreensão dos aspectos econômicos das formas de convivência humana.⁹⁶

Ou seja, discussões políticas, sociais eram dispensáveis. Seu interesse era apenas a economia do ponto de vista mais pragmático possível. No mesmo livro, ele enfatiza que o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento econômico é independente do sistema ou regime político. O desenvolvimento ou o subdesenvolvimento de uma economia depende dos recursos disponíveis em cada sociedade.

Não importa, de fato, como se distribui o poder político, como se organiza a coletividade, como se imagina a natureza das contradições assim criadas, porque não existe nenhuma forma de organização social que seja capaz de iludir aqueles problemas: não há sortilégio ideológico capaz de reprimir a expansão das necessidades coletivas e não há forma mística capaz de superar as limitações tecnológicas e a limitação de recursos. (...) seria desastroso para o conhecimento da realidade a redução da análise econômica a análise sociológica.⁹⁷

Para Delfim, o que produzia o subdesenvolvimento e a pobreza, bem como o desenvolvimento e a prosperidade econômica, era a limitação ou abundância de recursos em uma sociedade. Discussões políticas e sociológicas seriam inócuas, pois não

nacionalista, porém, em determinado ponto de sua trajetória intelectual, tornou-se um desenvolvimentista não-nacionalista. Ver BIELSCHOWISKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro... op. cit.*

⁹⁵ MARINELI, Felipe. *O Pensamento de Antônio Delfim Netto...op. cit.*

⁹⁶ DELFIM Netto. *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966. p. 19.

⁹⁷ DELFIM Netto. *Alguns Problemas do Planejamento ... op. cit.* p. 19-20

resolveriam o problema da falta de recursos e ainda atrapalhariam a compreensão da realidade.⁹⁸

Como se vê, a produção acadêmica de Delfim Netto é complexa, revela um diálogo não apenas com os referenciais teóricos econômicos da época, mas também com correntes de pensamento político. Delfim também teve o mérito, segundo Roberto Macedo⁹⁹, de ajudar a difundir a Econometria na FEA em uma época em que os estudos econométricos eram ainda muito tímidos no Brasil, visto que o campo acadêmico da Economia ainda estava muito relacionado ao ensino comercial e, na FEA, era muito influenciado pelo Direito¹⁰⁰.

1.5 – Reformulação do Ensino de Economia e fundação do Instituto de Pesquisa Econômica (IPE):

É corrente a opinião entre antigos professores do curso e de ex-alunos que Delfim sempre atuou no sentido de promover o curso de Ciências Econômicas da USP e que sua presença na faculdade foi forte, deixando uma marca somente superada gradativamente após sua saída.¹⁰¹

Roberto Macedo, no artigo *A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional*, afirma que o nome de Delfim era pouco conhecido fora de São Paulo.

era um nome de dimensão apenas local e assim mesmo limitada a sua área profissional. [...] sabia-se que, além das suas atividades na faculdade, exercia também outras fora dela, principalmente na Comissão Interestadual da Bacia Paranaguá-Uruguaí, que era uma autarquia do Estado, voltada para o planejamento regional, na Associação Comercial de São Paulo e na Associação Nacional de Programação Econômica (ANPES).¹⁰²

Ou seja, fora da universidade, Delfim ainda não era figura de projeção como seus pares do Rio, já envolvidos com a administração pública, como Roberto Campos e Bulhões. Porém, dentro da universidade ganhou carisma, admiração e prestígio.

⁹⁸ DELFIM Netto. *Alguns Problemas do Planejamento ... op. cit.*

⁹⁹ MACEDO, Roberto. *A projeção... op. cit.*

¹⁰⁰ PINHO, Diva Benevides. *O departamento de Ciências Econômicas... op. cit.*

¹⁰¹ MACEDO, Roberto. *A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional. In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). História da Faculdade... op. cit. e MEDEIROS, Mirian de. Institucionalização do ensino... op. cit.*

¹⁰² MACEDO, Roberto. *A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional. op. cit. p. 325-26.*

Como professor assistente, auxiliou Bueno de Freitas na organização de seminários, com alguns alunos da FEA, nos quais eram lidos autores que dificilmente chegavam aos estudantes através das aulas regulares na faculdade. Sobre esse grupo que se formou, Macedo afirma:

o trabalho desenvolvido pelo professor Antônio Delfim Netto e seus principais colaboradores na FEA, era [...] um projeto que [...] tinha ampla dimensão acadêmica, voltada para a consolidação de determinada visão da economia brasileira, da qual seguiam uma série de proposições para enfrentar os seus problemas. [...] O grupo destacava-se pela vinculação com uma linha de pensamento econômico que passou a dominar o ensino de economia, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, e que é essencialmente constituída pela aplicação da teoria neoclássica, no plano microeconômico, juntamente com as ideias keynesianas ou monetaristas no plano macroeconômico.¹⁰³

Para Pastore, ex-orientando de Delfim Netto e um de seus principais discípulos e parceiros no livro *Problema da Inflação Brasileira*, o economista foi importante mais pelos seminários que organizava do que pelas aulas regulares ministradas na cadeira de Estatística:

Delfim certamente foi um dos mais importantes, foi meu professor na graduação no curso de estatística econômica. Mas não foi importante por causa do curso, ele foi importante por causa dos seminários. Havia o seminário de teoria neoclássica às quartas-feiras e o seminário de teoria marxista às sextas.¹⁰⁴

Ao mesmo tempo, Delfim Netto se envolvia em querelas entre os professores, conforme afirma Macedo:

Dentro da FEA, era conhecido como articulador político envolvendo-se frequentemente em pendências acadêmicas e administrativas com outros professores da faculdade, o que vez por outra gerava entre os alunos uma série de discussões a respeito do poder e do prestígio de cada um deles dentro da estrutura da FEA.¹⁰⁵

A Associação de Antigos Alunos da FEA, mais tarde chamada de Associação de Ex-Alunos da FEA, foi também um espaço importante na atuação e projeção de Delfim dentro da FEA. A associação foi criada em 1954 e, segundo depoimentos, Delfim foi

¹⁰³ MACEDO, Roberto. A projeção da entidade... *op. cit.* p. 326-27.

¹⁰⁴ BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com...* *op. cit.* p. 216.

¹⁰⁵ MACEDO, Roberto. A projeção da entidade... *op. cit.* p. 325.

um de seus fundadores e principais incentivadores.¹⁰⁶ Inicialmente, a associação era apenas um grêmio que congregava ex-alunos, mantendo os vínculos dos mesmos com a faculdade. Com o passar do tempo, e também por conta do fato de participarem da Associação ex-alunos que se tornaram professores da FEA, a associação assumiu um papel importante em algumas questões, como na criação do curso de Administração e a reformulação do curso de Economia durante a segunda metade da década de 1950. Exatamente durante esse período, Delfim foi o presidente da instituição – entre 1954 e 1957. Guagliardi comenta que o primeiro momento em que a associação foi chamada a opinar sobre assuntos da faculdade foi quando entrou em discussão a proposta de instalação do curso de Administração. O projeto, idealizado pelo professor de Estatística, Ruy Aguiar da Silva Leme, visava sanar as críticas de ex-alunos de que o curso era voltado para a Administração Pública e, ao entrarem para a iniciativa privada, sentiam-se pouco familiarizados com a administração de empresas privadas. A associação promoveu várias reuniões para debater o assunto, chegando a reunir, em uma dessas sessões, cerca de 60 ex-alunos, sendo o projeto aprovado.¹⁰⁷

A Associação de Ex-Alunos também disputou influência na Ordem dos Economistas de São Paulo (OESP). Nessa empreitada, Guagliardi também relata o papel de Delfim Netto. A OESP era dominada por representantes das primeiras faculdades de Economia surgidas em São Paulo, durante a segunda metade da década de 1930, e também por representantes das antigas escolas de comércio. O grupo de maior influência era oriundo da faculdade Penteado, que, segundo Guagliardi, dominou a OESP por anos. Os cursos oferecidos por essas instituições eram voltados para contabilistas – uma vez que economistas oriundos dessas instituições ocupavam a Ordem dos Economistas de São Paulo, é de se supor que conferiam à instituição um perfil institucional mais voltado para a Contabilidade que para a Economia propriamente. Guagliardi, relatando depoimento de Luiz Paulo Casanova, ex-aluno da FEA e participante da associação, afirma que em reunião da Associação de Ex-alunos, ficou deliberado que a associação deveria disputar espaço dentro da OESP. Dessa forma, montaram chapa e ocuparam cargo na tesouraria, diretoria e no conselho da instituição.¹⁰⁸

¹⁰⁶ GUAGLIARDI, José Augusto. A Associação dos Ex-alunos. In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1981. p. 347.

¹⁰⁷ GUAGLIARDI, José Augusto. A Associação dos Ex-alunos... *op. cit.* p. 348.

¹⁰⁸ GUAGLIARDI, José Augusto. A Associação dos Ex-alunos... *op. cit.* p. 349.

O Conselho Universitário também foi um dos alvos de Delfim. Ele concorreu como suplente da chapa formada por Fernando Henrique Cardoso, em 1957. Segundo Cardoso, a chapa foi formada por professores dos cursos de Medicina, Filosofia, Direito e Economia. Ironicamente, Cardoso afirmou que a indicação de Delfim como suplente ocorreu por conta da aliança de seu grupo com uma ala menos conservadora do curso de Economia.¹⁰⁹

Em 1965, foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (IPE-USP), ao mesmo tempo em que se efetuou uma reforma do ensino de Economia na universidade. Segundo Delfim Netto, a fundação do IPE foi algo “natural”. Essa afirmação se baseia no fato de já existir na FEA todo um esforço em debater e pensar a Economia, bem como as vertentes teóricas de então, através da formação de grupos de estudos e seminários entre os acadêmicos. Roberto Macedo, ao enfatizar a importância da figura de Delfim para o desenvolvimento da FEA, também cita os inúmeros seminários e a produção de material acadêmicos para tais encontros, com a intensa participação e organização de Delfim Netto nesses eventos internos¹¹⁰. Então, podemos considerar que havia um ambiente acadêmico propício na FEA que impulsionava a faculdade no sentido de, em algum momento, organizar sua pós-graduação.

Esse ambiente propício a uma mudança não se formou repentinamente. Durante a segunda metade da década de 50 e início dos anos 60, era predominante a opinião de que o ensino na FEA, bem como em outras faculdades de Economia estava defasado. Loureiro associa essa defasagem e má qualidade à proliferação de cursos superiores de Economia, na medida em que a profissão foi sendo valorizada.¹¹¹

A FEA passava por uma crise. Inicialmente, foi pensada para atender às necessidades do país e também do mercado. É o que afirma Raul Eckerman, economista e integrante da turma de 1960: “as intenções da FCEA eram grandiosas: formar a um tempo pessoas de conhecimento universal, mas que também possuíssem conhecimento instrumental disponível no mercado de trabalho.”¹¹²

Porém, a FEA não conseguia dar conta dessas duas “missões”. Em várias ocasiões, Delfim Netto, já professor da universidade, apontou as dificuldades que o curso enfrentava, como a distância entre a realidade da economia brasileira e os

¹⁰⁹ MONTEIRO, Paula e MOURA, Flávio. *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

¹¹⁰ MACEDO, Roberto. A projeção da entidade... *op. cit.*

¹¹¹ LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. *In: Revista Análise*. Porto Alegre: PUCRGS, V. 17, n. 2, jul./dez. 2006, p. 353.

¹¹² BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com... op. cit.* p. 22.

conteúdos ensinados na faculdade, a necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho. É o que demonstra o trecho seguinte, publicado em *O Canguru*, revista do corpo discente da FEA, e citado por Medeiros:

[...] o Brasil não pode utilizar para controlar a sua economia, os mesmos instrumentos de política econômica utilizados pela Inglaterra, pela Alemanha, pelos Estados Unidos etc. Como, pois, ensinar em nossas Faculdades simplesmente a teoria ali desenvolvida?¹¹³

A afirmação de Delfim Netto em um periódico produzido pelos alunos da FEA demonstra que os discentes viam nele um interlocutor com a direção da faculdade. Também demonstra que a distância entre o ensino de Economia e sua aplicação prática era algo percebido tanto pelos discentes, como por representantes do corpo docente.

Num segundo trecho, Delfim Netto demonstra preocupação com a adequação do curso as necessidades do mercado de trabalho.

Julgo que, o verdadeiro problema da Faculdade é o da definição precisa dos seus objetivos, que somente poderá ser resolvido atentando-se para as atuais exigências do **mercado de trabalho**... Entretanto, para que possamos aproveitar a situação do mercado, acredito que todos, alunos antigos, alunos e professores, devemos, num esforço conjunto, repensar os problemas da Faculdade e procurar ajustá-la, cada vez mais, a nossa realidade.¹¹⁴ [grifo no original]

A faculdade chegou a enfrentar uma greve de alunos entre 1956. Os principais problemas apontados eram o alto índice de evasão e a baixa procura pelos cursos ministrados, a desatualização entre o conteúdo ministrado na faculdade e o mercado de trabalho. Segundo Benevides, a Matemática e a Estatística eram cada vez mais utilizadas, porém os alunos não tinham condições de aplicá-las no cotidiano.¹¹⁵

A fundação do Instituto de Pesquisa Econômica (IPE) estava relacionada a todo um esforço da própria comunidade acadêmica da FEA e do governo civil-militar em fundar polos acadêmicos de referência em Economia. No mesmo período, foi fundada também a Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV),

¹¹³ *O CANGURU*, 1957, p. 7. Apud MEDEIROS, Maria Rita. *Institucionalização do ensino... op. cit.* p. 76.

¹¹⁴ *O CANGURU*, 1957, p.13. Apud MEDEIROS, Maria Rita. *Institucionalização do ensino... op. cit.* p. 77.

¹¹⁵ PINHO, Diva Benevides. O departamento de Ciências Econômicas. . In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1981. p. 44.

cujo principal expoente era Mário Henrique Simonsen. No IPE, o principal expoente acadêmico da era o “professor Delfim Netto”.¹¹⁶

Se existia uma cena acadêmica propícia e ansiosa pela fundação de cursos de pós-graduação no Brasil e por mudanças no currículo e no direcionamento nos cursos superiores de Economia, também existiam personagens centrais, capazes de atrair financiamento para tanto. Delfim era um desses agentes e sua participação no sentido de incentivar uma reorganização da FEA, atrair financiamentos e bolsas, é destacada por Mirian de Medeiros: “A questão dos intercâmbios de professores foi primordial, principalmente para os docentes de Economia. As bolsas de estudos haviam sido conseguidas por aquele departamento, com o auxílio do Prof. Delfim e de Miguel Colasuonno.”¹¹⁷

Foi fundamental a presença e participação de Delfim Netto na obtenção de bolsas de estudos tanto para a Economia quanto para a Administração, curso criado efetivamente em 1964. Nesse período, Delfim Netto já possuía relações estreitas com os economistas que faziam parte da equipe econômica do governo ditatorial – Roberto Campos, Glycon de Paiva, Mário Henrique Simonsen – iniciadas por conta de sua participação em entidades como o Instituto de Pesquisas Econômica e Social (Ipes) e a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes), todas essas organizações privadas de perfil político, nas quais os economistas e empresários congregavam interesses de classe.

Além da Fundação Ford, as fontes financiadoras do IPE (bem como da EPGE/FGV, no Rio), foram a *United States Agency for International Development* (USAID), o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP). Afirma Biderman: “o IPE surge com a mesma fonte de financiamento. Ambos os cursos estão ligados, desde os primórdios, simultaneamente às instituições nacionais-governamentais e instituições internacionais”.¹¹⁸ Ou seja, o apoio desses organismos internacionais, propiciado pelo ambiente político de então – pós-golpe de 1964, com o governo ditatorial de Castelo Branco já estabelecido – foi fundamental para a formação do IPE.

Em 1966, ocorreu o encontro de Itaipava. Esse evento reuniu importantes economistas da época, quase todos envolvidos diretamente com a ditadura civil-militar, representando instituições superiores de ensino para discutir novos parâmetros para o

¹¹⁶ BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com... op. cit.* p. 20.

¹¹⁷ MEDEIRO, Mirian de. *Institucionalização do ensino... op. cit.* p. 86.

¹¹⁸ BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com... op. cit.* p.22.

ensino de Economia no Brasil. Delfim Netto obviamente participou. Tavares comenta que, no encontro de Itaipava, Delfim Netto reuniu-se com os representantes da Fundação Ford e, assim, obteve financiamento para a criação do IPE, que formou, segundo Tavares, a primeira pós-graduação em Economia do Brasil, antes da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.¹¹⁹

O encontro de Itaipava marcou também os novos rumos traçados para ensino de Economia, com um direcionamento mais relacionado às ideias econômicas propagadas pelos centros de difusão acadêmica dos EUA – o que os pesquisadores chamam de “internacionalização” do ensino de Economia, ou mesmo “americanização”, visto que “tal modernização ocorreu no contexto da incorporação sistemática, por parte das instituições de ensino e pesquisa do país, dos padrões teóricos e metodológicos em vigor nos países desenvolvidos, em particular nos EUA”.¹²⁰

A partir de convênios entre instituições de ensino brasileiras e instituições estrangeiras, especialmente norte-americanas, com bolsas concedidas pela USAID e fundações como Ford e Rockefeller, docentes e graduados em Economia faziam intercâmbio fora do país. Essa nova geração de economistas formou-se dentro da concepção econômica norte-americana, a qual destoava da orientação europeia e da influência desenvolvimentista, presentes em alguns cursos como o oferecido pelo Conselho de Economia. Tavares comenta que o Conselho de Economia oferecia o curso de Análise Econômica, o qual possuía inclinação desenvolvimentista.¹²¹

Medeiros, citando depoimentos dos professores Diva Pinho e Geraldo Toledo, afirma que o Departamento de Economia estava dividido em várias correntes ideológicas, porém a mais importante era a desenvolvimentista.¹²² Ou seja, a “americanização” do ensino de Economia representou o abandono dos parâmetros desenvolvimentistas que guiavam a expansão industrial brasileiro desde os anos 40.

Delfim afastou-se da área acadêmica a partir de 1967, quando foi nomeado ministro da Fazenda do governo Costa e Silva. Dedicou-se às suas atividades políticas como ministro (Fazenda, governos Costa e Silva, 1967-1969, e Médici, 1969-1974; e ministro da Agricultura e Planejamento, governo Figueiredo, 1979-1985) e como embaixador. Em 1987, Delfim foi eleito deputado federal pelo PDS, compondo o bloco

¹¹⁹ TAVARES, Maria da Conceição. Formação. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversas com... op. cit.* p. 131.

¹²⁰ MEDEIRO, Mirian de. *Institucionalização do ensino... op. cit.* p. 354.

¹²¹ TAVARES, Maria da Conceição. Formação. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversas com... op. cit.* p.131.

¹²² MEDEIRO, Mirian de. *Institucionalização do ensino... op. cit.* p. 94.

parlamentar conservador conhecido como “Centrão”. Atualmente, é colunista na revista Carta Capital e do jornal Folha de São Paulo e uma referência em política econômica, sendo consultado por inúmeros políticos.

A análise da trajetória de Delfim Netto na FEA, até seu afastamento para assumir cargos políticos, demonstra que o economista se destacou pela qualidade de sua produção acadêmica, embora ela não seja muito extensa, e por sua atuação político-institucional na FEA. Conforme vimos, Delfim trabalhou ativamente no sentido de delimitar a área acadêmica da Economia na FEA. Envolveu-se em uma série de disputas políticas dentro da universidade. Conseguiu, já no início dos anos 60, após o golpe de 1964, criar a primeira pós-graduação em Economia em São Paulo. Ao longo do tempo, foi construindo uma carreira acadêmica marcada pelo brilhantismo enquanto formulador e intelectual de peso.

CAPÍTULO II

Delfim e suas relações na sociedade civil – interfaces como o empresariado paulista

Conforme vimos na seção anterior, entre o final da década de 1950 e o início dos anos 60, Antônio Delfim Netto, além de se dedicar à sua carreira como professor da FEA-USP, também prestava consultoria e escrevia para revistas relacionadas as instituições do empresariado paulista. É o caso da *Revista dos Mercados*, ligada à Bolsa de Comércio de Algodão, e a revista *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). No início dos anos 60, também, Delfim Netto ingressou no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). A proposta deste capítulo é analisar o que ele escreveu e como se movimentou enquanto atuava nessas organizações, além de tentar verificar de que maneira sua atuação pode ser entendida como a de um intelectual orgânico do empresariado paulista.

Nossa análise se concentra no material publicado pela revista *Digesto Econômico* e no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Nossa escolha se deveu ao fato de a revista *Digesto Econômico* ter sido criada para atender ao empresariado relacionado ao comércio, não sendo uma revista acadêmica, mas também não constituindo um panfleto político. Em relação ao Ipes, embora o documento analisado não seja um artigo publicado em revista, mas sim o artigo de um seminário, o material publicado pela *Digesto* tem como ponto em comum o de também ser um texto voltado para o empresariado e não para economistas. Os dois conjuntos de materiais também possuem um segundo aspecto que os aproxima: a temática. Ou seja, são dois veículos nos quais o economista conecta conhecimento acerca da economia ao discurso político.

2.1 – Delfim e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP):

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) foi fundada em 1894 por comerciantes, fazendeiros e industriais paulistas. Naquele momento, o empresariado industrial era

incipiente e a ACSP congregava os vários segmentos das “classes produtoras”.¹²³ Em 1917, a ACSP se fundiu com o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo (CCISP, criado em 1914), que era formado por empresários do comércio atacadista e possuía uma atuação política mais efetiva junto ao aparelho de Estado¹²⁴.

Até 1928, a ACSP congregava comerciantes e industriais paulistas. Após a eleição para a direção da instituição, a qual polarizou industriais e comerciantes em duas chapas rivais, tendo a chapa representante dos grandes comerciantes ganhado o pleito, os industriais se retiraram da ACSP e fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Essa cisão ocorreu devido aos conflitos de interesses entre industriais e empresários do comércio no que dizia respeito à política alfandegária. Os industriais defendiam uma política alfandegária protecionista, o que prejudicava os negócios de exportação e importação principalmente¹²⁵.

Segundo Letícia Musquim, a polêmica entre ACSP e os industriais se deu por conta da tarifa sobre importação de algodão e produtos têxteis ingleses. Durante os anos da 1ª Guerra Mundial, o Brasil desenvolveu significativamente a indústria têxtil. Finda a guerra, os industriais desse setor começaram a defender uma política protecionista, defendendo baixas tarifas de importação sobre o algodão (matéria-prima) e altas taxas sobre os tecidos importados, para proteger a produção nacional têxtil.¹²⁶

A ACSP historicamente manteve boas relações com os governos estadual e federal. Isso não impediu a instituição de envolver-se ativamente na assim chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932. A ACSP foi uma das instituições que liderou a campanha “Ouro do Bem”, convocando a população de São Paulo a contribuir para o financiamento das tropas constitucionalistas¹²⁷.

A boa relação com as agências estatais também não impediu a ACSP de tecer críticas ao intervencionismo estatal e à política trabalhista. Sobre a política trabalhista,

¹²³ LAMARÃO, Sérgio; FARIA, André. Verbete “Associação Comercial de São Paulo”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-de-sao-paulo-acsp> Acesso em 29-01-2019. P.01.

¹²⁴ LAMARÃO, Sérgio; FARIA, André. Verbete “Associação Comercial de São Paulo”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-de-sao-paulo-acsp>. Acesso em 29-01-2019. A organização foi responsável pela criação de projetos de lei, tendo fundado em 1915 a Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

¹²⁵ OLIVEIRA, Letícia Musquim Alcântara de. *O representante das classes produtoras: trajetória de João Daudt D’Oliveira (1930-1951)*. Tese doutoramento em História. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

¹²⁶ OLIVEIRA, Letícia Musquim Alcântara de. *O representante das... op. cit.* p. 106.

¹²⁷ LAMARÃO, Sérgio; FARIA, André. Verbete “Associação Comercial de São Paulo”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-de-sao-paulo-acsp> acesso em 29 de janeiro de 2019.

Oliveira atenta que o empresariado admitia a ação do Estado na área social, mas respeitando os interesses empresariais e os problemas econômicos enfrentados pelos empresários¹²⁸.

Antônio Delfim Netto participou da ACSP como assessor econômico, integrando o Centro de Estudos Econômicos, criado em 1957, e escrevendo para a revista *Digesto Econômico*, entre 1957 e 1958. Nesse período, a revista era dirigida por José Luiz Nogueira Porto, o qual, mais tarde integrou o Grupo de Doutrina e Estudos (GED) do Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos (Ipes)¹²⁹ – do qual Delfim Netto também fez parte. Conforme vimos anteriormente, Delfim Netto publicou artigos versando sobre comércio de café e política econômica. Também escreveu para a revista do *Mercado*¹³⁰, publicada pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo – instituição fundada, pela ACSP – sobre o comércio de algodão (entre 1952 e 1953). Na revista *Temas e problemas*, também publicada pela ACSP, o artigo publicado em 1964 teve como foco a reforma agrária e a defesa do Estatuto da Terra, idealizado pelo governo ditatorial naquele mesmo ano¹³¹. Ou seja, o economista tinha uma produção intelectual em boa medida voltada para temas relacionados ao comércio agroexportador.

A revista *Digesto Econômico* foi fundada em 1944. Segundo o editorial de seu primeiro número, era voltada para os “produtores” de São Paulo e do “interior”, e seu objetivo era falar de economia para os leigos:

É claro que já existem esplendidas revistas especializadas em economia (...). A *Digesto*, porém, tem em vista outro plano e outro campo de ação. Pretende, e oxalá o consiga, transformar-se num mensário de divulgação, redigido sempre de forma ao alcance dos leigos, e tendo como objetivo precípua tornar acessível não só os princípios da economia, como os seus problemas, concorrendo assim uma compreensão melhor dos seus fenômenos complexos, no mundo atual, das suas tendências e seus rumos prováveis.¹³²

Ou seja, não era uma revista voltada para o público acadêmico da área econômica, mas um periódico que visava tratar de assuntos empresariais e de economia de maneira acessível a um público variado e leigo, formado por “produtores”, ou seja,

¹²⁸ OLIVEIRA, Letícia Musquim Alcântara de. *O representante das... op. cit.* P. 101.

¹²⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981

¹³⁰ HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo sobre o pensamento econômico de Antônio Delfim Netto. Op. cit.*

¹³¹ DELFIM NETTO, Antônio. Reforma Agrária: o novo diagnóstico. *In: Temas e problemas*. São Paulo: 1964.

¹³² MACHADO NETTO, Basílio. Número um. *In: Digesto Econômico*. 1944, no. 1, ano I. p. 1.

empresários. Por isso, os artigos de Delfim Netto publicados na revista não possuíam citações ou referências a autores da área econômica, embora o economista trabalhe com diversos conceitos e teorias econômicas.

Dos sete artigos publicados por Delfim Netto na *Digesto Econômico*, entre 1957 e 1959, cinco foram especificamente sobre o negócio do café. Nesses artigos, Delfim demonstra seu conhecimento na área econômica no que diz respeito à política relacionada ao comércio do produto. É o caso de *Preço do café e as expectativas dos importadores*, primeiro artigo escrito para a *Digesto*, em 1957, no qual ele critica a política cambial do governo Kubitschek, comparando-a à idealizada pelo ex-ministro José Maria Whitaker¹³³ e coloca em questão a possibilidade de conciliar uma taxa de câmbio única para importação e exportação, estabelecida pelo mercado, ou seja pela livre concorrência, sem prejuízo do mercado cafeeiro. No decorrer da discussão, a ação do Estado como regulador é admitida como uma necessidade para a manutenção do equilíbrio de preços:

É preciso notar que nenhum país do mundo, que depende fundamentalmente de um produtor primário de exportação e que ocupa com relação a esse produto uma posição econômica importante, portanto, capaz de alterar as suas condições de preços, tem um sistema de câmbio inteiramente livre.¹³⁴

O papel ocupado pelo café em nossa economia durante a década de 1950 justificaria a intervenção estatal na regulação do preço do produto. No artigo, ele ainda fortalecia seu argumento alegando que vários países de tradição liberal, durante o pós-guerra, firmaram acordos para a regulação do preço de produtos primários. Ainda que essa medida parecesse antiliberal, Delfim Netto lembrava:

A intervenção do governo brasileiro no mercado do café, como a do governo cubano no mercado do açúcar, como a do governo americano no mercado do algodão e como tantas outras intervenções, não foram feitas porque esses governos gostassem de fazê-las. Elas foram feitas porque tinham de ser feitas; porque ou se faziam ou o país sofreria mais. A instabilidade de preços internacionais dos produtos agrícolas transcende a capacidade de cada nação

¹³³ José Maria Whitaker foi ministro da Fazenda durante cinco meses, no governo Café Filho (1954-1955). Whitaker visava acabar com o confisco cambial sobre o café e era contrário às várias taxas de câmbio. MAYER, Jorge Miguel. Verbete José Maria Whitaker. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/whitaker-jose-maria> acesso em 29 de janeiro de 2019.

¹³⁴ DELFIM NETTO, Antônio. “Preço do café e as expectativas dos importadores”. In: *Digesto Econômico*. São Paulo: jan-fev, 1958. p. 70.

isoladamente. E não há país, por mais liberal que pretenda ser, que tenha se recusado a compreender este fato.¹³⁵

Ainda que um país possuísse uma política econômica liberal, para defender setores fortes da economia, a ação do Estado se faria necessária. Felipe Marineli, ao estudar o posicionamento teórico e ideológico de Delfim Netto, afirma que o economista apresenta semelhanças com os economistas classificados por Ricardo Bielschowsky como desenvolvimentistas nacionalistas, em alguns pontos, como a intervenção estatal na defesa da indústria nacional. Embora a agroexportação não faça parte do setor industrial, o negócio do café era um dos mais importantes de nossa economia durante os anos 50. Por isso, consideramos que esse artigo corrobora para a visão de Marineli acerca do pensamento de Delfim Netto¹³⁶.

Nesse conjunto de fontes, destoam da temática da agroexportação do café os artigos “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”¹³⁷, de 1958, e “Notas sobre o desenvolvimento do processo inflacionário no Brasil”¹³⁸, também de 1958. No primeiro artigo citado, Delfim Netto associa as dificuldades de comércio exportador tanto agrícola com industrial à inflação, que seria gerada pelo próprio Estado e suas políticas voltadas para a industrialização desde o início dos anos 50¹³⁹.

A origem do processo inflacionário, segundo Delfim Netto, ocorreria quando um dos setores econômicos aumenta seus investimentos na produção ou em seus gastos de consumo.

(...) a inflação nasce do desejo de um ou mais setores da economia, geralmente o governo, de aumentar a sua participação no rendimento real da coletividade. Em outras palavras, a inflação nasce da tentativa de um setor qualquer da economia utilizar mais recursos (quer para consumo, quer para investimento) do que os que lhe são fornecidos por sua própria produção.¹⁴⁰

O Estado é compreendido como um desses setores, e o aumento de sua participação monetária se daria através da emissão de moeda – monopólio estatal. Isso,

¹³⁵ DELFIM NETTO, Antônio. “Preço do café e as expectativas...” *op. cit.* p. 70-71.

¹³⁶ MARINELI, Felipe. *O Pensamento de Antônio Delfim Netto...op. cit.*

¹³⁷ DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *In: Digesto Econômico*. São Paulo: jan-fev, 1958

¹³⁸ DELFIM NETTO, Antônio. “Notas sobre o desenvolvimento do processo inflacionário no Brasil”. *In: Digesto Econômico*. São Paulo: set/out de 1958.

¹³⁹ DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *op. cit.*

¹⁴⁰ DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *op. cit.* p. 141.

consequentemente, levaria à oferta de moeda na praça, aumento dos depósitos bancários e da capacidade dos bancos em concederem empréstimos.¹⁴¹

A inflação levaria ao aumento de investimentos no setor industrial e ao aumento do consumo de bens de produção e duráveis, ao passo que diminuiria os investimentos na produção agrícola. Outros prejuízos à agricultura seriam: o desvio de mão-de-obra do campo para a cidade e, consequentemente, o encarecimento do custo da força de trabalho no campo, o que aumentaria os preços dos bens de consumo, uma vez que a elevação dos salários aumentaria o custo dos produtos.¹⁴²

O economista baliza o início desse processo ainda durante a década de 1940. Associa-o diretamente à política de industrialização por substituição de importações, ao controle do câmbio, bem como a política trabalhista – que resultava, segundo Delfim Netto, em aumentos salariais, irrealis – contribuiriam para o aumento dos preços dos produtos da agroexportação.

Paralelamente, toda uma política trabalhista de caráter utópico criou condições altamente vantajosas de emprego nos centros urbanos, quando comparada com as do campo. Foi possível, portanto, graças a esses dois fatores (maiores salários industriais como consequência de um altíssimo grau de proteção e maior amparo da legislação trabalhista) transferir maciçamente a mão-de-obra da agricultura para os centros urbanos, condição básica para a ampliação da produção industrial.¹⁴³

Em outros dois momentos, o economista voltou a criticar a política trabalhista e associar a causa da inflação às políticas governamentais que gerariam déficit orçamentário. Os pontos criticados são sempre o rigor das leis que protegiam o trabalhador, como a dificuldade em conseguir demitir funcionários por exemplo.

Chama a atenção que os dois principais pontos de sua crítica política são os pilares da industrialização e de sustentação de governos populares como os de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek: o incentivo à industrialização via substituição de importações e a política trabalhista. Dreifuss, ao tratar do empresariado que integrava o Ipes e que fez parte da conspiração que derrubou o governo Goulart, indicou que eram empresários “jovens”, que emergiram do pós-2ª Guerra e que possuíam uma visão econômica e administrativa bastante diferenciada e mais arrojada que o empresariado formado na primeira metade do século XX. Esse empresariado se reunia em câmaras e

¹⁴¹ DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *op. cit.* p. 141.

¹⁴² DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *op. cit.* p. 141

¹⁴³ DELFIM NETTO, Antônio. “Algumas origens das atuais dificuldades de comércio”. *op. cit.* p. 141

confederações, traçava seus planos e possuía seus pivôs dentro das instituições públicas.¹⁴⁴ Na época que escreveu para a *Digesto Econômico*, Delfim Netto havia acabado de se formar em economia e convivia com figuras provenientes da burguesia paulista.

Nos artigos na *Digesto Econômico*, Delfim Netto expressou as críticas e anseios do empresariado em relação ao governo Kubitschek, que giravam em torno do aumento inflacionário motivado pelo déficit público e pela política salarial do governo. Mas a maior parte dos artigos estava voltada para o comércio exportador de café e neles Delfim apresenta os anseios desse setor empresarial: necessidade de uma presença maior do Estado no sentido de apoiar o comércio exportador do produto. Esses artigos sugerem uma conexão inicial com o setor empresarial ligado à agroexportação do café, negócio que foi tema de sua tese de livre docência e seu campo de estudos no período inicial de sua carreira acadêmica.

Na ACSP, Antônio Delfim Netto encontrou espaço para pensar, do ponto de vista econômico, em questões relacionadas ao setor agroexportador e elaborar um discurso político que envolvia críticas à política econômica dos governos de cunho populista e desenvolvimentista, conjugando questões pragmáticas desse setor da economia, como questão tarifária e o câmbio do café, a questões relacionadas a um posicionamento político liberal – política trabalhista, déficit estatal, elevado custo da mão-de-obra, emissão de moeda para custear o déficit orçamentário do Estado etc.

2.2 - Delfim e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes):

Além de prestar serviço para as associações de classe da burguesia industrial e comercial paulista, Delfim Netto também participou do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais de São Paulo (Ipes-SP). O Ipes foi uma instituição criada em 1961, idealizada por Gilbert Huber Jr. e Glycon de Paiva, no Rio. Huber contatou Paulo Ayres Brito, em São Paulo. Segundo Dreifuss, Paulo Ayres Brito já vinha idealizando uma instituição durante os anos 1950, quando entrou em contato com a *Foundation of Economic Education* e começou a traduzir distribuir material da instituição entre amigos. Ele pretendia organizar uma instituição parecida com o Ipes¹⁴⁵. Nas palavras de Ayres Filho,

¹⁴⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado... *op. cit.*

¹⁴⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado... *op. cit.* p. 210, nota 13.

a partir dos anos 1950 os empresários que foram despertados por algumas vozes corajosas começaram a perceber que uma das mais importantes batalhas, a Guerra Fria, estava se passando na América Latina e especialmente no Brasil. Essa nova consciência de realidades nacionais e mundiais traduziu-se em esforços individuais para divulgar um grande volume de literatura sobre liberdade e democracia.¹⁴⁶

Ou seja, a ideia de fundar uma organização com o objetivo de, no mínimo, divulgar ideias liberais já vinha sendo gestada desde a década de 1950, justamente quando o padrão de acumulação de capital se modificou, bem como as formas de financiamento da industrialização e os entraves à entrada de capital estrangeiro na economia brasileira relaxaram. É importante notar, nesse trecho, a referência à Guerra Fria, tão presente nos depoimentos de militares e civis para justificarem sua aderência ao golpe de 1964, a implantação de uma ditadura, bem como ao endurecimento do regime com o AI-5.

Segundo Dreifuss, com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a ascensão de João Goulart, ex-ministro do Trabalho do governo de Vargas, identificado com o populismo, “acendeu-se” o alerta vermelho e, então, o instituto foi fundado. O Ipes tinha o objetivo de influenciar ideologicamente a sociedade nas mais variadas frentes, difundindo o ideário liberal e, ao mesmo tempo, desprestigiar e desestabilizar o governo Goulart. O instituto tinha o “objetivo de agir contra o governo de João Goulart e contra as forças sociais que apoiavam a sua administração”¹⁴⁷.

O Ipes contou com a participação de empresários do bloco multinacional e associado e militares. Inicialmente foi criada a unidade do Rio de Janeiro. Porém, em pouco tempo, já havia filiais em vários estados do país, sendo que as unidades do Rio e de São Paulo eram as mais importantes. Segundo Moniz Bandeira, o instituto contou também com a orientação e apoio financeiro do governo norte-americano, através de sua agência de inteligência.¹⁴⁸

As ações do Ipes ocorriam em inúmeras frentes: financiamento de livros, organização de cursos, montagem de bibliotecas móveis voltadas para as classes populares e produção de peças publicitárias, como pequenos filmes exigidos nos cinemas entre as sessões. Os seus integrantes agiam também no Congresso formulando

¹⁴⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado...* *op. cit.* p. 249, nota 210.

¹⁴⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado...* *op. cit.* p. 161.

¹⁴⁸ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. p. 65.

projetos de leis que eram apresentados por políticos ligados ao instituto. O Ipes era dividido em vários grupos, cada qual responsável por uma frente de atuação. Porém, as ações não eram individuais, dado que os grupos agiam de maneira integrada. Assim, o Grupo de Estudo e Conjuntura fornecia análises políticas para o Grupo de Ação Parlamentar, da mesma maneira que o grupo de Opinião Pública publicava as linhas doutrinárias do Instituto, traçadas pelo Grupo de Doutrina e Estudo.¹⁴⁹

Trabalhos recentes sobre o instituto aprofundaram o conhecimento sobre as relações do Ipes com o empresariado. É o caso da tese de Elaine Bortone¹⁵⁰, que explora a relação do Ipes com a indústria farmacêutica e descreve o instituto e as atribuições de seus grupos, bem como a estrutura organizacional da instituição. A dissertação de Martina Spohr¹⁵¹ aborda a questão da difusão político-ideológica do Ipes no mercado editorial, entre 1961 e 1964, período em que o golpe civil-militar de 1964 estava sendo gestado. Também há o trabalho de Hernán Ramírez¹⁵², abordando o modo de atuação do Ipes que, segundo o autor, se diferenciava das instituições políticas da época por combinar uma série de ações como “persuasão, gratificação, ameaças, montagens de crises e outras ações diretas.”¹⁵³ Ramírez também aponta o fato do Ipes deter uma equipe técnica, composta por especialistas, no sentido de organizar os interesses empresariais e dar sentido a esses interesses. Muitos desses técnicos viriam a fazer parte dos governos ditatoriais que se instituíram depois do golpe de 1964. A atuação de Antônio Delfim Netto no Ipes foi analisada por Waldeir Moreno Rosa em sua dissertação de mestrado. Nela, Waldeir relacionou alguns artigos de Delfim publicados na revista *Convivium* – editada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o apoio do Ipes – à análise feita por Dreifuss sobre o instituto. Rosa identificou nos escritos do economista as bases ideológicas de sustentação do Ipes¹⁵⁴.

O Ipes de São Paulo carece de maior investigação. A documentação existente sobre a sede paulista do instituto é indireta – correspondências entre o Ipes-RJ e atas de

¹⁴⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado... op. Cit.* p. 186 - 198.

¹⁵⁰ BORTONE, Elaine Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutoramento em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

¹⁵¹ SPOHR, Martina. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do Ipes (1961-1964)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

¹⁵² RAMÍREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), 1961-1971. In: *Diálogos* – revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 13, n. 1, 2009, p. 209-240.

¹⁵³ RAMÍREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), 1961-1971. In: *Diálogos... op. cit.* p. 212.

¹⁵⁴ ROSA, Waldeir Moreno. *A práxis de Antônio Delfim Netto... op. cit.*

reuniões em que se referiram ao Ipes-SP. Então, o que sabemos sobre o funcionamento da sede paulista é muito vago. Dreifuss afirma que havia uma disputa por poder entre as sedes Rio e São Paulo. Várias questões estão envolvidas nessa disputa, sendo uma delas o papel desempenhado por cada um desses núcleos. O Ipes do Rio concentrava figuras de referência na área da Economia, conhecidas da nata política e financeira do país, e seus membros participavam de diversos eventos. Já os membros de São Paulo eram menos conhecidos e expunham-se menos. Isso ocorria possivelmente porque o Ipes-SP ficou responsável pela execução das ações, inclusive as secretas. Além disso, as ideias e programas de ação tinha origem no Rio, ao passo que São Paulo era responsável pela execução das linhas de ação do instituto. Dreifuss, citando depoimento do general Heitor Herrera, afirma que o Ipes-SP era acusado de ter uma visão política limitada e regional, ao passo que o Ipes-Rio teria uma visão “mais ampla”.¹⁵⁵

Dênio Nogueira também afirmou que as posições políticas do Ipes-SP eram bastante reacionárias e conservadoras, em comparação com o posicionamento do Ipes-Rio. Cita como exemplo o posicionamento a respeito da reforma agrária:

A reforma agrária, para nós, significava a utilização da terra. Mas, ao mesmo tempo em que o Ipes aqui do Rio aprovava a nossa proposta e publicava os nossos trabalhos, o Ipes de São Paulo, que tinha uma posição extremamente reacionária, financiava a edição de um livro chamado Reforma agrária, questão de consciência. Era escrito por dois bispos de direita e era contra a reforma agrária! Distribuíram aquilo de graça, e eu nem quis receber, porque me fazia mal, dava coceira nas mãos.¹⁵⁶

Segundo Dreifuss, a reforma agrária também era um dos pontos de clivagem interna no instituto. A discussão sobre a reforma agrária já havia se popularizado, de maneira que o instituto não poderia assumir uma postura terminantemente contrária à proposta. Porém, também não poderia apoiar abertamente uma reforma agrária e abrir mão do apoio dos proprietários rurais que tinham influência política no Congresso. Era necessário adotar uma postura de conciliação de interesses.¹⁵⁷ No Ipes, Dênio Nogueira e Paulo Assis Ribeiro foram autores do livro *Reforma de Base: posição do Ipes*, o qual, segundo o economista, deu origem ao Estatuto da Terra, lançado por Castello Branco, em 1964. No mesmo ano, Delfim Netto publicou o artigo *Reforma Agrária: novo*

¹⁵⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964. A conquista do Estado... *op. cit.* p. 179.

¹⁵⁶ NOGUEIRA, Dênio. A formação do economista. In: Banco Central. *Coleção História contada do Banco Central do Brasil*. Vol. III. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. p. 79.

¹⁵⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado... *op. cit.* p.180-181.

diagnóstico, no qual criticou através de argumentos técnicos e de maneira muito discreta o Estatuto da Terra¹⁵⁸.

Apesar da diferença ideológica entre os núcleos carioca e paulista, Dênio Nogueira foi taxativo ao afirmar que o dinheiro que movia o Ipes vinha em sua maior parte de São Paulo¹⁵⁹. Dreifuss também afirma que o dinheiro que financiava as atividades do Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), que atuava em Brasília e tinha por função apoiar as ações no Legislativo dos membros do Ipes, também vinha do escritório paulista.¹⁶⁰

No Ipes, Delfim Netto fez parte do Grupo de Doutrina e Estudo (GDE), similar ao Grupo de Estudo e Doutrina (GED)¹⁶¹ da sede do Rio de Janeiro.¹⁶² O GDE de São Paulo era responsável por “fixar as linhas de doutrinação que definiam a filosofia do IPES”¹⁶³, ou seja, eles preparavam material intelectual e ideológico para as outras unidades da instituição de São Paulo e também para outros grupos de ação do instituto. Além da produção de material ideológico, os participantes do GDE também tomavam parte em ações de recrutamento. As ações de recrutamento eram organizadas pelo Grupo de Integração, que tinha por objetivo “integrar pessoas e corporações dentro do espírito democrático do IPES e ao mesmo tempo angariar contribuições financeiras para as atividades do Instituto”¹⁶⁴.

A equipe do GDE atuava em reuniões, palestras, mesas de integração, debates e conferências, no sentido de obter apoio econômico e político do empresariado, aumentando assim seu grau de adesão em diversos segmentos sociais. Segundo Dênio Nogueira, Delfim Netto “chefiava a equipe técnica” do Ipes-SP: “Mas, em São Paulo, eu entregava os trabalhos feitos aqui e discutia os assuntos com o Delfim, que tinha uma

¹⁵⁸ DELFIM NETTO, Antônio. *Reforma Agrária: o novo diagnóstico*. *Op. Cit.*

¹⁵⁹ NOGUEIRA, Dênio. A formação do economista. In: Banco Central. *Coleção História contada do Banco Central do Brasil*. Vol. III. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019, p. 80.

¹⁶⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado...* *op. cit.* p.191.

¹⁶¹ Dreifuss aborda a rivalidade entre o Ipes do Rio de Janeiro e o de São Paulo. Uma demonstração dessa rivalidade é a mudança do nome do núcleo ideológico. No Rio de Janeiro, esse núcleo chamou-se Grupo de Estudo e Doutrina e, em São Paulo, de Grupo de Doutrina e Estudo. Além disso, comenta, em nota, que Delfim Netto estaria envolvido em um trabalho que contestava as ideias de um livro produzido pelo GED do Rio de Janeiro. DREIFUSS, René Armand. *1964. op. cit.*, p. 222.

¹⁶² Segundo Elaine Bortone, os grupos de estudos eram divididos em cinco subgrupos: Setor de Doutrina, Grupo de Levantamento, Setor de Pesquisa, Setor de Estudo e preparo de material e Setor de formação de chefes. BORTONE, Elaine Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais...* *op. cit.* p. 28

¹⁶³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado...* *op. cit.* p. 198.

¹⁶⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado...* *op. cit.* p. 199.

posição bastante distinta da minha. Ele tinha a posição do Ipes de São Paulo, que eu diria de extrema direita.”¹⁶⁵

O material de divulgação do Ipes não tinha assinatura específica de autor – diferente do que ocorria com a *Digesto Econômico*, da ACSP. Dessa forma, os participantes da instituição tinham suas identidades encobertas. Porém, uma brecha ocorreu quando o instituto publicou na íntegra os textos de cursos e palestras, patrocinadas pelo Ipes e proferidas por seus membros. A documentação assinada por Delfim é o texto *O progresso econômico e o progresso social*, palestra proferida em conferência no I Curso de Atualidades Brasileiras, promovido pelo Ipes-SP em 1963.¹⁶⁶

Inicialmente, o economista fez uma exposição do conceito de “desenvolvimento econômico” e de que maneira ele pode ser alcançado para, em seguida, dissertar sobre a maneira segundo a qual a sociedade poderia obter “desenvolvimento social”. Segundo ele, fator determinante do desenvolvimento é o emprego de parte da renda gerada com a produção na própria produção.¹⁶⁷

Na segunda parte da exposição, quando ele se propôs a falar do desenvolvimento social, é que reside seu conteúdo ideológico de maneira mais significativa. Delfim Netto diferencia as sociedades do ponto de vista econômico em duas: economias descentralizadas (as quais ele também chama de “abertas”), ou países capitalistas liberais, e as economias centralizadas, nos países socialistas. Ele frisa que o desenvolvimento pode ser alcançado em qualquer regime político, ou seja, mesmo em um regime político autoritário seria possível alcançar o desenvolvimento econômico, pois este, segundo o autor, depende da capacidade de sociedade reinvestir parte do capital gerado no processo produtivo.¹⁶⁸ Nos países capitalistas, esse aporte é feito pelos empresários. Já nos países socialistas, quem decide onde o excedente será reinvestido é o Estado. Em relação ao aspecto político, o economista é enfático em afirmar que economias centralizadas conduzem a um regime político centralizado, ou seja, regimes

¹⁶⁵ NOGUEIRA, Dênio. A formação do economista. In: Banco Central. *Coleção História contada do Banco Central do Brasil*. Vol. III. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019, p. 80 - 81.

¹⁶⁶ Boletim IPES, 1964, p. 02-12. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais- IPES. Localização: QL 0003d0002de0010. O curso ocorreu no 2º semestre de 1963 e Delfim Netto proferiu essa aula em setembro daquele ano, porém o artigo foi publicado somente em março de 1964.

¹⁶⁷ DELFIM NETTO, Antônio. O progresso econômico e o progresso social. In: *Boletim IPES*. São Paulo: 1963, p. 2-5.

¹⁶⁸ DELFIM NETTO, O progresso econômico e o progresso social. In: *Boletim... op. cit.*

políticos fechados autoritários e, como tal, seriam uma ameaça às liberdades individuais.¹⁶⁹

Já as sociedades economicamente descentralizadas, os países capitalistas, a “descentralização política é a essência, o que largamente abre possibilidades e oportunidades a todos, independentemente de posições sociais e de interferências de outros”¹⁷⁰. Ou seja, a livre iniciativa é que rege a dinâmica econômica. O que seria o “progresso social” ou “desenvolvimento social” não fica muito bem explicado. Em alguns momentos, parece que o economista considera que “desenvolvimento social” é a melhoria das condições materiais da sociedade – seria o aumento da renda e da capacidade de consumo de uma sociedade. Em outros momentos, ele associa o desenvolvimento social ao grau cada vez maior de liberdades individuais, de capacidade de escolha do cidadão e o respeito pelo Estado dos valores liberais democráticos.

Assim, quando colocamos a questão em termos amplos – desenvolvimento econômico mais desenvolvimento social – as preferências inclinam-se para a sociedade de tipo descentralizado, não porque seja este mais eficiente, mas sobretudo por admitir a possibilidade da descentralização política, o que significa respeito as liberdades essenciais do homem.¹⁷¹

E o fato de os empresários, nos países capitalistas serem os responsáveis pelo desenvolvimento econômico é a justificativa para chamar os empresários brasileiros a suas “responsabilidades sociais” enquanto agente político.

O fato de na sociedade aberta ficar o progresso econômico dependente da classe empresarial confere à esta uma enorme responsabilidade social. Se os empresários não compreenderem que a sociedade admite sejam eles os detentores do excedente porque crê ser assim a forma mais eficiente de reconduzir esse excedente ao processo produtivo, não estarão, certamente, cumprindo seu papel, e a sociedade não se desenvolverá.¹⁷²

A “responsabilidade social”, citada por Delfim Netto, além de significar a responsabilidade com o desenvolvimento econômico, é também a responsabilidade de manter um sistema político que assegura as liberdades individuais – ou o “progresso social”. Uma vez que o empresariado é o agente que garante o desenvolvimento

¹⁶⁹ DELFIM NETTO, Antônio. O progresso.... *op. cit.* p. 6-7.

¹⁷⁰ DELFIM NETTO, Antônio. O progresso... *op. cit.* p. 7.

¹⁷¹ DELFIM NETTO, Antônio. O progresso... *op. cit.* p. 8.

¹⁷² DELFIM NETTO, Antônio. Conferência proferida no Curso de Atualidades Brasileiras do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964. *In: Boletins Informativos* NS. 19-20. Rio de Janeiro: fev- março, 1964. Ano III. P. 08-09.

econômico, através do reinvestimento do excedente na produção, ele também é o responsável por manter o liberalismo. Nesse sentido, o economista avança:

No passado, essa função era mais ou menos automática, mas, hoje é preciso que o empresário tome consciência de que ele é um instrumento pelo qual a coletividade deseja atingir valores mais altos do que o simples desenvolvimento econômico, isto é deseja esse desenvolvimento com liberdades individuais, com respeito ao homem.¹⁷³

Esse discurso converge para o tipo de ação política doutrinária do Ipes. Segundo Dreifuss, o Ipes tinha duas linhas de ação: a ideológica e social e político-militar. A ação ideológica social consistia em dois tipos: doutrinação geral e doutrinação específica. A doutrinação geral era dirigida ao público geral e à possíveis lideranças – pessoas que eram “responsáveis por tomadas de decisão políticas”.¹⁷⁴ Segundo Dreifuss, “visava difundir ou fortalecer atitude e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”.¹⁷⁵

Bem como nos artigos publicados na revista *Digesto Econômico*, Delfim Netto não faz uso de um vocabulário de perfil acadêmico, nem fez citação de autores de referência no meio econômico. Ele não estava escrevendo para o público acadêmico, mas sim para o empresariado. Seu objetivo ali era divulgar e difundir os conceitos da economia e sociedade liberal, entre o empresariado, entre representantes da burguesia.

2.3 – Delfim e caso Oban – ponte entre Estado e empresariado:

Quando foi indicado, em 1967, para o cargo de ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto poderia ser um desconhecido entre o empresariado carioca, porém da burguesia paulista e entre algumas figuras de destaque tanto no meio político como na conspiração que levou ao golpe, em 1964, o economista vinha se destacando. Além de sua participação na ACSP e Fiesp, o economista integrou o Grupo de Doutrina e Estudo do Ipes-SP. Após o golpe de 1964, resultado de uma conspiração civil-militar na qual o Ipes fora um dos articuladores, Delfim Netto participou do Conselho de Planejamento e foi indicado à Secretaria de Fazenda de São Paulo em 1966, no governo Laudo Natel, após a cassação do mandato de Adhemar de Barros. Já no ministério, sua influência

¹⁷³ DELFIM NETTO, Antônio. O progresso econômico e o progresso social. *In: Boletim IPES*. São Paulo: 1963, p. 2-5.

¹⁷⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do...* op. cit. p. 231.

¹⁷⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do...* op. cit. p. 231.

sobre a burguesia paulista seria testada ao ser escalado para angariar fundos para a Operação Bandeirantes (Oban).

A Oban foi uma organização criada em São Paulo para tornar mais eficaz o combate à guerrilha urbana. Segundo Jorge Melo, a Oban foi criada após o sucesso de grupos guerrilheiros em ações de expropriação como assaltos a bancos, supermercados e outras empresas, ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Inicialmente, esses assaltos foram tratados com crimes comuns, mas posteriormente, foi detectado que eram ações políticas. Entre 1967 e 1968, ocorreram várias ações bem sucedidas lideradas pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pela Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).¹⁷⁶

Para Mariana Joffily¹⁷⁷, as ações guerrilheiras, principalmente após a deserção do então capitão do exército, Carlos Lamarca, seguida do roubo de armas e munição do 4º Regimento de Infantaria de Quintaúna, São Paulo, em janeiro de 1969, foi o que levou os militares a perceberem que não estavam preparados para lidar com atos guerrilheiros. Essa percepção foi corroborada pelo coronel Erasmo Dias, em depoimento ao documentário *Cidadão Boilesen*. O militar afirma que os agentes da repressão não estavam preparados para lidar com ações “terroristas” urbanas. O mesmo podemos perceber nas palavras do general Jaime Portela, então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN):

Os organismos policiais nas áreas estaduais mostram-se despreparados e insuficientes. A falta de coordenação e de uma ação maciça de repressão à onda de violência parece constituir o principal fator de êxito do plano subversivo.¹⁷⁸

Além disso, para Joffily, o episódio envolvendo Carlos Lamarca foi uma humilhação pública para o Exército e uma demonstração de que as autoridades, mesmo tendo prendido e interrogado integrantes da VAR-Palmares dias antes, foram incapazes de obter as informações necessárias. Era preciso aperfeiçoar a ação repressiva, “acumular conhecimento sobre as organizações de esquerda e suas formas de atuação e

¹⁷⁶ MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário na ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista a Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

¹⁷⁷ JOFFILY, Mariana. *O Centro da Engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirantes e do DOI de São Paulo*. Tese de doutoramento em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁷⁸ PORTELA, Jaime. “A Operação Bandeirantes”. IN: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 59.

aprimorar as técnicas de extração de dados dos militantes capturados em sessões de interrogatórios bem planejadas”¹⁷⁹.

Elio Gaspari lembra que, em meados no ano de 1969, ocorreram incêndios em quatro redes de televisão, dentre as quais TV Record e TV Globo. Representantes dessas redes se apressaram em dizer que foram atos terroristas. Juntaram-se ao coro contra o “perigo terrorista” a Folha de São Paulo, a Fiesp, a Confederação Nacional do Comércio.

Depois dos canais 7 e 5, o Canal 13. O terceiro incêndio em emissoras de televisão em São Paulo, no espaço de três dias, revela a verdade que já não se pode mais ocultar: elementos subversivos, interessados em semear o pânico entre os brasileiros, estão se excedendo em ousadia, e aproximando-se de um ponto perigoso, contra o qual é preciso lutar, custe o que custar.¹⁸⁰

Todos esses órgãos de imprensa e de representação empresarial, segundo Gaspari, possuíam como cerne de seu discurso a necessidade de combate à subversão¹⁸¹.

Segundo Joffily, as bases para a formação da Oban foi a organização, pelo II Exército, de um serviço secreto que reuniu agentes de vários órgãos de segurança de São Paulo – Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Departamento de Ordem Política e Social (Dops), do Centro de Inteligência do Exército (CIE), do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) – e integrantes do próprio Exército, com o objetivo de investigar crimes de cunho político praticados por guerrilheiros¹⁸². A ação desse núcleo foi bem sucedida e, entre janeiro e julho de 1969, a estratégia de formação de uma organização de combate à guerrilha teve prosseguimento com a organização de um seminário de segurança interna em Brasília reunindo representantes de órgãos de segurança estaduais e federal, reuniões e palestras com os funcionários que participariam da operação.¹⁸³

Em 1969, a presidência da República criou a Oban, segundo Pedro Campos, “a partir de uma comissão geral de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), proposta no governo Costa e Silva pelo ministro da Guerra Jaime Portela”¹⁸⁴, sendo primeiramente implantada em São Paulo pelos generais José Canavarro Pereira, chefe do II Exército, e

¹⁷⁹ JOFFILY, Mariana. *O Centro da Engrenagem: os interrogatórios...* op. cit. P. 28.

¹⁸⁰ União contra a violência. *Folha de São Paulo*. 16/07/1969, p. 1.

¹⁸¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. op. cit. p. 63.

¹⁸² JOFFILY, Mariana. *O Centro da engrenagem...* op. cit. p. 28-29.

¹⁸³ JOFFILY, Mariana. *O Centro da engrenagem...* op. cit.

¹⁸⁴ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduf, 2017. p. 285.

Ernani Ayrosa da Silva, chefe do Estado Maior do II Exército¹⁸⁵. Posteriormente, sua estrutura se espalhou por todo o país.

Segundo Elio Gaspari, o Estado Maior concordou com a criação da Oban, “desde que ele conseguisse equipar o quartel sem pedir dinheiro à caixa do ministro”¹⁸⁶. Assim, seria necessário apelar aos empresários. Porém, soa estranho se levarmos em consideração todo o planejamento envolvido na organização da Oban, descrito por Joffily, que também relativizado por Fernando Henrique Cardoso em seu depoimento ao documentário *Cidadão Boilesen*¹⁸⁷. Cardoso afirma que havia dinheiro por parte do Estado sim, porém o que o Estado queria era o apoio político do empresariado à repressão, o qual foi selado com “dinheiro”¹⁸⁸. No mesmo documentário, o coronel Erasmo Dias afirmou que o apoio do empresariado era importante para a cúpula militar porque significava o apoio dos civis ao regime e “sem apoio você não ganha a guerra”, disse o militar¹⁸⁹. Ou seja, cooptar o empresariado era uma forma de financiar a operação, porém também era uma estratégia para envolver o empresariado, firmar uma aliança.

A Oban é um exemplo do que foi a cooperação entre civis e militares durante a ditadura na repressão aos que fizeram oposição ao regime. Tanto agentes estatais quanto a iniciativa empresarial ajudaram na montagem dessa célula repressora. Embora o Estado não tivesse financiado exclusivamente a Oban, tratou de oferecer a infraestrutura necessária ao funcionamento da organização. A rua e a iluminação do local onde ficaria o “escritório” foram reformadas pelas autoridades governamentais.

O prefeito da cidade, Paulo Maluf, asfaltou a área do quartel, trocou-lhe a rede elétrica e iluminou-o com lâmpadas de mercúrio. O governador Roberto de Abreu Sodré cedeu-lhe espaço numa delegacia na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutóia, a cinco minutos do QG do Ibirapuera, para que nela fosse instalada a Oban.¹⁹⁰

Mas se o ministro da Fazenda não podia ver os cofres públicos onerados pelo financiamento do combate à “subversão”, ele poderia servir de ponte entre o governo, chefiado por militares, e o empresariado, convencendo esse último a participar da empreitada. Delfim Netto, já com amplos poderes, foi a pessoa incumbida de conversar

¹⁸⁵ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais...* op. cit. p. 59-60.

¹⁸⁶ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. op. cit. p. 61.

¹⁸⁷ *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewski. Brasil: 2009.

¹⁸⁸ *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewski. Brasil: 2009. Ver: 45:52 – 46:10 min.

¹⁸⁹ *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewski. Brasil: 2009. Ver: 45:37 – 45:52 min.

¹⁹⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. op. cit. p.61.

com o empresariado e convencê-lo a financiar a Oban. O primeiro encontro entre o ministro e empresários do setor financeiros ocorreu em um almoço no Clube Paulistano, organizado por Gastão Bueno Vidigal, dono do banco Mercantil de São Paulo. Segundo Gaspari, esse primeiro encontro foi um almoço com cerca de 15 pessoas, que representavam bancos brasileiros. Nesse encontro, mais uma vez a questão do financiamento veio à tona, como justificativa para solicitar contribuições:

Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares.¹⁹¹

Segundo Jorge Melo, narrando conversa ocorrida entre Gastão Bueno Vidigal e o jornalista Silvio Ferraz, nesses encontros Delfim dava palestras ao empresariado: “falava sobre economia brasileira, conjuntura política e subversão”¹⁹². Ao fim da palestra, Vidigal solicitava as contribuições. Logo, houve encontros na Fiesp, sempre com a participação do então ministro.

O fato de que o ministro da Fazenda estava envolvido com a cooptação de apoio empresarial através de financiamento de uma instituição que praticava terrorismo de Estado, sob a justificativa de debelar elementos “subversivos”, foi constatado até por órgãos de imprensa internacionais. Moniz Bandeira cita o artigo de Manfred von Conta, do *Süddeutsche Zeitung*, no qual estranhava o fato de que, no Brasil, os grupos de interesse se reuniam em torno de políticos ou figuras influentes na sociedade. No artigo citado, o jornalista aponta que Delfim Netto era próximo aos industriais e banqueiros, ao passo que Mario Andreazza (ministro dos Transportes) era próximo aos empreiteiros.¹⁹³ Bandeira também cita trecho do artigo de Georges-André Fiehcher, no qual ele comenta com estranheza que a Operação Bandeirantes era uma iniciativa provisória e sem *status* legal, mas a imprensa falava abertamente sobre as suas ações.¹⁹⁴

O empresariado participou da formação da Oban de várias formas. Segundo Gaspari, a “Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas.”¹⁹⁵

¹⁹¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. op. cit.*, p. 62.

¹⁹² MELO, Jorge José. *Boilesen, um Empresário na Ditadura. op. cit.*, p. 96.

¹⁹³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 205.

¹⁹⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cartéis e Desnacionalização. op. cit.*, p. 205.

¹⁹⁵ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. op. cit.*, p. 62.

Também havia diferenças em relação à forma como as empresas nacionais e estrangeiras contribuía para o funcionamento da Oban. Segundo Gaspari¹⁹⁶, as empresas nacionais contribuía com a quantia que queriam. Já as estrangeiras pediam orientação a seus consulados. Pedro Campos indica que outras empresas também participaram do rateio, como as estrangeiras Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz e Siemens, além das nacionais Camargo Corrêa e Ultrafértil. Campos chama atenção para o fato de que a maior parte das empresas que financiaram a Operação Bandeirantes eram sediadas em São Paulo, o que pode indicar que esse empresariado era base social de grupos mais próximos de Delfim¹⁹⁷. Aparentemente, apenas Antônio Ermínio de Moraes (Votorantim) e José Midlin (Metal Leve) se recusaram a contribuir para a Oban.¹⁹⁸

2.4 – Relações de Delfim com a Camargo Corrêa:

A empresa de construção e engenharia Camargo Corrêa foi fundada em 1938 por Sebastião Ferraz Camargo, filho de uma família de grandes proprietários rurais paulistas, e pelo advogado Silvio Brand Correa – havia também outros dois sócios minoritários, Antônio Giuzio e Wilson Camargo Barros. Desde sua fundação, a Camargo Corrêa manteve relações estreitas com figuras importantes do meio empresarial e político de São Paulo. Sebastião Camargo passou a atuar no ramo de construção, segundo Wilson Quintella, por influência de Joaquim Paes de Barros, com quem Camargo já havia trabalhado anteriormente. Então, Camargo passou a prestar serviços para o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) de São Paulo, como subempreiteiro, em obras de melhoramentos urbanos. Posteriormente, firmou sociedade com Silvio Brand Corrêa e passou a prestar serviços para empresas ferroviárias e também em obras de loteamentos urbanos.¹⁹⁹

A sociedade com Silvio Brand Corrêa parece não ter sido casual. Silvio Brand era cunhado de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo quando a Camargo Corrêa foi fundada. A conexão entre Silvio Brand Corrêa com Adhemar de Barros parece ter sido de fundamental importância para o crescimento da Camargo Corrêa. O

¹⁹⁶ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. op. cit.*, p. 62.

¹⁹⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os empresários, Delfim Netto e a ditadura civil-militar brasileira. No prelo. p. 7.

¹⁹⁸ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais. op. cit.* p. 285.

¹⁹⁹ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais. op.cit.*

governo de São Paulo contratou a empresa para diversas obras. Em menos de dez anos de existência, a Camargo Corrêa passou a ser sociedade anônima.²⁰⁰

Nos anos seguintes, a Camargo Corrêa atuou nas obras de Brasília e no setor de energia elétrica, sendo responsável pela construção de algumas das maiores hidrelétricas do país, como Jupiá, Ilha Solteira e Água Vermelha. A construtora chegou a deter 8% das ações ordinárias das Centrais Elétricas de Urubupunga (Celusa), controlada pelo estado de São Paulo. Embora fosse uma porcentagem pequena, é interessante verificar a construtora como acionista (ainda que minoritária) de uma empresa que contratava os seus serviços.²⁰¹

A construtora cresceu não apenas associada à figura de Adhemar, mas ao próprio aparelho estatal paulista e suas agências contratadoras de obras públicas. Assim, durante a ditadura, mesmo com a saída de Adhemar de Barros do governo de São Paulo, em 1966, os negócios da empresa não foram abalados. A Camargo Corrêa continuou atuando em São Paulo, firmando contratos com as agências estaduais. Pedro Campos associa a força da empresa e o fato de ter chegado ao golpe de 1964 como a maior empreiteira brasileira a sua inserção nas agências estatais, predominantemente as do governo estadual paulista.

O que deu força para que a empresa de Sebastião Camargo chegasse ao golpe de 1964 e permanecesse nesse posto durante todo o regime foi, em boa parte sua inserção no governo paulista. O conjunto de acessos e contratos de Sebastião Camargo, Wilson Quintella e outros dirigentes da CC junto ao aparelho de estado paulista era extremamente poderoso.²⁰²

Essas relações não eram meramente comerciais, isentas de parcialidade, mas sim relações pessoais, algumas de parentesco, outras firmadas devido à origem social dos envolvidos, ou afinidade de interesses. Uma demonstração dessa proximidade é o fato de Quintella, uma das figuras poderosas dentro da Camargo Corrêa, ter convidado Delfim Netto para escrever a introdução de seu livro de memórias²⁰³.

Segundo Campos, Sebastião Camargo compunha várias instituições, algumas políticas e conservadoras como o Círculo Militar de São Paulo, além de ser diplomado

²⁰⁰ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais*. op. cit.

²⁰¹ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1980.

²⁰² CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais*. op. cit. p. 87.

²⁰³ DELFIM Netto, A. Prefácio 'O tempo dos empreendedores'. In: QUINTELLA, W. *Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram*. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008. p. 11-14.

honoris causa pela Escola Superior de Guerra (ESG) e ter se envolvido na Operação Bandeirante. Essa movimentação quase tirou a vida de Sebastião Camargo, pois ele era um dos empresários jurados de morte pela Ação Nacional Libertadora.²⁰⁴

A Camargo Corrêa também atuou em áreas diversas da construção pesada. Segundo relato de Roberto Campos, a Camargo Corrêa foi uma das acionistas do Investbanco, fundado em 1967, com a participação da também brasileira Lion e Companhia, além de outros grupos financeiros internacionais. Roberto Campos teria sido convidado a assessorar a montagem do negócio.²⁰⁵

Não sabemos ao certo quando os caminhos de Sebastião Camargo e Delfim Netto se cruzaram. Isso pode ter ocorrido quando Delfim Netto era funcionário público do DER, entre os anos 40 e 50. Pode também ter ocorrido quando Delfim atuou como diretor de uma das divisões da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), ou quando o economista foi secretário de fazenda de São Paulo. O fato é que Delfim Netto e Sebastião Camargo eram próximos e a Camargo Corrêa foi uma das empresas mais beneficiadas com contratos durante a ditadura militar, especialmente no período em que Delfim comandou a pasta da Fazenda. Há vários episódios que demonstram a propensão de Delfim Netto em relação à Camargo Corrêa. O advogado Wilson Quintela, um dos funcionários mais antigos da empresa, relatou o episódio de desentendimento entre Sebastião Camargo e o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, em decorrência das negociações para a construção da Ponte Rio-Niterói. Delfim Netto desculpou-se de forma pessoal com Sebastião Camargo pela maneira como Andreazza havia se referido ao empresário e passou a mediar as negociações entre a Camargo Corrêa e o DNER. Tal negociação acabou saindo da esfera do Ministério dos Transportes e o contrato foi fechado em melhores condições para o consórcio responsável pela obra.²⁰⁶

Mas não apenas a Camargo Corrêa se beneficiava da influência do ministro. Este também se beneficiava das obras contratadas. Em 1976, veio à tona um dos mais rumorosos casos de corrupção envolvendo empresas privadas e membros do governo durante a ditadura. O coronel Raimundo Saraiva Martins, adido militar do Brasil na França, denunciou que o então embaixador do Brasil na França, Antônio Delfim Netto, estava cobrando propina a grupos franceses pelo fornecimento de equipamentos para a

²⁰⁴ MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário na ditadura... op. cit.* p. 50.

²⁰⁵ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 830.

²⁰⁶ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 376.

construção da hidrelétrica de Água Vermelha, cuja empreiteira responsável seria a Camargo Corrêa.²⁰⁷

Rumores sobre a conduta ilegal de que Delfim Netto remontam ao período ministerial, mais precisamente 1968, quando o ministro do Interior, o general Albuquerque Lima, já recebia informações sobre a conduta de Delfim Netto e repassava-as a Costa e Silva, mas nada era feito e o economista foi mantido no Ministério da Fazenda durante o governo de então e durante o seguinte.²⁰⁸ Não à toa, Albuquerque Lima manifestava ter asco de Delfim Netto e afirmava que o mesmo deveria ser “enforcado e pendurado de cabeça para baixo” por ser “ladroão”²⁰⁹.

As primeiras denúncias em relação à Água Vermelha ocorreram em 1973, quando Delfim Netto ainda era ministro da Fazenda. Segundo relato feito pelo general João Figueiredo, chefe do Gabinete Militar (e que também tinha sido chefe da Força Pública de São Paulo durante o governo Laudo Natel, período em que Delfim Netto fora secretário de Fazenda de São Paulo), a Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Delfim Netto antevira a vitória da Camargo Corrêa na construção da usina hidrelétrica:

(...) antes da concorrência, aquela de Água Vermelha, ele afirmava a um grupo francês que queria entrar no financiamento de que a firma construtora seria a Camargo Corrêa. Antes da concorrência. Então está aí, na cara. É Camargo Corrêa, é Bradesco. É toda essa mesma panela.²¹⁰

Segundo denúncia exposta pelo general Figueiredo, antes da concorrência, Delfim Netto teria cobrado comissão de 6% para intermediar financiamento e compra de equipamentos para a construção da usina hidrelétrica de Água Vermelha. A empresa que venceria seria a Camargo Corrêa.²¹¹ Aparentemente o ministro sabia de antemão qual a empreiteira ganharia a concorrência e ele também ganharia com o negócio.

As denúncias feitas por Saraiva em 1976 apontam para a continuidade da conduta ilegal do ex-ministro e então embaixador Delfim Netto. Raimundo Saraiva foi procurado pelos diplomatas Guy Vasconcelos e Fernando Fontoura, os quais o colocaram em contato com o Jacques Broissia, diretor do Crédit Commercial de France. Broissia relatou que Delfim Netto havia cobrado uma comissão de US\$ 6 milhões pela

²⁰⁷ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.*

²⁰⁸ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 405.

²⁰⁹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 309.

²¹⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada. op. cit.* p. 273.

²¹¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada. op. cit.*

compra de equipamento de Água Vermelha e mais US\$ 60 milhões referentes a financiamento para a hidrelétrica de Tucuruí. Os US\$ 6 milhões referentes à Água Vermelha foram depositados em um banco na Suíça, em nome de Delfim Netto e dois assessores. A proposta de US\$ 60 milhões foi recusada pelos franceses. Broissia se referia ao pagamento dessas “comissões” como feitas ao “grupo Delfim”²¹², o que nos leva a crer que a atuação do economista nessas negociações ilegais era antiga e provavelmente envolvia uma rede de relações.

Nenhuma dessas denúncias levou a uma investigação criminal sobre as prováveis ações ilegais praticadas por Delfim Netto nas concorrências de obras públicas, durante seu mandato ministerial e no período em que foi embaixador em Paris. Pedro Campos afirma que essa blindagem de Delfim Netto se devia ao fato de que ele, dentro do governo, era o representante da burguesia paulista²¹³, o que também é indicado por Felipe Marineli:

Ele atuava, como vimos, no setor paulista do Ipes e era talvez o maior especialista brasileiro em mercado cafeeiro, além de ter escrito ensaios sobre a inflação brasileira e ter sido secretário da Fazenda de São Paulo. Todos esses elementos indicam sua associação mais íntima a grupos que parecem figurar entre os mais importantes pilares sociais da ditadura militar: a burguesia paulista e os financistas paulistas e internacionais.²¹⁴

O envolvimento de Delfim Netto nos esquemas de pagamento de propina envolvendo a construtora Camargo Corrêa, segundo Pedro Campos, sugerem que o economista era como um “sócio” da empresa, uma vez que atuava junto às empresas de financiamento e fornecimento de equipamentos em nome da Camargo Corrêa. Por esta razão, Campos afirma que de certa forma Delfim Netto era um integrante da burguesia, tendo em vista que atuava em sociedade com empresários e recebia cota – parte da mais-valia gerada pelos trabalhadores²¹⁵.

2.5 – Participação na Associação Nacional de Programação Econômica (Anpes)

A Anpes era uma instituição que visava à formulação de estudos de conjuntura econômica, com o objetivo de propor soluções para os problemas de política econômica.

²¹² CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 404.

²¹³ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 405.

²¹⁴ MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico (1968-1973)*. Tese de doutoramento História Econômica. São Paulo: USP, 2017. p. 207.

²¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais... op. cit.* p. 307.

Foi idealizada ainda durante do governo João Goulart e os estudos que a instituição se propunha a fazer, bem como as soluções formuladas, faziam parte do escopo de críticas e pressões que o governo Goulart vinha sofrendo. Porém, a Anpes de fato foi fundada em 14 de abril de 1964, pouco depois do golpe²¹⁶. Segundo o jornal Movimento, a solenidade de lançamento da instituição foi bastante badalada, contando com a presença de vários banqueiros e empresários paulistas e tendo como figura central o economista e aspirante a ministro Roberto Campos.²¹⁷ Campos era secretário geral e o banqueiro Teodoro Barbosa, presidente²¹⁸.

Também segundo o jornal Movimento, toda a publicidade em torno do lançamento da Anpes era uma estratégia de Campos para forçar sua indicação ao Ministério do Planejamento.²¹⁹ De fato, pouco depois, após o golpe, seu nome foi anunciado para ocupar o ministério. Ao deixar a instituição, Roberto Campos indicou Delfim para substituí-lo na função de secretário geral da entidade²²⁰

A Anpes poderia ser compreendida como mais uma instituição envolvida no golpe, como o Ipes e o Ibad, porque foi pensada ainda durante o governo Goulart e integrada por personalidades que também participaram do Ipes e da ação golpista. Mas o fato de ter iniciado seus trabalhos já durante o regime ditatorial aponta para outra direção. Segundo Roberto Campos, um de seus idealizadores, a Anpes reunia vários empresários paulistas, dentre eles estavam Gastão Bueno Vidigal, um dos financiadores da instituição, que fazia parte da rede de relacionamentos de Delfim Netto²²¹ e Sebastião Camargo, dono da Camargo Corrêa, também próximo a Antônio Delfim Netto.²²²

A Anpes congregava, além de nomes associados ao Ipes, como Glycon de Paiva, Lucas Lopes e outros menos conhecidos, vários integrantes da burguesia paulista. A

²¹⁶ Nova entidade vai estudar grandes problemas do Brasil. In: *Folha de São Paulo*. 15/04/1964. p. 20.

²¹⁷ QUEIROZ, Antônio Carlos; PINHEIRO, Luiz Amauri; BUENO, Marcio; BRAGA, Teodomiro. Retrato de um superhomem sem princípios. IN: *Jornal Movimento*. São Paulo: 1979, Nº 189. p. 12-18.

²¹⁸ ARANHA, Francisco Arantes. *Tecnocracia e Capitalismo no Brasil: a Associação Nacional de Programação Econômica (ANPES): um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

²¹⁹ QUEIROZ, Antônio Carlos; PINHEIRO, Luiz Amauri; BUENO, Marcio; BRAGA, Teodomiro. Retrato de um superhomem sem princípios. IN: *Jornal Movimento*. São Paulo: 1979, Nº 189. P. 12-18.

²²⁰ ARANHA, Francisco Arantes. *Tecnocracia e Capitalismo... Op. Cit.*, P. 22.

²²¹ Segundo Ruy Leme, ele e Delfim Netto teriam participado da montagem do Finasa, banco de investimento de propriedade de Gastão Bueno Vidigal, dono do Banco Mercantil. Segundo Leme, Vidigal participava das reuniões para a criação do Finasa. Ver LEME, Ruy. *História Contada do Banco Central do...op.cit.* P. 37. Gastão Bueno Vidigal também foi responsável por reunir o empresariado paulista tendo em vista obter financiamento para a montagem da Operação Bandeirantes. Dessas reuniões, Delfim Netto também participou, na condição de ministro e interlocutor entre empresariado e Estado. Ver GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 62.

²²² ARANHA, Francisco Arantes. *Tecnocracia e Capitalismo no Brasil... op.cit.*

direção da Anpes era formada por empresários e engenheiros, vários deles provenientes da Escola Politécnica de São Paulo, o que pode indicar uma conexão de interesses de determinados setores do empresariado com o Estado. Francisco Aranha, ao analisar o perfil de Ary Frederico Torres, engenheiro civil e um dos diretores da organização, pontuou o envolvimento do engenheiro e da Escola Politécnica com projetos e obras do estado de São Paulo.²²³ Não à toa, Roberto Campos afirmou: "em curto espaço de tempo, a ANPES se tornou uma plataforma de decolagem para a vida pública de três ministros – Campos, Delfim e Simonsen".²²⁴ Ou seja, a Anpes era um celeiro de mentes a serviço do empresariado que, posteriormente, ocupariam altos cargos no governo ditatorial. Delfim Netto permaneceu na Anpes de 1964 até 1967.²²⁵

2.6 – Outras conexões com a sociedade civil:

Além do meio empresarial na indústria, comércio e finanças, Delfim Netto semeava relações com personalidades relacionadas ao setor empresarial da comunicação. É o caso de David Nasser, o qual teve participação na indicação de Delfim Netto para o ministério da Fazenda.

O fato é que David Nasser indicou meu nome ao presidente eleito, general Costa e Silva, para participar de uma série de seminários organizada no Rio de Janeiro, na qual se discutia a atualidade econômica do país. Eu era secretário da Fazenda do governo Laudo Natel e fui convidado para fazer uma exposição sobre o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro.²²⁶

A série de seminários também é mencionada por Roberto Campos, que também teria sugerido a participação de Delfim Netto²²⁷. Segundo Maklouf, Laudo Natel teria solicitado a David Nasser que levasse o currículo de Delfim Netto a Costa e Silva, presidente eleito e ainda não empossado, para uma avaliação, tendo em vista indicação para o ministério da Fazenda. Esse pedido fora feito porque Nasser integrava a comitiva de relações públicas de Costa e Silva. Nasser solicitou uma reunião com o economista, a qual aconteceu em um restaurante de São Paulo. Nasser teve uma boa impressão sobre

²²³ ARANHA, Francisco Arantes. *Tecnocracia e Capitalismo no Brasil*. A Associação Nacional de Programação Econômica (ANPES): um estudo de caso. Dissertação de mestrado História. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 86-87.

²²⁴ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*: memórias. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 607.

²²⁵ ARANHA, Francisco Arantes. *Tecnocracia e Capitalismo no Brasil*. op. cit. p. 22.

²²⁶ CAVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas*. São Paulo: Editora Senac, 2001. p. 462.

²²⁷ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*: memórias. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. 4ª edição. Vol.I. p. 730.

Delfim Netto e então levou seu currículo a Costa e Silva, o qual posteriormente recebeu Delfim Netto no Rio de Janeiro.²²⁸

Ainda que não se possa afirmar com certeza se Nasser teve papel decisivo na indicação de Delfim Netto ao governo Costa e Silva, a questão é que após esse fato o economista e o jornalista-empresário cultivaram uma relação muito próxima. Nasser mais de uma vez pediu favores a Delfim Netto. Um exemplo citado por Luiz Maklouf de Carvalho se refere a facilitações às empresas nas quais Nasser possuía participação acionária. Carvalho narra que Nasser solicitou a Delfim incentivos fiscais junto à Sudene em benefício da empresa Tibrás-Titânio do Brasil, de propriedade de Marco Paulo Rabello e Alberto Pitiglianni, da qual Nasser era também acionista²²⁹. Um segundo episódio foi a indicação do coronel Clóvis Rodrigues Barbosa para uma promoção no Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrá). Clóvis Rodrigues já fazia parte do Incra como coordenador geral do órgão em Mato Grosso. Nasser escreveu uma carta a Delfim, enfatizando a competência técnica do coronel, mas também expondo todo um círculo de relacionamentos do militar com figuras de destaque do meio político. Terminava a carta lembrando a Delfim Netto, de maneira muito discreta, o favor que lhe tinha feito ao levar seu currículo para apreciação de Costa e Silva em 1967.²³⁰

Mas Delfim Netto não era próximo apenas de David Nasser. Na lista de amigos relacionados à mídia da época estava também Mário de Moraes, jornalista da revista *O Cruzeiro*, que fez várias matérias “encomendadas” pelo ministro:

Eu, por exemplo, era amigo pessoal do Delfim Neto. Quando fui diretor da sucursal de *O Cruzeiro* em São Paulo, o Delfim me ajudou muito. Toda matéria paga do Ministério da Fazenda, o Delfim só dava se fosse por meu intermédio. Eu fazia o texto, arranjava o fotógrafo, acompanhava a diagramação, fazia tudo. Entregava pronto. (...) Eu tinha três canais: o Delfim, a IBM, (...) e a Caixa Econômica Federal. Eram três bons clientes.²³¹

O jornalista refere-se à prática de venda de matérias, feita por empresas e até mesmo por representantes do governo, como é o caso de Delfim Netto na condição de ministro. Um aspecto importante é o fato de Delfim ser citado como um dos três principais clientes do jornalista, ao lado de um grande banco federal e de uma empresa

²²⁸ CAVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas. op. cit.* p. 462-63.

²²⁹ CAVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas. op. cit.* p. 466.

²³⁰ CAVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas. op. cit.* p. 467.

²³¹ CAVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas. op. cit.* p. 472.

multinacional. Ou seja, o ministro da fazenda estava no mesmo patamar de importância que grandes empresas estatais ou privadas. Chama atenção o fato de o jornalista considerar Delfim um amigo, por dar prioridade ao seu trabalho e, ao mesmo tempo, um cliente, por conta do pagamento pelas matérias. Dessa maneira, percebe-se que o economista, além de favorecer seu círculo de relacionamento também usava seu poder, influência e relações pessoais para influir sobre a opinião pública, a seu favor e a favor do governo que representava.

Delfim Netto circulou entre as várias associações de classe da burguesia paulista, estabelecendo relações com diversos ramos do empresariado. Organizou e representou os interesses burgueses na sociedade e junto ao Estado. Escrevendo em revistas voltadas para o público empresarial, participando do Ipes com um formulador econômico, cooptando o empresariado a financiar a Oban, já durante a ditadura. Em todos esses episódios Delfim desempenhou a função de intelectual orgânico, ponderando de que maneira seria possível alcançar realizar os interesses de sua classe social. Assim, podemos dizer que Delfim Netto, apesar de não ter sua origem social na burguesia, se inseriu na classe ao longo da vida. Não apenas por sua trajetória intelectual e profissional, mas também pelas relações econômicas que desenvolveu com o empresariado. Devido ao fato de tomar parte nos negócios da Camargo Corrêa na execução de obras públicas, e participar da divisão dos lucros de tais negócios, Delfim Netto pode ser considerado um “sócio” da empresa, ou seja, um membro da burguesia.

CAPÍTULO III

Delfim Netto e o Estado: atuação na Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo e no Ministério da Fazenda (1966-1974)

O objetivo deste capítulo é compreender a atuação de Delfim Netto dentro do aparelho de Estado e de que maneira os interesses empresariais foram contemplados pelas políticas estatais durante o período em que Delfim foi secretário de Fazenda de São Paulo no governo Laudo Natel (1966-1967) e ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974).

Uma vez que vemos a atuação de Delfim Netto junto ao empresariado, e dentro do aparato estatal, como a de um intelectual orgânico, representante e organizador dos interesses e ações da burguesia, é necessário um recuo temporal ao início dos anos 60, para demonstrar como os laços entre o economista e o meio político foram se formando. Por esta razão, abordaremos o ingresso dele na equipe de planejamento do governo Carvalho Pinto (1959-1963) e seu trabalho na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU). O enfoque desses episódios é importante porque demonstra que a relação do economista com o meio político paulista se construiu em um período anterior à sua indicação para o Ministério da Fazenda, através da ocupação de cargos técnicos. Trataremos também de sua participação no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan) e no Conselho Nacional de Economia (CNE), órgãos governamentais de caráter técnico-consultivo, mas que também constituíram como arenas de disputa de poder.

Na parte da pesquisa em que abordamos a gestão do economista à frente da Secretaria de Fazenda de São Paulo, utilizamos como fontes artigos e notas publicadas no jornal Folha de São Paulo. A escolha de problematizar sua gestão nesse período se deu porque há poucos estudos sobre a atuação de Delfim Netto como secretário de Fazenda de São Paulo. O episódio é citado por Thomas Skidmore e por Elio Gaspari, mas de maneira superficial, apenas indicando que sua atuação na Secretaria de Fazenda no sentido de organizar as finanças do estado de São Paulo o teria aproximado de líderes empresariais do comércio e da indústria²³². Então, procuramos fontes

²³² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 143.

jornalísticas que pudessem nos fornecer subsídios para responder aos nossos questionamentos: como se deu a gestão da pasta da Fazenda sob o comando de Antônio Delfim Netto e de quais segmentos empresariais ele se aproximou? O jornal Folha de São Paulo ofereceu considerável material para abordar o assunto, pois fez uma intensa cobertura de sua gestão no período.

Também abordaremos a atuação do ministro na Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (Anpes), uma vez que essa organização concentrava empresários e políticos de São Paulo, sendo que por ela passaram várias figuras importantes da política brasileira no período. Soma-se a isso o fato de Delfim Netto ter sido diretor da Anpes entre 1964 e 1966.

3.1 – Atuação política e técnica em São Paulo – participação no governo Carvalho Pinto e na CIBPU:

Apesar de ter assumido a Secretaria de Fazenda de São Paulo, cargo executivo estadual, somente em 1966, a participação de Delfim Netto em órgãos técnicos estatais, abrindo espaço para a sua interface com a indústria, infraestrutura e, em especial, o setor elétrico, é anterior 1966. O economista teve participação no governo de Carlos Alberto Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963) e também na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), dirigindo o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DPES).²³³ Tanto sua atuação durante o governo de Carvalho Pinto, quanto na CIBPU/DPES, estão relacionadas.

Durante o governo de Carvalho Pinto, Delfim Netto participou da equipe de planejamento do governo, que era formada por vários professores da USP, como Ruy Leme, professor e amigo Delfim²³⁴. A equipe estava encarregada da formulação e implementação do Plano de Ação do Governo (Plag) e estava sob a direção de Paulo Mendes da Rocha, o qual era também diretor da Divisão de Estudos e Planejamento da CIBPU. Como subsecretário da equipe estava Sebastião Advíncula Cunha, o qual, em

²³³ GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro* (1951-1972). Dourados: Editora da UFGD, 2009.

²³⁴ CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: um planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2011.

1961, era também diretor do Departamento de Planejamento Econômico e Social da CIBPU²³⁵.

O Plag, segundo Cleonice Gardin, foi uma das primeiras iniciativas de planejamento governamental implementada no Brasil. Sua ênfase era no desenvolvimento de infraestrutura urbana, desenvolvimento industrial e social – 42% dos recursos do Plag seriam destinados à infraestrutura, com ênfase em transporte rodoviário e energia, 30,8% em educação, cultura e saúde pública, 27,2% para expansão das atividades agrícola e industrial²³⁶. O grupo de planejamento, segundo Rui Leme, também foi responsável pela criação de uma série de fundos de financiamentos, todos gerenciados pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) – o Fundo de Expansão Agropecuária e o Fundo de Financiamento aos Bens de Produção (esses dois fundos eram geridos pela Carteira de Expansão Econômica do Banespa).²³⁷

Na equipe de planejamento, Delfim Netto era parte do “grupão”, termo usado para designar aqueles que, dentro da equipe, tinham maior poder de decisão²³⁸. Estava na posição de formulador de políticas públicas, inserido em um grupo seletivo, com conexões estreitas com o executivo. Segundo Ruy Leme²³⁹, a equipe de planejamento estava alocada em um prédio ao lado do Palácio Bandeirantes e as visitas do governador ao grupo eram frequentes.²⁴⁰ Gardin também aponta que o Grupo de Planejamento estava diretamente subordinado ao governador.²⁴¹

A posição ocupada na equipe de planejamento do governo, parece ter dado uma certa vantagem em relação ao gerenciamento do dinheiro público. Segundo Ruy Leme, ele e Delfim Netto eram sócios na empresa Econ, de assessoria econômica. Essa empresa foi contratada pelo Banespa para administrar o Fundo de Expansão Agropecuária, criado pelo governo Carvalho Pinto através do Plag, plano do qual, conforme vimos, Delfim Netto e Ruy Leme participaram como formuladores.²⁴²

²³⁵ GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. *op. cit.* p. 165.

²³⁶ GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. *op. Cit.*, p. 165.

²³⁷ LEME, Ruy Aguiar. O Economista. In: *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Volume V. p. 31.

²³⁸ CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: um planejamento ... op. cit.* p. 61- 63.

²³⁹ LEME, Ruy Aguiar. O Economista. In: *Coleção História Contada ...op.cit.* p. 30.

²⁴⁰ LEME, Ruy Aguiar. O Economista. In: *Coleção História Contada...op.cit.* p. 31.

²⁴¹ GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. *op. cit.*

²⁴² LEME, Ruy Aguiar. O Economista. In: *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Volume V. p. 35.

Ocupando cargo na equipe de planejamento de governo Carvalho Pinto, Delfim Netto expandiu seu leque de contatos para além do empresariado paulista. Possivelmente, em algum momento, teve acesso direto ao governador, bem como com aos “técnicos” que ocupavam posições de destaque em outros órgãos da administração pública, como Sebastião Advíncula Cunha e Paulo Mendes da Rocha, ambos diretores de divisões da CIBPU. Mais tarde, durante o governo de Adhemar de Barros, Delfim Netto substituiu Advíncula na Divisão de Planejamento Econômico e Social (DPES).²⁴³

Para entendermos a importância do cargo ocupado por Delfim Netto na CIBPU, é preciso compreender o que foi a comissão. A Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai foi um órgão interestadual criado durante dos anos 50, quando Lucas Nogueira Garcez governava o São Paulo (1951-1956). O órgão se formou através de um convênio firmado entre os estados que compunham a bacia dos rios Paraguai e Uruguai (Mato Grosso, Paraná, Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul), assinado durante a Conferência dos Governadores, ocorrida em 1951 em São Paulo²⁴⁴.

Tal órgão seria gerido pelos estados membros e receberia apoio financeiro do governo federal, mas funcionaria de maneira independente da administração direta, como uma empresa privada. Era um órgão de planejamento regional e se formou com o objetivo de planejar o desenvolvimento de áreas não contempladas pela Constituição de 1946 (que considerava prioridade do governo federal as regiões Norte e Nordeste), mas que tinham potencial de desenvolvimento econômico. Funcionou de 1952 até 1972²⁴⁵.

Desde sua criação, a CIBPU foi dirigida pelos governadores paulistas e São Paulo era o estado que mais contribuía financeiramente para com o órgão, sendo também a federação que mais se beneficiava dos estudos, projetos e convênios firmados pelo órgão. A área técnica da CIBPU era dividida, em 1963, em duas repartições, o Departamento de Estudos e Projetos e o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DPES)²⁴⁶.

²⁴³CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: um planejamento ... op. cit.* p. 59.

²⁴⁴CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: um planejamento ... op. cit.* p. 29-30.

²⁴⁵GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972).* op. cit. p. 25.

²⁴⁶Originalmente a área técnica possuía duas seções, a Divisão de Estudos e Planejamento e a Divisão de Estudos e Projetos. Em 1961, a CIBPU passou por uma reestruturação e a Divisão de Estudos e Planejamento passou a denominar-se Divisão de Planejamento Econômico e Social. GARDIN, Cleonice. *CIBPU. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972).* op. cit.

Segundo Elisângela Chiquito, ao fim do governo Carvalho Pinto, Delfim Netto apresentou ao conselho deliberativo da CIBPU um plano de pesquisa econômica voltada para a industrialização regional de São Paulo²⁴⁷. Em maio de 1963, já durante o governo Adhemar de Barros, o plano foi aprovado e, em junho, Delfim Netto foi contratado para dirigir a DPES, substituindo Sebastião Advíncula, que havia pedido demissão do cargo. Ao assumir o DPES, Delfim tratou de recrutar vários economistas da USP para compor sua equipe, os chamados *Delfim-Boys*²⁴⁸.

A CIBPU estava envolvida desde sua criação com projetos relacionados à construção de hidrelétricas. A percepção de que a demanda por energia era crescente e fontes como carvão, lenha ou derivados do petróleo não eram suficientes para suprir essa demanda surgiu com o fim da 2ª Guerra Mundial. Em São Paulo, a demanda crescente por eletricidade também era percebida e os planos de construção de usinas hidrelétrica no estado datam da década de 1950.²⁴⁹ Segundo Pedro Campos, durante essa década formaram-se várias empresas concessionárias do governo do Estado, como as Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa), em 1961, criada para gerir as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, as quais teriam suas obras iniciadas no decorrer da década de 1960. A Celusa estava voltada a transformar os rios Tietê e Paraná em polos econômicos.²⁵⁰

A formação de uma grande central elétrica estava nos planos do governo desde os anos 50, quando foi elaborado o Plano de Eletrificação de São Paulo²⁵¹. Segundo Marcio Wohlers de Almeida, com as mudanças ocorridas na economia e na administração pública após o golpe, uma das diretrizes políticas para o setor de energia elétrica era a “concentração de concessionárias dentro de um processo de fusões e incorporações, visando ordenar o setor”.²⁵² Segundo Wohlers, a formação da Cesp, estaria associada a quatro fatores: 1) a racionalização da administração pública, preconizada pelo Paeg, tendo como objetivo evitar desperdícios; 2) o fortalecimento de São Paulo em seu diálogo com instituições federais; 3) a unificação da política para o setor elétrico e 4) a recomendação financeira de organismos internacionais, como o

²⁴⁷ CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: um planejamento ... op. cit.* p. 68.

²⁴⁸ CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: um planejamento ... op. cit.*

²⁴⁹ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1980.

²⁵⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira *Estranhas Catedrais*. *op. cit.* p. 57.

²⁵¹ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo*. *op. cit.*, p.153.

²⁵² ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo*. *op. cit.* p. 156.

Banco Mundial, devido à concorrência entre várias concessionárias, as quais, inclusive, eram credoras do Banco Mundial.²⁵³

Com a deposição de Adhemar de Barros e sua substituição por Laudo Natel, o processo de formação da Cesp foi acelerado. Entre junho e dezembro de 1966, ocorreu o processo de fusão das onze concessionárias paulistas, que deram origem à Cesp. Nas assembleias entre os diretores das concessionárias e os representantes do estado de São Paulo praticamente não houve resistência à fusão. A única voz dissonante foi a de um dos diretores da USELPA, Armando A. Laydner, para quem a fusão era “precipitada” e implicava na “imposição de uma aparente unidade”.²⁵⁴ De tais comissões também fez parte Delfim Netto, o qual, como secretário de Fazenda do estado, presidia o Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo (Codec), órgão que emitiu parecer favorável a fusão das empresas.²⁵⁵

Durante todo esse período em que o economista esteve envolvido no governo de São Paulo e na CIBPU, ele continuava com suas atividades acadêmicas na FEA-USP. Segundo Chiquito, Delfim permaneceu no DPES, até a extinção da CIBPU em 1972²⁵⁶. Isso significa que provavelmente seu envolvimento no processo de formação da Cesp é bem mais profundo do que se imagina. Quando passou a ser secretário da Fazenda de São Paulo, os planos de fusão já estavam em andamento. Portanto, certamente, ele já tinha conhecimento de todo o processo.

3.2 – A participação de Delfim no CNE e no Consplan:

A participação de Delfim Netto em órgãos governamentais se intensificou após o golpe de 1964. Em fevereiro de 1965, foi criado o Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan)²⁵⁷. No mesmo ano, por sugestão do ministro do Planejamento, Roberto Campos, Delfim Netto passou a integrar o Consplan. O Consplan tinha caráter consultivo, era presidido pelo presidente da República e dele participavam representantes de vários setores da sociedade – trabalhadores, empresários, economistas

²⁵³ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia ... op. cit.* p. 156-157.

²⁵⁴ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia ... op. cit.* p. 159.

²⁵⁵ ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia ... op. cit.*

²⁵⁶ CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual ... op. cit.*

²⁵⁷ ABREU, Alzira Alves. Verbete Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan). In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-consultivo-de-planejamento-consplan>. Consulta em 20/05/2019

etc. Seu objetivo era estabelecer uma relação entre representantes de setores sociais e o Ministério do Planejamento²⁵⁸.

O Conselho Nacional de Economia (CNE) foi um órgão criado em 1946 para substituir o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Assim como o Consplan, também tinha caráter consultivo e possuía diversas funções na área de política econômica como, por exemplo, a elaboração de planos de política econômica e financeira, ou opinar sobre diretrizes de política econômica interna e externa. O órgão possuía várias divisões internas e, diferentemente do Consplan, era composto por especialistas em economia indicados pelo presidente da República. Colaborava com vários outros órgãos e ministérios, especialmente com o Ministério das Relações Exteriores, auxiliando na preparação de documentos de caráter econômico e em grupos de trabalho. Seus estudos se caracterizavam pela análise estrutural da economia brasileira e estimulavam o planejamento econômico global.²⁵⁹ Delfim passou a integrar o CNE a partir de agosto de 1965²⁶⁰, também por indicação de Roberto Campos.

Segundo o jornal Movimento, a nomeação de Delfim Netto para esses dois órgãos tinha como objetivo a defesa do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) e a blindagem do então ministro do Planejamento, Roberto Campos, em relação às críticas que o plano recebia dentro desses órgãos, especialmente de empresários paulistas. Essa informação foi confirmada por Campos, o qual afirmou ter indicado Delfim Netto para o órgão com o objetivo de ajudar a defender o Paeg das críticas de outros dois membros da comissão.²⁶¹ Uma das principais figuras contrárias a Campos em relação ao Paeg era Fernando Gasparian, empresário paulista, presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, diretor da Fiesp/Ciesp (1958) e interventor na Confederação Nacional da Indústria (1961), quando tentou obter o apoio da organização para a implementação do 13º salário, medida que tramitava na Câmara. Gasparian também foi diretor financeiro da Companhia Paulista de Estradas de

²⁵⁸ ABREU, Alzira Alves. Verbete Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan). In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-consultivo-de-planejamento-consplan>. Consulta em 20/05/2019

²⁵⁹ Verbete “Conselho Nacional de Economia (CNE)”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne>. Consulta em 20/05/2019.

²⁶⁰ Senado Federal. Mensagem 339. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/107397/pdf> Consulta em 20/12/2019.

²⁶¹ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. op. cit. p.730.

Ferro (1960)²⁶². Outra voz dissonante em relação ao Paeg era Antônio Dias Leite, empresário, engenheiro e professor universitário que já circulava entre as altas esferas do poder desde a década de 1940. Dias Leite, logo na primeira reunião do CNE, fez duras críticas ao PAEG, considerando-o “inconsistente e com objetivos incompatíveis em si”²⁶³.

Gasparian e Dias Leite argumentavam que o Paeg buscava o controle inflacionário em detrimento do desenvolvimento econômico. Também eram contrários à ênfase dada pelo plano à participação de empresas estrangeiras na economia, o que poderia gerar desnacionalização, segundo eles. Gasparian acusava o governo Castelo Branco de gerir a economia de acordo com os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, por essa razão, o Paeg não estaria sendo inteiramente seguido, conforme sua formulação²⁶⁴.

Campos conseguiu que Castelo Branco nomeasse, além de Delfim Netto, os empresários Harold Poland, Glycon de Paiva e Paulo de Assis Pinheiro, ou seja, vários quadros do Ipes, para fazer frente às críticas que recebia. Delfim Netto procedia de acordo com as expectativas de Campos. É o que se depreende através do trecho de uma conversa entre Dias Leite sobre suposta dívida que o país teria com a empresa *International Telephone and Telegraphy* (ITT), devido à encampação efetuada em 1963 pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Dias Leite era crítico em relação ao pagamento de tal indenização, pois o Brasil havia contraído dívida com a mesma empresa no mesmo valor da indenização. Uma vez que o empréstimo tinha sido pago, o país nada mais devia à empresa. Sobre essa questão, segundo relato constante no jornal Movimento, Delfim disse a Dias Leite: “Estou de acordo com você, mas fico quieto na reunião porque fui posto aqui pelo governo. Estou aqui para servir ao governo. O seu papel é este que você está fazendo, o meu é servir ao governo.”²⁶⁵

²⁶² LAMARÃO, Sergio. Verbete “Fernando Gasparian”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-gasparian>. Consulta em 24/05/2019.

²⁶³ Verbete “Antônio Dias Leite”. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-dias-leite-junior> consulta, 24/05/2019.

²⁶⁴ SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. *De Campos-Bulhões a Delfim*: posição dos industriais diante da política econômica. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano. Campinas: Unicamp, 2013. p. 67-69.

²⁶⁵ QUEIROZ, Antônio Carlos; PINHEIRO, Luiz Amauri; BUENO, Marcio; BRAGA, Teodomiro. Retrato de um superhomem sem princípios. IN: *Jornal Movimento*. São Paulo: 12/02 - 18/02/1979. No. 189. p. 17.

A resposta de Delfim parece não deixar dúvidas quanto a sua fidelidade ao governo e a Campos, pelo menos nesse momento, e ao regime implantado.

3.3 – Delfim e a Secretaria de Fazenda de São Paulo:

Apesar de Delfim Netto já estar inserido no meio político e burocrático paulista, o cargo de secretário de Fazenda foi o primeiro cargo de chefia ocupado pelo economista no aparelho de Estado. Trata-se de uma posição executiva que o colocou sob os holofotes da opinião pública. A maior parte das obras que versam sobre a atuação política de Delfim aborda rapidamente sua passagem por esse órgão, limitando-se a enfatizar o fato de ele ter sido indicado para o órgão por Roberto Campos, então ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967), e de ter saneado as contas públicas de São Paulo, aproximando-se da burguesia paulista. É notório que Delfim Netto fora indicado por Roberto Campos, mas essa escolha fora guiada por alguns critérios:

Campos ponderou que o indicado deveria possuir três qualidades: boa convivência com os ministros da Fazenda e do Planejamento, pois amplo auxílio federal seria necessário para acelerar a recuperação paulista; bom nível técnico, em vista da complexidade do problema creditício e orçamentário de São Paulo; bom relacionamento com a classe empresarial, para restauração das finanças dos investidores. Em breve análise, ocorreu-lhe, para secretário da Fazenda, o nome do professor Antônio Delfim Netto, que o presidente Castello Branco nomeara para o Conselho de Economia.²⁶⁶

O fato de ser próximo do empresariado paulista, sua capacidade técnica, bem como o bom relacionamento com os ministros da Fazenda e do Planejamento foram pontos importantes na escolha de Delfim Netto para ocupar a secretaria de Fazenda do mais rico estado do país. Era importante para o governo ter alguém de confiança na Secretaria, tanto por questões de ordem técnica como por questões de ordem política.

E logo ao assumir o posto da Fazenda, Delfim demonstrou estar de acordo com esses objetivos. Em 8 de junho, a Folha publicou que o secretário se reuniria com sua equipe para elaborar propostas sobre a reforma tributária, a serem expostas na reunião de secretários de Fazenda que ocorreria no Rio de Janeiro, dia 15/06.²⁶⁷ Em 14 de junho, a Folha publicou nota emitida pelo secretário, que anunciava uma série de

²⁶⁶ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa... op. cit.* p. 730.

²⁶⁷ Tomam posse os secretários e o chefe da Casa Civil. *In: Folha de São Paulo.* 08/07/1966. p.39.

medidas que seriam tomadas: “renovação quase total de todos os postos da pasta” da Fazenda, promoção da reforma tributária, suspensão da emissão de bônus das hidrelétricas, uma iniciativa do governo Adhemar de Barros para financiar a construção das usinas hidrelétricas, levantamento de todas as contas do estado, promessa de um empréstimo ao Banco Mundial com o objetivo de recuperar a economia²⁶⁸.

Delfim levou para a Secretaria de Fazenda, assim como fez quando foi contratado pela CIBPU, uma equipe composta por 15 estagiários da faculdade de Economia da USP. Esses estagiários também integravam a Anpes. O objetivo era fazer um levantamento da arrecadação do Estado e projeções de gastos para o próximo ano. O então secretário prometia: “O que vamos fazer nessa secretaria terá o impacto de uma revolução”.²⁶⁹ Referia-se a introdução de técnicas de análise econômica na administração pública. O objetivo era controlar a receita do estado.²⁷⁰

No final de junho, o diagnóstico da equipe econômica era de que São Paulo tinha um déficit de 1,4 trilhão de cruzeiros. Mais uma vez, o secretário enfatizava a necessidade de reescalonamento de dívidas, remanejamento de pessoal, estabelecimento de rigor fiscal no sentido de evitar sonegação, principalmente do IVC, a principal fonte de recursos do estado. Segundo Delfim, a sonegação era uma das causas da diminuição na arrecadação do estado. Mas o secretário assegurava que esse esforço em organizar as contas públicas não iria afetar o ritmo de desenvolvimento do Estado.²⁷¹

Em 1º de julho, a Folha de São Paulo publicou matéria sobre o plano de ação da Secretaria de Fazenda do estado, listando os setores que, segundo Delfim, não seriam afetados pela política de recuperação econômica do governo: educação, saúde e o setor elétrico. Mas apontava também medidas que seriam tomadas para sanear as despesas do estado, uma dessas medidas seria a demissão de servidores contratados sem concurso público. No mesmo artigo, a reforma tributária recebeu novamente atenção. Segundo a Folha: “A reforma tributária dará maior racionalidade à cobrança do imposto de venda e consignação sendo considerada uma das metas mais importantes do atual governo”.²⁷²

Dez dias depois, em 11 de julho de 1966, o governador se reunia com seus secretários para debater a utilização da parcela de 120 milhões de cruzeiros, parte da verba de 500 milhões que o governo federal liberaria para São Paulo. A parcela de 120

²⁶⁸ Finanças de SP: Situação difícil. *Folha de São Paulo*. 14/06/1966. p. 1.

²⁶⁹ GAMBIRÁZIO, Alexandre. Quem é o Delfim da Fazenda? *Folha de São Paulo*, 19/06/1966. p. 22.

²⁷⁰ GAMBIRÁZIO, Alexandre. Quem é o Delfim da Fazenda? *Folha de São Paulo*, 19/06/1966. p. 22.

²⁷¹ Delfim expõe a situação econômico-financeira do Estado. *Folha de São Paulo*. 29/06/1966. p. 6.

²⁷² Delfim divulga plano de ação para a secretaria da fazenda. *Folha de São Paulo*. 01/07/1966. p. 9.

milhões seria utilizada para pagar as empreiteiras que executavam obras em São Paulo²⁷³. Não há detalhes sobre quais obras seriam essas, mas sabe-se que, em 1966, estavam em andamento as obras de hidrelétrica de Ilha Solteira, e que aparentemente o estado de São Paulo encontrava dificuldades em dar continuidade programação da hidrelétrica de Jupia – tanto que o governo de Adhemar de Barros chegou a tomar a iniciativa de criar as Obrigações Reajustáveis das Hidrelétricas. Na construção das duas usinas, a empresa responsável era a Camargo Corrêa, construtora responsável por inúmeras obras no estado de São Paulo, principalmente no setor elétrico. Segundo Campos, a Camargo Corrêa foi responsável, além de Jupia e Ilha Solteira, também pela hidrelétrica de Água Vermelha e várias outras do sistema Cesp.²⁷⁴

O ônus recaiu sobre o funcionalismo público e sobre instituições que necessitavam de verbas do governo. A Santa Casa de São Paulo, instituição de caridade relacionada à área da saúde, parou de receber verbas do estado em novembro de 1966²⁷⁵. Pensionistas e aposentados tiveram seus salários atrasados devido à paralisação dos repasses de verbas do governo para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp). O repasse somente foi retomado em janeiro de 1967²⁷⁶. Delfim Netto tentava justificar o atraso desses pagamentos:

...dentro de um programa de contenção de despesas deve-se elaborar um plano de pagamentos que deve ser seguido, sob pena de anular todos os esforços anteriores. (...) O Estado é um simples intermediário entre os recursos que a sociedade lhe confere para a execução de obras e pagamento de despesas, e o cumprimento de compromissos decorrentes desses programas. Devemos todos lembrar que quando o Estado deve isso quer dizer que a sociedade e quem deve a si própria.²⁷⁷

O problema do déficit nas contas públicas do estado de São Paulo, de acordo com a argumentação de Delfim Netto, transformou-se de um problema de ineficiência administrativa em um problema de sonegação, em que o principal culpado era a própria sociedade, isentando assim a administração pública de suas responsabilidades com o tesouro público. Isentava a si próprio, enquanto secretário de Fazenda, da responsabilidade em criar políticas governamentais que não prejudicassem projetos

²⁷³ Governo paulista estuda aplicação de ajuda federal. *Folha de São Paulo*, 11/07/1966. p. 5.

²⁷⁴ CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais...op.cit.*

²⁷⁵ Santas Casas em crise ameaçam suspender serviços gratuitos. *In: Folha de São Paulo*, 15/07/1966. p.10.

²⁷⁶ Pensões atrasadas. *In: Folha de São Paulo*, 05/01/1967. p.16

²⁷⁷ Secretário de Fazenda prevê redução do déficit estadual. *Folha de São Paulo*, 08/01/1967. p. 8.

sociais e o funcionalismo. Não houve o mesmo desdém em tratar com os empreiteiros que estavam com seus pagamentos atrasados.

Durante sua administração na Secretaria de Fazenda de São Paulo, Delfim Netto se esforçou para imprimir na gestão das finanças do estado os princípios de austeridade do Paeg, inclusive deixava claro, a cada declaração, sua fidelidade ao governo federal e às suas diretrizes econômicas. O apoio declarado ao governo federal também se expressava na defesa da reforma tributária, uma das iniciativas da gestão Campos-Bulhões. Possivelmente, Delfim Netto visava uma indicação para um cargo de maior importância, como um ministério, e a melhor maneira de conseguir era demonstrando seu alinhamento total com o governo, correspondendo às expectativas de Campos a seu respeito.

3.4 – As características gerais da política econômica sob o “delfinato”:

Em março de 1967, Castelo Branco passou a faixa presidencial a seu sucessor, Arthur da Costa e Silva. Castelo Branco representava a “Sorbonne”, corrente político-militar pendente ao liberalismo econômico e a um semiliberalismo político, de acordo com Alfred Stepan²⁷⁸. Economicamente eram favoráveis ao desenvolvimento econômico apoiado em capital nacional e estrangeiro com algum grau de controle estatal. Politicamente alinhavam-se aos norte-americanos na luta anticomunista e pretendiam devolver o governo aos civis, após uma “faxina” política, da qual seriam expurgados todos aqueles que representassem uma ameaça ao capitalismo ocidental e ao desenvolvimento do país: socialistas, corruptos e etc. A Sorbonne tinha seu núcleo intelectual a Escola Superior de Guerra (ESG). Diversos militares que faziam parte dessa corrente foram membros do Ipes.²⁷⁹

Durante o mandato de Castelo Branco, houve tensão entre essa corrente política e outras correntes mais radicais dentro das forças armadas²⁸⁰. Essas correntes mais

²⁷⁸ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

²⁷⁹ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política... op. cit.*

²⁸⁰ MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1967-1973)*. *op. cit.* Marineli aponta que situações como as eleições de 1965, que levaram, a alguns governos estaduais, políticos que compunham a oposição ao governo federal, foram momentos de clivagem e tensão que cada vez mais colocavam a administração Castelo Branco em posição delicada frente aos membros da “linha dura”. Esse episódio, em especial, teria levado Castelo Branco a publicar o AI-2, criando o bipartidarismo, como uma reação à pressão da “linha dura” e a uma tentativa de golpe contra seu governo.

radicais formavam o que se convencionou chamar de “linha dura” – uma profusão de grupos políticos que, de maneira geral, eram críticos ao liberalismo econômico e, apesar de não serem completamente contra a entrada de capital estrangeiro no país, pensava que deveria haver um maior controle por parte do Estado em relação a esse capital, além de proteção à indústria nacional. No que diz respeito ao anticomunismo, tinham posição similar ao grupo da ESG. A “linha dura” era formada, em sua maioria, por oficiais jovens e de baixa patente. Advogavam o aprofundamento da “Revolução” e achavam que ainda era cedo para devolver o poder aos civis. De acordo com Stepan, a nomenclatura para denominar o grupo seria de “nacionalistas autoritários”²⁸¹.

Segundo Marineli, a eleição de Costa e Silva não significou a tomada de poder pela “linha dura”. Costa e Silva teria atuado como um mediador, apaziguando o radicalismo da jovem oficialidade. Porém, ele não tinha o apoio de Castelo Branco, nem do grupo da ESG²⁸². Segundo Skidmore, ao fim de seu governo, Castelo Branco criou uma série de leis e uma reforma constitucional que visavam enquadrar o governo Costa e Silva, já que havia o temor de que a linha política institucional, bem como a política econômica iniciada em seu governo fossem abandonadas. Apesar dos acenos de Castelo Branco, Costa e Silva não se comprometeu em dar continuidade à política econômica do Paeg, nem a trabalhar para a retomada da democracia ²⁸³.

A indicação de Delfim Netto ao ministério da Fazenda é controversa. Delfim afirmou em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf de Carvalho que sua nomeação para o ministério teria sido fruto da influência do jornalista David Nasser, o qual fazia parte da comitiva de relações públicas de Costa e Silva. Essa versão é confirmada por Nasser, que afirmou ter levado um dossiê sobre Delfim até Costa e Silva, a pedido de Laudo Natel, após ter se reunido com o próprio Delfim Netto.²⁸⁴ Natel teve uma atuação política opaca, mas fazia parte do empresariado paulista era formado em Economia, pela FEA, fez parte da diretoria do Bradesco, foi presidente da ACSP e do Sindicato dos Bancos de São Paulo²⁸⁵. Se o veículo foi David Nasser, o solicitante foi Natel, personalidade com laços com o empresariado comercial, e bancário. Além da indicação

²⁸¹ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. *op. cit.*

²⁸² MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto ... op. cit.*

²⁸³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. *op. cit.* p. 111; 137.

²⁸⁴ CAVALHO, Luiz Maklouf de. *Cobras Criadas*. *op. cit.* p. 462.

²⁸⁵ MAYER, Jorge Luiz; DEZOUZART, Elizabeth. Verbete “Laudo Natel”. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer (org.). *Dicionário...* *op. cit.* <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo> Acesso: 25/08/2019.

de Nasser, Costa e Silva também teria consultado o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Rui Gomes de Almeida.²⁸⁶

Roberto Campos afirma, também, que teria indicado o nome de Delfim Netto para uma série de reuniões que Costa e Silva desejava ter com economistas, no sentido de escolher o responsável pela pasta da Fazenda. A indicação de Campos teria ocorrido por conta do papel desempenhado por Delfim no CNE e no Consplan. Segundo Delfim Netto, o primeiro contato entre ele e Roberto Campos teria ocorrido em 1955, quando Campos foi convidado para proferir uma palestra no Centro de Economia da ACSP. Essa proximidade teria se estreitado quando ele foi convidado por Campos e Bulhões para defender o PAEG no CNE e no Clonsplan.²⁸⁷

Independente da participação de Nasser, Delfim Netto foi escolhido para o ministério com o aval de uma entidade da classe empresarial fluminense, de um dos economistas mais conceituados no meio, que possuía uma vasta carreira na burocracia pública e que na época ocupava o cargo de ministro do Planejamento.

Campos havia observado Delfim. O havia indicado para vários cargos dentro do governo, inclusive, conforma já comentamos, para defender seu programa econômico em arenas de disputa política. Depois do ocorrido com Costa e Silva, por conta seu pedido para que o mandato do presidente do BC fosse mantido, talvez Campos suspeitasse que a substituição de Castelo Branco por Costa e Silva implicaria mudanças na política econômica. A indicação de Delfim Netto pode ter representado, para ele, uma maneira de dar certa continuidade ao Paeg, garantindo que algumas de suas características principais fossem mantidas. Com o início do governo Costa e Silva, a expectativa era de que ocorreriam mudanças nas diretrizes econômicas adotadas pelo governo, em substituição à política de perfil mais ortodoxo tocada por Campos e Bulhões. A sessão Várias, do *Jornal do Commercio*, ilustra esses anseios:

A economia brasileira depende, principalmente, de quatro ministérios: Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio e Relações Exteriores. Os futuros titulares dessas pastas já se manifestaram claramente favoráveis à revisão das atuais diretrizes, sem trair-lhes no sentido revolucionário da renovação das estruturas sociais e econômicas.²⁸⁸

²⁸⁶ CAVALHO, Luiz Maklouf de. *Cobras Criadas*. op. cit. p. 462.

²⁸⁷ DELFIM NETTO, Antônio. Um desconstrutor de mitos. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 16/04/2017. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,um-desconstrutor-de-mitos,70001739593>
Acesso: 25/05/2019.

²⁸⁸ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19/02/1967. p. 4.

E mais adiante completa revelando a expectativa em relação ao futuro ministro da Fazenda:

Escolheu Costa e Silva, uma equipe brilhante cuja grande soma de conhecimentos teóricos se alia a uma visão objetiva e pragmática de nossos problemas. Não se vão abandonar os modelos tão do gosto de nossos planejadores. Mesmo porque o Sr. Delfim Netto, professor ilustre, começou, por assim dizer sua brilhante carreira acadêmica em São Paulo (...).²⁸⁹

Em seu discurso de posse, Delfim Netto elogiou a política econômica do Paeg, porém estabeleceu as prioridades do novo governo:

- 1-conseguir maior taxa possível de desenvolvimento econômico, compatível com as disponibilidades de recurso;
- 2 - manter a maior estabilidade de preços possível, compatibilizando pela política monetária e fiscal as disposições de poupar e investir na sociedade;
- 3 – continuar na criação de condições, que garantam um desenvolvimento econômico sem problemas de vulto no balanço de pagamento;
- 4 – reduzir, com o crescimento do Produto Nacional, a pressão tributária e, simultaneamente, ampliar a participação dos trabalhadores e das empresas naquele produto;
- 5 – reduzir as disparidades entre os níveis de renda regionais.²⁹⁰

O novo governo tinha como prioridade a promoção do desenvolvimento econômico do país. Essa foi a primeira meta citada no discurso do ministro. Também está contida no discurso a preocupação em manter a estabilidade de preços e a preservação do equilíbrio no balanço de pagamentos, mas essas prioridades foram precedidas da preocupação em promover o “desenvolvimento”, ou condicionadas ao crescimento econômico. Podemos deduzir isso na leitura do item 3, no qual o Estado estaria comprometido a criar condições para garantir o desenvolvimento, e no item 4, em que a redução de tributos aparece condicionada ao crescimento do produto nacional. Para o ministro, “desenvolvimento” e controle inflacionário caminhariam juntos, sendo que o “desenvolvimento” seria a prioridade.²⁹¹

Mais à frente, em seu discurso, Delfim Netto tocou na questão da inflação. Segundo ele, desenvolvimento econômico e equilíbrio monetário se completavam, porém, o combate à inflação gerava problemas para o empresariado. Esses problemas seriam: “1- aumento da pressão tributária; e 2- elevação substancial dos custos

²⁸⁹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19/02/1967. p. 4.

²⁹⁰ “Tomam posse Delfim e Beltrão”. In: *O Estado de São Paulo*. 19/03/1967. p. 16.

²⁹¹ “Tomam posse Delfim e Beltrão”. In: *O Estado de São Paulo*. 19/03/1967.p.16.

financeiros.”²⁹² Esses problemas teriam sido gerados pela política ortodoxa de controle monetário que caracterizaram o Paeg. E prossegue: “Sem capital de giro adequado as empresas têm assistido a liquidação dos seus lucros pela elevação das taxas de juros”.²⁹³ Ou seja, o aumento da taxa de juros aumentava os custos da produção e reduzia os lucros do setor privado.

O ministro prometia que o governo colocaria em prática uma política monetária e fiscal para dar condições de recuperação ao empresariado. Mas lembrava que essa política só teria êxito se estivesse relacionada a redução das taxas de juros. Para o novo ministro, era possível alcançar um rápido crescimento sem pressão inflacionária, o que significava: aumento de renda, aumento do crescimento *per capita*, manutenção do equilíbrio monetário²⁹⁴.

O empresariado esperava que o novo governo, com seus novos ministros, revisasse as diretrizes econômicas do governo anterior, a austeridade fiscal, as elevadas taxas de juros e a retenção da concessão de crédito ao empresariado. A Folha de São Paulo publicou em 17 de março de 1967 matéria na qual revelava que um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo se reuniu no dia anterior (16/03/1967) com o futuro ministro, sendo eles tranquilizados com a informação de que seria lançado um pacote de incentivos à indústria, comércio e agricultura – a “Operação Alívio”. Tal pacote envolvia, redução da carga tributária, redução da taxa de juros e facilidades de crédito para esses setores²⁹⁵.

Segundo José Pedro Macarini, a política econômica entre 1967 e 1968 teve o sentido de reaquecer a economia. O autor cita como exemplo a renúncia fiscal da União, ocorrida com o aumento do prazo para o recolhimento do IPI, que visava disponibilizar maior capital de giro para as empresas e a elevação do teto de isenção de recolhimento do Imposto de Renda – essa medida era direcionada a faixas salariais mais elevadas, atingindo diretamente a classe média, e tendo o objetivo de estimular a demanda dessa camada social por produtos e serviços²⁹⁶.

Da mesma maneira, a política monetária foi marcada pela expansão da oferta de moeda através do crédito bancário ao setor privado. Também foram agraciados o setor

²⁹² “Tomam posse Delfim e Beltrão”. In: *O Estado de São Paulo*. 19/03/1967.p. 16.

²⁹³ “Tomam posse Delfim e Beltrão”. In: *O Estado de São Paulo*. 19/03/1967. p. 16

²⁹⁴ MACARINI, José Pedro. Política econômica no limiar do “milagre”: 1967/69. Instituto de Economia. UNICAMP. *Texto para discussão*. 1999.

²⁹⁵ “Empresários aguardam Operação Alívio”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17/03/1967. p. 1.

²⁹⁶ MACARINI, José Pedro. Política econômica no limiar do “milagre”: 1967/69. Instituto de Economia. UNICAMP. *Texto para discussão*. 1999.

exportador com a combinação do câmbio flexível e minidesvalorizações. A agricultura recebeu atenção especial com a isenção dos impostos sobre os insumos agrícolas (máquinas, equipamentos, fertilizantes e etc.) e aprovação de taxas de juros para o setor agrícola as quais poderiam ser, inclusive, negativas e um programa de preço mínimo que impedia a desvalorização do produto.²⁹⁷

De fato, houve crescimento nesse biênio. Felipe Marineli e José Pedro Macarini reconhecem que isso se deveu às condições econômicas criadas pelo Paeg, como capacidade ociosa no setor industrial – a partir do fechamento de várias empresas – redução de custos de mão-de-obra com o controle salarial – de funcionários públicos e dos do setor privado. Marineli associa esse crescimento às políticas governamentais direcionadas a setores específicos. Segundo o autor, o governo defendia o setor privado, uma sociedade de mercado, mas, ao mesmo tempo, criava subsídios, como incentivos e isenções fiscais, específicos para determinados setores.²⁹⁸ O autor destaca as medidas tomadas em relação à agricultura, as quais resultaram em um aumento de produção, mas também em maior demanda por produtos industriais para o campo, como máquinas e equipamentos. Nesse sentido, a agricultura, durante o período delfiniano, teria cumprido pelo menos uma das funções especificadas para esse setor na obra de Delfim Netto: gerar demanda por produtos industriais.²⁹⁹

Por outro lado, Sônia Regina de Mendonça³⁰⁰, aponta que a concentração de renda, crescimento da carga tributária, e a priorização de determinados setores da produção em detrimento de outros, bem como a liquidez externa e principalmente a superexploração da força de trabalho foram fatores importantes para que ocorresse a expansão econômica que caracterizou o “milagre” brasileiro. Ou seja, o “milagre” foi fruto de planejamento, formulação econômica com um objetivo claro determinado e não apenas consequência de políticas econômicas anteriores. A política econômica de Delfim Netto foi resultado de políticas públicas setoriais, iniciadas durante o governo Costa e Silva, sob o controle direto do ministro. Delfim, na condição de ministro usou as práticas autoritárias da ditadura para se impor e aplicar as medidas que ele considerava condizentes com seu projeto de desenvolvimento acelerado.

²⁹⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. *op. cit.* p.188.

²⁹⁸ MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro*. *op. cit.* p. 252 e 253.

²⁹⁹ DELFIM NETTO, Antônio. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora da USP, 1966.

³⁰⁰ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

3.5 – A ação no Conselho Monetário Nacional - “Quando Delfim queria uma coisa ele ganhava sempre”³⁰¹

O Conselho Monetário Nacional (CMN) foi criado em 1965, em virtude da lei 4595/65, que reformou o sistema financeiro do país. Após a edição da lei, foi criado o Banco Central (BC), que assumiu as atribuições da Superintendência de Moeda e do Crédito (SUMOC), e o Conselho Monetário Nacional, órgão planejamento de política monetária. Entre os objetivos do CMN estavam: regulação da oferta de moeda, regulação do valor da moeda, regulação de taxa de juros, regulação de volume de empréstimos concedidos por instituições públicas e privadas, controle da estrutura técnica e do quadro de funcionários do Banco Central, estabelecimento de regras monetárias a serem cumpridas pelo Banco Central, entre outras. Importante chamar atenção para o fato de que o Banco Central se encontrava em posição de subordinação ao Conselho Monetário Nacional³⁰².

O CMN originalmente deveria ser um órgão formado por membros da sociedade civil e independente do poder executivo e do governo. Era composto pelo ministro da Fazenda, que o presidia, pelo presidente do Banco Central, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e por seis membros, os quais seriam indicados pelo presidente da República entre banqueiros ou técnicos, com experiência na área financeira e econômica. Eles teriam um mandato de seis anos, ou seja, mandatos que transcenderiam governos, os quais seriam revalidados pelo Senado. Além disso, funcionavam juntamente ao conselho quatro comissões consultivas: comissão bancária, comissão de mercados de capitais, comissão de crédito rural e comissão de crédito industrial³⁰³.

A ideia era que o órgão tivesse autonomia em relação ao Executivo. Maria Lúcia Werneck Vianna considera esse modelo de relacionamento entre Estado e empresariado “audacioso” porque alocava o empresariado em um órgão de Estado, o qual tinha total controle sobre a política monetária, subordinava o Banco Central e tinha independência

³⁰¹ LEME, Ruy Aguiar da Silva. O economista. In: *História Contada do Banco Central do Brasil*. op.cit. p. 41.

³⁰² “Conselho Monetário Nacional”. In. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-monetario-nacional-cmn> acesso em 6/06/2019.

³⁰³ “Conselho Monetário Nacional”. In. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-monetario-nacional-cmn> acesso em 6/06/2019.

frente ao Executivo. Ou seja, era a política monetária pensada e implementada pelo empresariado com o apoio estatal³⁰⁴.

Porém, essa autonomia nunca foi alcançada. Quatro dos membros indicados eram ex-diretores da extinta Sumoc, que também possuíam cargos no Banco Central. Ou seja, não eram puramente membros do empresariado, mas sim integrantes do empresariado que já serviam ao aparelho de Estado. Por esta razão, Vianna afirma que durante a gestão Campos-Bulhões nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, o conselho funcionou debilmente em relação ao previsto em seu projeto autonomista – um órgão independente, autônomo e de representatividade empresarial no aparelho de Estado.³⁰⁵

Por outro lado, o conselho era o principal órgão de política econômica, subordinando tanto o Banco Central quanto o Banco do Brasil. O CMN tinha orçamento próprio, obtido com o controle sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre os fundos do café e açúcar, e sobre recursos oriundos de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Aliança para o Progresso, bem como os depósitos compulsórios dos bancos. Poderia dispor desses recursos sem a necessidade de autorização do Legislativo³⁰⁶. Além disso, o fato de ser o órgão controlador da emissão de moeda, do orçamento público, das despesas públicas, crédito bancário, influência no comércio exterior, controle sobre os capitais aqui investidos fazia do conselho um órgão que concentrava muito poder. A instância era responsável por determinar decisões em relação à política monetária e tinha influência em vários setores da economia. O CMN passou a se articular com outros ministérios à medida que ocorreram modificações em seu regimento, entre 1964 e 1974³⁰⁷.

Ainda durante o governo Castelo Branco, o Conselho Monetário Nacional geriu a reorganização do sistema financeiro. Segundo Vianna, esse foi mais um fato que demonstra a concentração de poderes e a importância política do órgão, não como um locus de representação empresarial, mas um espaço de planejamento e gerenciamento da política econômica e monetária.³⁰⁸ A questão é que durante o governo Castelo Branco,

³⁰⁴ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional. 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987. p.151.

³⁰⁵ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”...Op. cit.*

³⁰⁶ VIANNA, Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”. op. cit.* p. 112.

³⁰⁷ RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos; KASAHARAL, Yuri. Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010, p. 137.

³⁰⁸ VIANNA, Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”. op. cit.* p. 112.

não houve contenda entre os integrantes do conselho e a equipe econômica porque ambos pensavam da mesma forma. Ambos tinham como meta o controle monetário.

Entretanto, com a troca de governo ocorrida em 1967, o direcionamento da política econômica tomou outro sentido. Embora o novo ministro, pelo menos no discurso, desse importância ao controle inflacionário, a prioridade era o desenvolvimento industrial. Para tanto era necessário baratear os custos de produção. Um desses custos era a taxa de juros. Isso ficou muito claro em seu primeiro discurso.³⁰⁹

Logo na transição entre governo Castelo Branco e Governo Costa e Silva, houve constrangimento entre os membros do conselho e o governo. Campos e Bulhões se reuniram com o presidente Costa e Silva para convencê-lo a respeitar as regras de funcionamento do CMN, ou seja, a autonomia e o mandato de seus membros. O motivo de tal reunião era a reivindicação da permanência de Dênio Nogueira como presidente do Banco Central, uma vez que a legislação estabelecia um mandato para o presidente do BC. Costa e Silva foi taxativo em sua afirmação: “O guardião da moeda sou eu.”³¹⁰ Dênio Nogueira acabou entregando o cargo. Outras mudanças ocorreram no CMN como, por exemplo, o aumento no número de ministros que poderiam participar das sessões do órgão.³¹¹

Na presidência do conselho, Delfim Netto concentrou amplos poderes. Essa concentração de força aconteceu paralelamente ao crescimento da autoridade do órgão que, gradativamente, tanto em relação ao quantitativo de membros, como em suas atribuições, ao longo dos governos Costa e Silva e Médici. Em 1967, o CMN passou a ter mais um membro indicado pelo presidente – um dos diretores do Banco Central –, não precisando da aprovação do Senado. Em 1969, o mandato dos membros diminuiu para quatro anos, ou seja, a cada quatro anos a equipe poderia ser modificada pelo novo governo que se iniciaria. Com relação à sua composição, além dos ministros do Planejamento e da Indústria e Comércio, que participavam do conselho, mas não tinham direito a voto, ganharam representação os ministérios do Interior e da Agricultura, com direito a voto. O CMN também ficou responsável pela política nacional de abastecimento, o que deixou a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) esvaziada, tornando-se um órgão fiscalizador de preços apenas. Em 1972, passaram a

³⁰⁹ “Tomam posse Delfim e Beltrão”. In: *O Estado de São Paulo*. 19/03/1967.

³¹⁰ RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos; KASAHARAL, Yuri. Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo. *op. cit.* p. 16.

³¹¹ NOGUEIRA, Dênio. Lições de experiência. In: *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília, 2019. Vol.III, p. 196-197.

fazer parte do CMN os presidentes do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Caixa Econômica Federal (CEF), também com direito a voto³¹². Dessa maneira, o CMN foi deixando de ter como única atribuição, a política monetária, e tornando-se um importante órgão interministerial de controle da política econômica de maneira geral.

Maria Lúcia Werneck Vianna atenta para o fato: o CMN era “uma agência de coordenação de outros ministérios – e não uma agência genérica de coordenação”³¹³. Isso fica muito claro com a gradativa incorporação de membros ao conselho. A figura de destaque e ascendência era o ministro da Fazenda, que, para Vianna, cumpria uma “função tática no sistema político, de primeiro ministro da economia”.³¹⁴ Foi exatamente por conta de sua posição que conseguiu ter ascendência sobre os outros ministérios e agências.

Delfim Netto, na condição de diretor do CMN, fazia valer sua vontade. Segundo Ruy Leme, presidente do Banco Central entre 1967 e 1969, as resoluções formuladas pelo BC tinham que ser aprovadas pelo CMN, porém, antes de serem apresentadas ao conselho, eram apresentadas a Delfim Netto. Por isso, Leme afirmou: “Eu só levava propostas que já estivessem acordadas entre nós”³¹⁵. Ou seja, somente depois que passasse pela aprovação do ministro da Fazenda, as resoluções eram apresentadas ao CMN e aprovadas.

Conforme afirma Vianna, a estabilização monetária era meta prioritária da política econômica de Campos e Bulhões. Nesse sentido, um Banco Central, autônomo, política e institucionalmente em relação ao Executivo, com quatro membros compondo o Conselho Monetário Nacional, era primordial, pois a gerência da política monetária transcenderia mandatos, tendo continuidade suas principais diretrizes. A entrada de Delfim Netto no ministério, a saída prematura Dênio Nogueira, então presidente do BC em 1967, o qual deveria terminar seu mandato somente em 1970, e a escolha de Ruy Leme, amigo e sócio de Delfim Netto ³¹⁶, apontam que o novo governo não estava de acordo com o nível de autonomia formulado para o BC por Campos e Bulhões. Essas

³¹² RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos; KASAHARAL, Yuri. Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo. *op. cit.* p. 37.

³¹³ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”*. *op. cit.* p. 177.

³¹⁴ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”*. *op. cit.* p. 177.

³¹⁵ LEME, Ruy Aguiar da Silva. O economista. In: *História Contada do Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Vol. V. p. 40.*

³¹⁶ LEME, Ruy Aguiar da Silva. O economista. In: *História Contada do Banco Central do Brasil. op.cit.* Segundo depoimento de Ruy Leme, ele e Delfim eram sócios em um escritório de consultoria em São Paulo, o ECON, o qual foi responsável pela gestão de fundos públicos do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

indicações apontam também para o fato de que Delfim Netto já começava sua escalada na concentração de poderes, principalmente pelo fato de ter no Banco Central alguém de seu relacionamento pessoal e profissional. O depoimento de Ruy Leme a respeito das propostas apresentadas por ele no CMN, demonstra o grau de ascendência do ministro sobre o presidente do Banco Central. Uma segunda afirmação de Ruy Leme referenda essa ascendência e demonstra o grau de respeito e até mesmo limite em lidar com o ministro: “Quando Delfim queria uma coisa ele ganhava sempre”.³¹⁷

Apesar da amizade com Delfim, Ruy Leme não permaneceu por muito tempo no Banco Central, sendo obrigado a renunciar em 1968, devido ao impasse em relação a taxa de juros³¹⁸. Substituiu-o o economista Ernane Galvêas, também figura próxima de Delfim. Ernane Galvêas presidiu o BC de 1969 e 1972. Em entrevista ao CPDOC, Galvêas também confirma o centralismo de Delfim Netto, quando indica que o ministro tinha controle direto sobre o abastecimento de alimentos, em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Delfim recebia as informações do Gervásio [Tadashi Inoue], da Cooperativa de Cotia, inclusive sobre os caminhões que saíam de São Paulo carregando legumes e hortigranjeiros para o interior do estado, para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte... era um controle mano a mano muito cuidadoso, porque estávamos num período de atacar a inflação, de um lado, e liberar o crédito, de outro. Quando se sabia, por exemplo: “Vai faltar tomate. Só vão sair cinco caminhões de tomate para o Rio de Janeiro nesta semana”. “Não faça isso! Para onde estão mandando os outros?” “Para Curitiba e Belo Horizonte.” “Corte dois caminhões de Belo Horizonte, dois de Curitiba, e mande 10 ou 15 caminhões para o Rio de Janeiro.”

- Era o ministro que comandava?!

Era. Isso chegou a ser feito nessa base.³¹⁹

Galvêas explica que grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo eram como vitrines e, se estivessem bem abastecidas, o preço dos alimentos se manteria estável e, por conseguinte, ocorreria o mesmo em outras cidades. Nesse momento, o controle sobre o Plano Nacional de Abastecimento já tinha passado das mãos da Sunab para o CMN. Por isso, foi fácil para o ministro manter o controle sobre a oferta de alimentos, tendo em vista produzir números artificiais em relação à inflação.³²⁰

³¹⁷ LEME, Ruy Aguiar da Silva. *História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Vol. V. p. 41.

³¹⁸ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”... op. cit.*

³¹⁹ GALVÊAS, Ernane. *História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Vol. VI. p. 112-113.

³²⁰ GALVÊAS, Ernane. *História Contada do Banco Central do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Vol. VI. p. 112.

Em entrevista concedida ao jornal O Globo em 2014, em razão dos 50 anos do golpe de 1964, Delfim Netto admitiu que houve manipulação da oferta de alimentos, o que ele chamou controle da oferta. Quando inquirido a respeito do índice de inflação calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 1972, o qual foi corrigido em 1973, passando de 15,5% para 20,5%, o economista alegou que foi uma questão de melhoria do levantamento feito pela FGV.³²¹

Um dos principais episódios em que o ministro demonstrou sua capacidade de pressão sobre setores da sociedade e, portanto, seu poder político dentro do governo, foi a questão da taxa de juros praticada por bancos privados. Conforme já comentamos, um dos fatores aumentava os custos da produção e contribuía para o aumento da inflação e a reduzida margem de lucro empresarial eram as altas taxas de juros. Segundo o ministro, tal situação teria sido provocada pelo próprio Paeg, devido ao cenário recessivo criado com suas medidas ortodoxas de combate à inflação que limitavam a oferta de moeda.

Desde o início do governo Costa e Silva, houve iniciativa no sentido de baixar a taxa de juros. Ficou responsável por isso Ruy Leme, então diretor do Banco Central, o qual manteve reuniões constantes no decorrer de 1967 com banqueiros, tendo em vista chegar a um acordo sobre os juros. Essa estratégia não logrou êxito e, após a publicação da portaria 79, que fixava em 50% o valor do depósito compulsório dos bancos, Ruy Leme foi demitido.³²² Delfim Netto tomou para si a tarefa. As iniciativas do governo se deram principalmente através do constrangimento público dos membros do empresariado do setor bancário. O ministro declarou que

uma boa parte das pressões altistas que se fazem sentir sobre os agricultores e industriais decorre principalmente da resistência dos bancos ampliar suas faixas de financiamento junto àquele primeiro setor e da falta de imaginação e indiferença em relação ao setor industrial.³²³

Segundo Vianna, Delfim também teria proposto a Costa e Silva um projeto de reforma da estrutura bancária. Uma das medidas que constariam nessa reforma seria a compra de parte das instituições bancárias pelo governo, com o objetivo de influenciar

³²¹ NOVO, Agnaldo. Delfim Netto sobre atuação no regime militar: 'Não tenho nada do que me arrepende'. In: *O Globo*. 23/04/2014. Acesso em 25/06/2019.

³²² VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do "Milagre"*. op. cit. p. 169.

³²³ Visão, 01/05/1969 apud. VIANNA, Maria Lúcia Werneck Teixeira. *A Administração do "Milagre"*. op. cit. p. 169.

na oferta de crédito e assim forçar a queda dos juros.³²⁴ Em 29/04/1969, a Folha de São Paulo publicou, em nota, a resposta do ministro, quando perguntado se o governo buscaria um acordo com os bancos a respeito dos juros: “O governo não tenta acordos com ninguém. Ele define os objetivos de uma política e o sistema é que tem que se ajustar.”³²⁵ O ministro pressionava de todas as formas para que os bancos baixassem as os juros e nessa última frase deixou claro que os bancos deveriam se adequar às diretrizes já estabelecidas pelo governo.

A atitude mais dura foi tomada ao publicar um artigo na revista Visão, no qual acusava os empresários do setor bancário de ignorarem as necessidades da produção industrial e agrícola e se importarem com seus lucros obtidos mediante especulação financeira.³²⁶ Em 30 de abril de 1969, o ministro recebeu representantes da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para discutir a redução das taxas de juros³²⁷. A proposta que seria levada a essa reunião, por parte dos banqueiros, era a troca da redução de juros pela cobrança de uma série de serviços que eram prestados ao consumidor gratuitamente como, por exemplo, a emissão de cheques ou a transferência de conta de uma praça para outra.³²⁸ A barganha teve sucesso e, no dia primeiro de maio, a Folha noticiou em sua primeira página que os bancos cobrariam juros mais módicos, mas, em compensação, o usuário comum pagaria a conta, com a cobrança de vários serviços³²⁹. Em 7 de maio, o Banco Central lançou a instrução nº 114, que fixava novo teto para a taxa de juros para a produção e comércio, mas também o teto das tarifas bancárias que começariam a ser cobradas aos clientes dos bancos³³⁰.

Apesar da redução dos juros parecer fruto de uma negociação entre governo e banqueiros, a medida foi resultado das pressões feitas pelo ministro da Fazenda sobre os bancos e corretoras. O fato de a mesma resolução estabelecer os valores que seriam cobrados pelos bancos aos clientes por seus serviços prestados demonstra o grau de controle do aparelho de Estado sobre os atores econômicos. Tanto os juros como as tarifas bancárias eram, a partir de então, controlados e regulados pelo Estado.

No dia 8 de maio, a Fenaban e o Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara se reuniram para apreciar a instrução 114 do Banco Central, publicada em 7/5/1969. Em

³²⁴ VIANNA, Maria Lúcia Werneck Teixeira. *A Administração do “Milagre”*. op. cit. p. 169.

³²⁵ Delfim já tem fórmula para a redução de juros. *Folha de São Paulo*, 29/04/1969, p. 1.

³²⁶ VIANNA, Maria Lúcia Werneck Teixeira. *A Administração do “Milagre”*. op. cit., p. 169-170.

³²⁷ Delfim debate juros hoje com banqueiros. In: *Folha de São Paulo*, 30/04/1969. p. 1.

³²⁸ Bancos mostram mais os serviços que prestam ao público de graça. In: *Folha de São Paulo*, 30/04/1969. p.13.

³²⁹ Bancos vão reduzir juros. In: *Folha de São Paulo*, 01/05/1969. p. 1.

³³⁰ Financeiras também aprovam redução de suas taxas. *Folha de São Paulo*, 09/05/1969. p. 18.

9 maio, o ministro e o governo recebiam felicitações por parte dos industriais, e comerciantes. O Sindicato do Comércio Atacadista de Tecido, Vestuário e Armário de São Paulo por telegrama felicitava o ministro:

A diretoria e os associados do Sindicato do Comércio Atacadista de Tecido, Vestuário e Armário de São Paulo congratulam-se com V. Ex. pela limitação da taxa de juros bancária. Esse problema, numerosas vezes foi objeto de apreciação da nossa entidade, convencidos que estamos de sua importância para a livre empresa e para a economia nacional. A medida (...) contribuirá expressamente para o desenvolvimento da produção e da comercialização em nosso país.³³¹

Mas também houve vozes cautelosas. Entre a Federação dos Industriais do Estado da Guanabara (Fiega), enquanto o empresário Guilherme Levy aplaudiu a iniciativa do governo em reduzir a taxa de juros, Mauricio Costa, apesar de parabenizar o governo pelo esforço de baixar os juros, esperava que tal medida não trouxesse ônus para o setor industrial, segundo ele “setor que tem se empobrecido muito nos últimos anos”³³². A postura dos industriais pode ser interpretada não como crítica à medida do ministro, mas como cautela provocada pelo governo anterior, cuja ortodoxia econômica e juros altos haviam reduzido os níveis de crescimento e penalizando os setores produtivos.

A medida gerou críticas por parte do ex-ministro do Planejamento Roberto Campos. Em artigo de Joelmir Beting³³³, publicado pela Folha de São Paulo, em 25 de maio de 1969, o jornalista confrontou as críticas de Roberto Campos sobre a política de controle de juros e as respostas do ministro Delfim Netto. Campos criticava: “Ninguém é a favor de altas taxas de juros. O problema é saber se é praticável ou desejável essa intervenção governamental para brigar com as forças do mercado.”³³⁴

Ao que Delfim Netto respondeu:

...para a mercadoria dinheiro não há mercado livre. Há um mercado em liberdade vigiada. O banco é uma concessão que o Governo faz aos particulares. O banqueiro é um concessionário do Governo, de quem recebe a licença de guardar e aplicar o dinheiro de terceiros. Ora, no momento em que o governo passa a controlar o preço da indústria e a tabelar os preços da lavoura, esse mesmo Governo tem todo o direito, e mais que direito, tem a

³³¹ Financeiras também aprovam redução de suas taxas. *Folha de São Paulo*, 09/05/1969. P. 18.

³³² Financeiras também aprovam redução de suas taxas. *Folha de São Paulo*, 09/05/1969. P. 18.

³³³ BETING, Joelmir. “Roberto Campos: procura-se um bode. Delfim Netto: quem inventou o bode?” *In: Folha de São Paulo*. 25/05/1969. p. 33.

³³⁴ BETING, Joelmir. “Roberto Campos: procura-se um bode. Delfim Netto: quem inventou o bode?” *In: Folha de São Paulo*. 25/05/1969. p. 33.

obrigação social de controlar ou mesmo tabelar os preços do dinheiro, eixo que faz rodar a roda da produção.³³⁵

Sem medo de ser criticado pela opinião pública, ou por seus pares da área de Economia, e adotando uma postura independente em relação ao seu “padrinho” político, Delfim ignorou os pressupostos do liberalismo político e econômico, tão defendido em momento anterior ao golpe. No cargo ministro da Fazenda, exercendo controle total sobre o CMN, exercendo ascendência sobre os diretores do BC e contando com a total confiança do Executivo federal e da burguesia industrial e comercial – principalmente após o duelo dos juros altos com o setor bancários – Delfim sentia-se plenamente seguro para expor todo o seu pragmatismo na política econômica.

3.6 – Enrijecimento do regime e política econômica:

A expedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, foi o mais duro golpe desferido contra qualquer tipo de contestação ao governo da ditadura. O AI-5 deu condições para o governo e, em particular, o ministro da Fazenda tomar decisões econômicas sem interferências do Congresso ou da opinião pública. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional, o ministro, quando consultado, concordou com a publicação do Ato:

Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que esse país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez.³³⁶

Sua fala demonstra interesse em que o governo ditatorial tivesse plena liberdade para a condução da política econômica, tendo em vista um projeto de aceleração do crescimento. Nesse período, as decisões econômicas ficaram cada vez mais centralizadas na figura de Delfim, que presidia o CMN e o CNE, além de ter forte influência tanto sobre Costa de Silva e, posteriormente, sobre Médici.

Alguns dias depois da edição do AI-5, foram adicionados uma série de atos complementares, dentre os quais o Ato Complementar nº 40, que modificava alguns

³³⁵ BETING, Joelmir. “Roberto Campos: procura-se um bode. Delfim Netto: quem inventou o bode?” *Folha de São Paulo*. 25/05/1969. p. 33.

³³⁶ *Apud* CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais. op. cit.* p. 342.

artigos de caráter fiscal da constituição de 1967, visando aumentar a arrecadação da União. Uma das medidas adotadas através do Ato Complementar nº 40 foi a redução da porcentagem do Fundo de Participação de Estados e Municípios (FPEM). A determinação do Ato Complementar nº 40 teria sido indicação de Antônio Delfim Netto. Delfim Netto teria proposto a Costa e Silva, em novembro de 1968, a criação de uma emenda que reduzisse a parcela da arrecadação do FPEM. Entretanto, Costa e Silva rechaçou a ideia, alegando que era necessário trabalhar com a Constituição existente.³³⁷

O FPEM foi criado pela Constituição de 1967 (artigo 26) e estabelecia que do total da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, 80% pertenceria à União, 10% ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 10% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPEM era composto, então, de 20% da arrecadação do IR e do IPI. O Ato Complementar nº 40 reduziu para 10% da arrecadação total do IR e do IPI destinado ao FPEM, e subordinou a distribuição de recursos a diretrizes e metas estabelecidas pelo governo federal, à apresentação de projetos e a uma contrapartida financeira dos estados e municípios.³³⁸

O FPEM era de primordial importância para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cumprindo nitidamente a função de distribuição de renda, segundo afirma Macarini:

a parcela destinada aos municípios capitais deveria ser distribuída proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto de dois fatores: a) fator representativo da população (...); b) fator representativo do inverso da renda *per capita* do respectivo estado. Quanto aos estados, a distribuição do Fundo era feita levando em conta um critério de proporcionalidade a superfície territorial e aos coeficientes individuais de participação, estes coeficientes (...) são calculados inversamente proporcionais à renda per capita e diretamente proporcionais à população de cada estado.³³⁹

A redução do FPEM resultou em um ganho de 600 milhões de cruzeiros para a União. O ato complementar nº 40 também reservou para União a receita gerada pela cobrança de impostos sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes líquidos, o que pela Constituição de 1967 era reservado aos estados e Distrito Federal. O artigo 22 da constituição de 1967 falava dos poderes da União para decretar impostos. Seu item VIII

³³⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo. op. cit.* p. 183.

³³⁸ MACARINI, José Pedro Macarini. Política econômica da ditadura militar no limiar do milagre: 1969 – 1967. *Textos para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, nº 99, set. 2000. p.19.

³³⁹ MACARINI, José Pedro Macarini. Política econômica da ditadura militar no limiar do milagre: 1969 – 1967. *op. cit.* p. 17.

especificava que a União tinha o poder de decretar impostos sobre “produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos”³⁴⁰. O § 5º especificava que o imposto decretado pela União recairia uma só vez sobre um único tipo de operação descrito no item VIII, e que este tributo cancelaria quaisquer outros referentes à mesma operação. O § 6º especificava que o disposto no §5º não incluía o ICMS. Ou seja, qualquer tributo criado pela União sobre as operações relativas aos lubrificantes e combustíveis líquidos não poderiam cancelar o ICMS, recolhido pelos Estados.³⁴¹ O item II do artigo 24 especificava que era direito dos Estados e do Distrito Federal decretar impostos sobre a “(...) circulação de mercadorias, inclusive sobre lubrificantes e combustíveis líquidos na forma do artigo 22, parágrafo 6º (...)”.³⁴²

O Ato Complementar nº 40 revogou o § 6º do artigo 22, ou seja, os tributos criados pela União sobre os referidos insumos do petróleo poderiam cancelar o ICM, e deu nova redação ao item II do artigo 24, retirando a especificação quanto aos lubrificantes e combustíveis. Fica o nítido interesse em assegurar mais uma fonte de arrecadação para os cofres da União.³⁴³

Além de reduzir a parcela destinada aos estados e municípios, o Ato Complementar nº 40 também estabeleceu regras para a distribuição das verbas do FPME: apresentação de projetos, enquadramentos em diretrizes e objetivos estabelecidos pelo governo federal, contrapartida financeira ao empréstimo. Essas condições denunciam, como afirma Dreifuss, a introdução da rotina e forma de organização e gestão da empresa privada.³⁴⁴

Mário Maestri considerou tal medida uma “expropriação-centralização federal da renda de estados e municípios”³⁴⁵, por retirar deles parte substancial de sua receita centralizando-as na União. Maria da Conceição Tavares também comentou a redução do repasse do FPME. Para a economista, a redução dos repasses do para estados e municípios “completou o processo de aniquilamento da Federação que transformou

³⁴⁰ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. <http://www.planalto.br/ccivil-03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 25/08/2019.

³⁴¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. <http://www.planalto.br/ccivil-03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 25/08/2019.

³⁴² Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. <http://www.planalto.br/ccivil-03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 25/08/2019.

³⁴³ Ato Complementar nº40, de 30 de dezembro de 1968. http://www.planalto.br/ccivil_03/ACP/acp-40-68.htm Acesso em 25/08/2019.

³⁴⁴ DEIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. *op. cit.*, p. 73.

³⁴⁵ *Apud* CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.*, p. 421.

governadores e prefeitos de capitais e cidades estratégicas em delegados do poder central, agora impossibilitados de atender aos serviços públicos”.³⁴⁶

O corte no FPEM levou a renúncia do ministro do Interior Albuquerque Lima e do diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em janeiro de 1969. Albuquerque Lima considerava que a medida iria prejudicar os estados e municípios mais pobres de federação.³⁴⁷ Albuquerque Lima tinha uma opinião muito negativa em relação a Delfim Netto e Mário Andreazza. Pensava que Delfim Netto facilitava a influência de grupos empresariais na política econômica, em prejuízo de empresas nacionais (Albuquerque Lima era engenheiro e um militar de muita influência entre setores do empresariado nacional, bastante considerado entre militares nacionalistas), e em conversa com Antônio Carlos Magalhães, então prefeito de Salvador, afirmara que Delfim Netto e Mário Andreazza deveriam ser “enforcados e pendurados de cabeça pra baixo”.³⁴⁸

Segundo Macarini, a redução do FPEM tinha o objetivo de sanar o déficit orçamentário, apontado por vários tecnocratas como um dos grandes vilões da inflação brasileira. O AI-5 e o Ato Complementar no. 40 faziam parte de um esforço de estabelecer condições monetárias estáveis para o crescimento econômico nos moldes do capitalismo monopolista³⁴⁹. Segundo Sonia Regina de Mendonça, o combate à inflação era concomitante ao esforço de criar volume adequado de investimentos para financiar o modelo de acumulação capitalista, que já vinha sendo implantado desde os anos 50.³⁵⁰ Ou seja, a reorganização da distribuição dos recursos do FPEM em prejuízo de estados e municípios, além de ter a finalidade de reduzir do déficit orçamentário, tinha também o objetivo de constituir poupança para financiar a expansão econômica.

Sobre esse ponto, há convergência com as afirmações de Maria da Conceição Tavares:

foi a manipulação dos fundos de origem fiscal e parafiscal, bem como de recursos oriundos de crédito público através de agências de financiamento estatais, que o governo moldou definitivamente o perfil da economia do milagre, dependente de fundos públicos, de favores burocráticos e de crédito. O capitalismo brasileiro, de tradição patrimonial, encontrou um terreno

³⁴⁶ TAVARES, Maria da Conceição. *O grande salto para o caos: economia política e a política econômica do Estado autoritário*. Rio de Janeiro, Zhar Editora, 1985. p. 32.

³⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. *op. cit.*

³⁴⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*. *op. cit.* p.264.

³⁴⁹ MACARINI, José Pedro. *Política econômica... op. cit.*

³⁵⁰ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 75.

extremamente fértil de desenvolvimento, no qual o Estado autoritário concentra os recursos para depois redistribuí-los discricionariamente, de acordo com o acesso pessoal a intimidade do regime.³⁵¹

Tavares, além de enfatizar a importância do acúmulo de divisas via política fiscal, chama atenção para a forma como esses recursos seriam distribuídos: de maneira seletiva. Essa política fiscal, iniciada ainda durante o Paeg com a criação de impostos, como o ICM e o IPI, além das poupanças forçadas como o FGTS e o PIS/PASEP, provocou a quebra de várias empresas que não puderam arcar com tantos impostos, tendo sobrevivido ao choque apenas empresas de grande porte.

Sobre esse assunto, Roberto Campos lamentou o fato da Constituição de 1988 ter descentralizado a arrecadação do FPEM, bem como dos impostos sobre lubrificantes e derivados do petróleo. Sua afirmação denuncia como era empregado o capital acumulado com esses tributos:

Particularmente danosa foi a abolição dos impostos únicos sobre energia, combustíveis e lubrificantes e produção mineral, que passaram a atribuição dos estados, privando-se a União de recursos para a manutenção e construção de rodovias-tronco; assim como de centrais elétricas interestaduais, e ensejando-se também tentativas estaduais e municipais de tributação sobre minérios exportados. Como adiante se verá, sob o ponto de vista da estrutura tributária, a Constituição de 1988 representou um lamentável retrocesso.³⁵²

O comentário de Roberto Campos corrobora as afirmações Pedro Campos acerca do destino desses capitais acumulados. Segundo Campos, esse capital foi redistribuído entre setores econômicos do interesse do grupo governista, sendo um desses segmentos a indústria de construção pesada. O setor foi um dos que mais se beneficiou com os recursos acumulados pela União através do corte no FPEM, através da contratação de grandes obras públicas entre os governos Costa e Silva e Médici e também com a atenção especial dispensada pelo ministro Delfim Netto a algumas grandes empreiteiras³⁵³.

Segundo Campos, durante a ditadura, duas áreas de atuação das empresas de construção pesada receberam grandes incentivos do governo: o setor de transporte e o de energia³⁵⁴. As empreiteiras que atuavam na construção de usinas hidrelétricas eram chamadas de “barrageiras”. Esse setor movimentou grande volume de recursos e ficou a

³⁵¹ TAVARES, Maria da Conceição. *O Grande Salto para o Caos. op. cit.* p. 30.

³⁵² CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa. op. cit.* p. 649.

³⁵³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.*

³⁵⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.* p. 311-325.

cargo das maiores empreiteiras do país. Dois grupos de empresas se destacavam: as empreiteiras mineiras lideradas pela Mendes Junior, contratadas comumente pelas estatais Furnas, Cemig, Eletrobrás e pelo Ministério de Minas e Energia (MME), e as empreiteiras paulistas, lideradas pela Camargo Corrêa e contratadas preferencialmente pela Cesp.³⁵⁵ Campos afirma que Delfim Netto era ligado ao grupo de empreiteiros paulistas – Olacyr Francisco Moraes (Constran), Eduardo Celestino Rodrigues (Cetenco) e especialmente Sebastião Camargo (Camargo Corrêa).³⁵⁶

Entre 1967 e 1974, várias medidas foram tomadas no sentido de incentivar o setor de construção pesada. Pedro Campos cita o decreto 64.345/69, que consistiu na reserva de mercado de obras públicas para empresas de engenharia de capital nacional – obras realizadas pela União, estados e municípios. Essa medida representou uma mudança na diretriz praticada durante o governo Castelo Branco, quando as firmas de engenharia estrangeiras tinham certa preferência no setor de obras públicas. Tal decreto beneficiou as empresas que atuavam na construção de hidrelétricas e barragens, em que havia concorrência entre empresas de capital nacionais e empresas estrangeiras. Assim, combinavam-se capital e reserva de mercado.³⁵⁷

O decreto lei 73.140/73, que regularizava licitações, dificultava a entrada de pequenas empreiteiras no mercado de obras públicas, uma vez que fixava um limite de capital social para as empresas participarem das licitações e estabelecia o sistema de consórcios e subcontratação, o que consistia em uma grande empreiteira subcontratar outra menor. Dessa maneira o mercado de obras públicas ficava reservado à indústria nacional de construção pesada, mas não a todas as empresas, e sim às grandes empresas, resultando num processo de oligopolização do setor.³⁵⁸

O ministro beneficiou diretamente seu círculo de relações empresariais, localizado no setor da construção pesada. Uma das empresas mais beneficiadas em licitações com a intervenção do próprio Delfim Netto foi a construtora Camargo Corrêa, de propriedade de Sebastião Camargo, próximo do ministro. A Camargo Corrêa executou as maiores obras do setor de energia durante a ditadura civil-militar – Jupia (1969), Ilha Solteira (1973), Água Vermelha (1978). Essas hidrelétricas possuíam os maiores potenciais de geração de energia da época.³⁵⁹

³⁵⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.* p. 316.

³⁵⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.*, p. 328.

³⁵⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.*

³⁵⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.* p. 344.

³⁵⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estanhas Catedrais. op. cit.* p. 87.

Uma das afirmações de Delfim Netto sobre o AI-5 foi a seguinte: “Com o AI-5 eu aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer”³⁶⁰. Com AI-5, ele pôde fazer livremente e com o apoio de um instrumento legal o que achou necessário para a promoção do crescimento econômico e beneficiamento de setores específicos do empresariado.

³⁶⁰ DELFIM NETTO, Antônio. Uma elite aniquilada. *In*: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. *Op. cit.* p.238.

Conclusão

Antônio Delfim Netto chegou ao fim do governo Médici como uma das mais poderosas figuras do meio político brasileiro. Ainda que, no decorrer da segunda metade da década de 1970, a alta dos preços do petróleo e o endividamento externo, gerado pelas práticas econômicas que levaram ao “milagre”, tenham engendrado uma crise econômica no Brasil, a qual avançaria pelos anos 80, Delfim Netto entrou para a história como o economista que em poucos anos foi capaz de gerar um crescimento invejável numa economia em desenvolvimento como a do Brasil na condição de ministro da Fazenda. Mas Delfim não apenas foi o economista brilhante que, alçado à condição de ministro, promoveu com suas políticas heterodoxas um alto crescimento em curto espaço de tempo. Também foi um dos ministros que mais concentrou poder de decisão durante a ditadura civil-militar.

O economista atuou como intelectual orgânico em favor do empresariado nos cargos e órgãos públicos que ocupou. Para isso, foi fundamental o domínio sobre o conhecimento econômico e o estabelecimento de relações com a burguesia, o que teve início com seu ingresso na FEA-USP, em 1948. A permanência nesse espaço acadêmico não significou apenas o acesso a um conhecimento teórico e prático de uma área específica do conhecimento, mas também a oportunidade estabelecer relações com membros da burguesia paulista, ocupar um espaço burguês, se formar e atuar como um intelectual orgânico da burguesia, defendendo ideias, valores e interesses materiais dessa burguesia.

O espaço universitário foi também o local em que Delfim Netto travou suas primeiras batalhas políticas, como a disputa por espaço no Conselho Universitário, a participação na Associação de Ex-alunos da FEA, ou mesmo as disputas pessoais com outros professores. Ou seja, a universidade se constituiu como espaço de formação profissional, mas também primeira fase da escalada de Delfim Netto ao poder.

A atuação docente do economista foi concomitante a sua participação nos órgãos de classe da burguesia paulista – ACSP, Fiesp, desde meados dos anos 50, o Ipes, na primeira metade dos anos 60. Nesses órgãos, a economia dava embasamento teórico para o discurso político de segmentos burgueses associados ao capital monopolista internacional, que na primeira metade da década de 1960 se radicalizaram. No Ipes. Delfim, segundo relato de Dênio Nogueira, ocupava posição de destaque na área econômica do Grupo de Doutrina e Estudo. Ou seja, a despeito do que afirma Gaspari – que Delfim apenas havia dado algumas palestras para o Ipes –, Delfim provavelmente participou ativamente das formulações na área de economia produzidas pelo Ipes-SP. Não era apenas um colaborador esporádico. Essas instituições foram também arenas de debate, formulação e de relacionamento entre a burguesia paulista. Ora, Delfim estava inserido em todos eles. Portanto foi nesses espaços que o economista mais uma vez alinhavou apoios, pontes, redes de relacionamentos.

A participação na equipe de planejamento econômico do governo Carvalho Pinto (1959-1963) e na CIBPU (1963-1972), vem completar o que poderíamos chamar de um primeiro ciclo da trajetória de Delfim Netto. Nesses organismos ocorreram as primeiras experiências do economista como planejador em organizações governamentais. Isso é muito importante e interessante porque demonstra que quanto Delfim Netto chegou a Secretaria de Fazenda de São Paulo (1966) e ao Ministério da Fazenda (1967), o economista já possuía conhecimento na formulação de políticas governamentais bem como uma rede de relações dentro da burocracia estatal (além de suas relações empresariais). Significa também que a representação de interesses empresariais no seio do aparelho de Estado se iniciou bem antes de sua entrada para o executivo estadual e federal.

A partir de então, iniciou-se uma nova fase de sua trajetória política em que suas atividades em órgãos governamentais se intensificaram até ele chegar ao Ministério da Fazenda. Delfim foi indicado por Roberto Campos para compor o Consplan e defender o Paeg das críticas de alguns empresários nacionalista de São Paulo. Essa atuação lhe rendeu outra indicação de Campos, em 1966, para a Secretaria de Fazenda de São Paulo.

Uma vez na secretaria, manteve-se defendendo o Paeg, bem como a reforma tributária que o governo federal estava implementando. Aproveitou, também, para estreitar os laços a burguesia paulista, dando prioridade ao pagamento de obras atrasadas às empreiteiras que as executavam. Dessa maneira, sua permanência na

Secretaria de Fazenda de São Paulo o projetou tanto junto ao governo ditatorial, como entre o empresariado. Apesar de ser conhecido nos meios empresariais por seu trabalho como um formulador nos órgãos de classe burgueses, ao ocupar a Secretaria de Fazenda, Delfim além de formulador tornou-se um interlocutor entre a burguesia e aparelho estatal.

A defesa do Paeg, enquanto participava do Consplan e da Secretaria da Fazenda de São Paulo, parece ter tido como finalidade chegar ao cargo de ministro da Fazenda. Sua estratégia surtiu efeito e, em 1967, foi indicado para o ministério. Essa indicação teria partido de Roberto Campos, mas também de David Nasser (a pedido de Laudo Natel), e teve o apoio de Rui Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Ou seja, havia muitos interessados na presença de Delfim Netto no Ministério da Fazenda. A escolha de Delfim para o ministério, então, parece-nos que atendeu aos interesses do empresariado paulista em ter um representante seu num dos ministérios mais importantes da ditadura e contou com a chancela do empresariado carioca.

Ironicamente, quando chegou ao Ministério da Fazenda, Delfim, logo em seu discurso de posse, fez críticas ao Paeg e prometeu dar prioridade ao crescimento da produção industrial, controle do déficit orçamentário, controle da inflação e diminuição dos juros, um dos fatores que aumentavam os custos de produção. Ou seja, passou a se distanciar das diretrizes preconizadas pelo Paeg (o qual ele tanto defendeu) e a estabelecer outras diretrizes para estimular a produção.

Chegando ao ministério, tratou logo de controlar o Conselho Monetário Nacional (CMN), principal órgão de política monetária e econômica do governo, e detentor inclusive de orçamento próprio, mantendo ascendência sobre os diretores do Banco Central e influência sobre os ministérios que tomaram acento no CMN ao longo dos anos. Entrou em embate com os bancos pela baixa dos juros, condição para que a produção voltasse a crescer e a expansão econômica tivesse continuidade. Saiu vitorioso e terminou o ano de 1969 incensado pelo empresariado e tolerado pelos banqueiros. Seu poder crescia sem precedentes.

Delfim também não fez cerimônia em utilizar os mecanismos autoritários do governo ditatorial para alcançar seus objetivos. O apoio ao AI-5 e, posteriormente, a edição do Ato Complementar nº 40 foram celebrados pelo ministro como oportunidades para ele proceder na política econômica da forma que achou conveniente para implementar medidas de estímulo crescimento econômico. Delfim parecia não medir

esforços, nem ter muitos escrúpulos para chegar a seus objetivos. Não à toa o general Golbery do Couto e Silva comentava: “O Gordo é um ditador. Não tem escrúpulo em usar o poder. O Gordo faz miséria.[...] Ele não tem ilusão, para o bem ou para o mal, ele protege ou massacra”³⁶¹.

A participação do Delfim Netto na montagem da Oban, tentando angariar fundos para que a organização começasse a funcionar é mais um episódio que demonstra certa simpatia em relação à repressão política perpetrada pelo regime, como também atesta seu grau de influência sobre o empresariado. Qualquer outro ministro poderia ter sido convidado a conversar com o empresariado de São Paulo, mas Delfim foi convocado e obteve as contribuições desejadas.

Delfim Netto possuía muitas conexões empresariais. Conseguia manipular a oferta de alimentos de origem agrícola, para maquiar os índices inflacionários, com apenas uma ligação. Tinha conexões também com a imprensa, praticando a compra de matérias em favor do governo. Tinha conexões com o setor bancário, laço esse provavelmente cultivado através da proximidade com Gastão Bueno Vidigal, para quem trabalhou como consultor na montagem de uma financeira, durante os anos 50, em a parceria com Ruy Leme. Porém, suas relações com indústria da construção eram da maior notabilidade.

Suas relações com esse setor empresarial e o beneficiamento de grupos específicos de empreiteiras em obras executadas durante seu mandato ministerial demonstram vivamente o grau representação de interesses do economista no cargo de ministro. Demonstram também que o setor da indústria da construção se configurou como uma de suas bases político-sociais mais importantes do regime.

Mesmo com o surgimento, em 1976, de denúncias de corrupção no setor de obras públicas, envolvendo contratos para a construção de hidrelétricas, relacionados à empreiteira Camargo Corrêa e Delfim, o poder, a posição e a reputação do economista não foram abalados. Tanto que, em 1979, retornou ao Brasil e assumiu a secretaria de Planejamento, durante o governo Figueiredo (1979-1985). Delfim Netto era poderoso. Esse poder se erigiu por conta de seu domínio do campo da Economia, sua capacidade como formulador econômico, e de suas relações com o empresariado, construídas paulatinamente nos espaços que ocupou. Assim, Delfim se tornou um intelectual

³⁶¹ SILVA, Golbery do Couto e. A grande encrenca. *In: A Ditadura Derrotada... op. cit.* p. 260.

orgânico, representando o empresariado, especialmente o paulista, no seio do aparelho de Estado.

O fato de um intelectual orgânico da burguesia possuir tanto poder, poder este capaz de livrá-lo da sanha de vários inimigos poderosos, dentro do próprio governo, demonstra que os interesses de grupos empresariais, profundamente imbricados no aparelho de Estado, se sobreponham aos mais “sinceros” ânimos “revolucionários” e “éticos”, presentes nos fervorosos oficiais militares.

Os pivôs burgueses deveriam ser preservados. Isso denuncia o viés empresarial presente no regime ditatorial implantado após o golpe de 1964. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a trajetória de Delfim Netto e sua relação com a ditadura, brotada da derrubada de João Goulart e do soterramento do projeto político-econômico nacional-desenvolvimentista, atestam e reforçam o perfil empresarial-militar do regime.

Referências Bibliográficas

1. Fontes primárias:

1.1 – Livros e publicações de autoria de Antônio Delfim Netto:

DELFIM NETTO, Antônio. Conferência proferida no Curso de Atualidades Brasileiras do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964. *In: Boletins Informativos* NS. 19-20.

_____. Preço do café e as expectativas dos importadores. *In: Digesto Econômico*. No. 137 – set/out de 1957, ano XIII.

_____. Algumas origens das atuais dificuldades de comércio. *In: Digesto Econômico*. São Paulo: jan-fev, 1958.

_____. Notas sobre o desenvolvimento do processo inflacionário no Brasil. *In: Digesto Econômico*. São Paulo: no. 143 – set/out de 1958. Ano XIV.

_____. Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento. São Paulo: Editora da USP, 1966.

_____. O problema do café no Brasil. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – UPS, 1981.

1.2 – Biografias, memórias e entrevistas:

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L. e REGO, José Marcio. Conversa com economistas. São Paulo: Editora 34, 1996.

Coleção História contada do Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. V. 3 – Dênio Nogueira.

História Contada do Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. V. 6 – Ruy Leme.

CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. 4ª edição. V.I.

1.2 – Periódicos:

Jornal Movimento

Folha de São Paulo

Jornal do Comércio

O Estado de São Paulo

Digesto Econômico.

Jornal O Globo

1.3 – Obras de referências:

ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

1.4 – Endereços eletrônicos:

<https://www.fea.usp.br/> acessado no dia 10 de janeiro de 2020.

1.5 – Documentários

Cidadão Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Brasil: 2009.

2. Fontes secundárias

2.1 – Livros

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. 4ª edição.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *História do Pensamento Econômico Brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-988. Niterói: Eduff, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Golpe e ação de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no Planejamento Regional Brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, 4ª edição.

MAKLOUF CAVALHO, Luiz. *Cobras Criadas*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990. [1984].

MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e Economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 2ª. Edição.

MONTEIRO, Paula e MOURA, Flávio. *Retrato de Grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 8º edição.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. *O Grande Salto para o Caos*. E economia política e a política econômica do Estado autoritário.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do Milagre*. O Conselho Monetário Nacional. 1964-1974. Petrópolis: Vozes, 1987. P.151.

2.2 – Capítulo em livros

PINHO, Diva Benevides. “O departamento de Ciências Econômicas” In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1981.V.I.

DINIZ, Eli. “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais”. In: PANADOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). “Novas elites burocráticas”. IN: *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GUAGLIARD, José Augusto. “A Associação dos Ex-alunos”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1981.V.I.

MACEDO, Roberto. “A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional”. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1981.V.I.

MOTTA, Marly Silva. “Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos”. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. P. 82-122.

2.3 – Artigos publicado em periódicos:

KLÜGER, Elisa. “Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto: socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder”. IN: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 61, no 4. Rio de Janeiro, pp. 301 a 339/1998.

LOUREIRO, Maria Rita. “A participação dos economistas no governo”. In: *Revista Análise*. V.17, nº 2, jul-dez. 2006. *Porto Alegre*: 2006.

_____. “Formação das elites político-administrativas no Brasil: as instituições de pesquisa econômica aplicada”. In: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, Nº 02, maio-agosto, 1997.

MACARINI, José Pedro. “Política econômica no limiar do “milagre”: 1967/69. Instituto de Economia”. UNICAMP. Texto para discussão. 1999.

MACEDO, Roberto. “Antônio Delfim Netto”. In: *Estudos Avançados*. Vol.15, nº 43, set/dez, 2001. São Paulo: 2001.

MOTTA, Marly Silva da. “Os “boêmios cívicos” da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-54). In: *História Oral: História, Cultura e Poder*. Juiz de Fora: 2005.

RAMIREZ, Hernán. “Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), 1961-1971”. In: *Diálogos – revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História*, V. 13, nº01, 2009, p. 209-2040.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos; KASAHARAL, Yuri. “Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*”. Rio de Janeiro: 2010, vol. 53, nº 4.

2.4 – Teses e dissertações:

ALMEIDA, Marcio Wohlers de. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso*. Campinas: Unicamp, 1980.

ARANHA, Francisco Arantes. Tecocracia e capitalismo no Brasil. A Associação Nacional de Programação Econômica (ANPES): um estudo de caso. Porto Alegre: UFRG, 2015. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Rodrigo Oliveira de. Nas engrenagens do Estado Novo: a centralização do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2017.

BORTONE, Elaine Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967).

CHIQUITO, Elisângela Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: um planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2011.

HESPANHOL, Gian Carlo Guimarães Maciel. Um estudo sobre o pensamento econômico de Antônio Delfim Netto. São Paulo: USP, 1917. Dissertação de Mestrado.

JOFFILY, Mariana. *O Centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirantes e do DOI de São Paulo*. Tese de doutoramento em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MARINELI, Felipe. O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-1973). São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2017. Dissertação de mestrado.

MELO, Jorge José de. Boilesen, um empresário na ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista a Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

OLIVEIRA, Letícia Musquim Alcântara de. O representante das classes produtoras. Trajetória de João Daudt D'Oliveira (1930-1951). Tese doutoramento em História. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. De Campos-Bulhões a Delfim: Posição dos industriais diante da política econômica. Campinas: 2013. Dissertação de mestrado.

SPOHR, Martina. Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do Ipes. (1961-1964). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de mestrado.